

# Relatório e Contas 2013

## ÍNDICE

Relatório do Conselho de Administração .....	3
Demonstrações Financeiras .....	22
Anexos às Demonstrações Financeiras .....	29
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....	105
Certificação Legal de Contas .....	108
Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário .....	111
Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização .....	122

Relatório  
Do  
Conselho de Administração

*Exmos. Senhores,*

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2013.

## **Envolvente macro-económica**

### **Economia Internacional**

Em 2013, o crescimento económico manteve-se moderado, em linha com o observado em 2012, mas com importantes diferenças de dinâmica, quer entre regiões, quer entre períodos: o crescimento evidenciou uma tendência mais favorável nas economias desenvolvidas, relativamente aos mercados emergentes, em especial no segundo semestre.

<b>Crescimento Económico Mundial</b>			
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Mundo</b>	<b>3,9</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>
<b>Países Avancados</b>	<b>1.7</b>	<b>1.4</b>	<b>1.3</b>
EUA	1.8	2.8	1.9
UEM	1.5	-0.7	-0.4
Reino Unido	1.1	0.3	1.7
Japão	-0.6	1.4	1.7
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>6.2</b>	<b>4.9</b>	<b>4.7</b>
África	5.5	4.8	5.1
Ásia	7.8	6.4	6.5
China	9.3	7.7	7.7
Europa de Leste	5.4	1.4	2.5
Médio Oriente	3.9	4.1	2.4
América Latina	4.6	3.0	2.6
Brasil	2.7	1.0	2.3

Fonte: FMI (Janeiro de 2014)

No primeiro semestre, a actividade continuou a caracterizar-se por uma relativa debilidade, em linha com as tendências iniciadas no final de 2012, com as sucessivas ondas de choque da crise da dívida soberana na zona euro.

Fruto desta dinâmica, as perspectivas, em meados do ano, quer para o ano de 2013, quer para 2014, eram menos favoráveis, pelo que o FMI reviu em baixa as perspectivas de crescimento, quer ambos os períodos. Essa revisão seria generalizada, não se limitando à zona euro, mas estendendo-se aos mercados emergentes.

A debilidade da procura nos mercados desenvolvidos afectou os seus principais fornecedores, como a China, onde as autoridades iniciaram um debate sobre o novo objectivo de crescimento, abaixo do “referencial” de cerca de 8%. No final do ano, os mercados emergentes foram afectados pelo debate e posterior início da moderação dos estímulos quantitativos por parte da Reserva Federal dos EUA, que resultou numa saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já em 2014, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Os EUA destacam-se, em termos de crescimento económico. Apesar de alguma volatilidade, a economia tem crescido, com a recuperação da procura interna a compensar os efeitos negativos dos cortes automáticos da despesa pública. O consumo privado beneficia claramente da descida da taxa de desemprego para os níveis mais baixos desde 2008 e da valorização dos mercados accionistas para máximos históricos. No final do ano, o impasse no Congresso quanto à estratégia orçamental a seguir e a elevação do limite da dívida resultaram no encerramento temporário do Governo Federal, o que penalizou pontualmente o crescimento no final do ano, mas que ainda assim permaneceu sólido.

No Verão, e fruto da melhoria económica, a Reserva Federal anunciou estar a estudar a possibilidade de terminar a sua política monetária expansionista não convencional. Os investidores leram nestas declarações a quase retirada imediata da liquidez excedentária injectada na economia, reagindo em conformidade (as yields a 10 anos subiram de forma acentuada), levando os responsáveis pela definição da política monetária a várias declarações visando acalmar os receios e indiciando que a liquidez permanecerá.

No final do ano, a Reserva Federal começou a reduzir o volume mensal de aquisições de títulos de dívida pública e securitizações (*"tapering"*), para 75 mil milhões de dólares /mês, face aos anteriores 85 mil, e em Janeiro de 2014 efectuou nova redução, para 65 mil milhões. Em contrapartida, a autoridade monetária assumiu o compromisso explícito de manter as taxas de juro de referência em níveis mais baixos por um período de tempo mais prolongado, mesmo que as condições económicas recuperem mais rapidamente, em especial se o desemprego descer abaixo de 6%.

No Reino Unido, as perspectivas económicas foram sucessivamente revistas em alta, fruto da recuperação dos serviços, mas também das actividades de construção e imobiliárias. Apesar disso, o Banco de Inglaterra manteve a sua política expansionista, deixando uma eventual alteração das taxas de juro de referência dependente de uma melhoria mais pronunciada da actividade económica.

No Japão, o Banco Central lançou um agressivo programa de "quantitative easing", no qual se propõe duplicar a base monetária nos próximos dois anos, para elevar a inflação até 2%. Em Dezembro de 2013, a inflação situava-se já em 1,6%, fruto de uma subida dos preços da energia e transportes. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia situou-se em 0,7%, assim retomando máximos de cerca de 5 anos.

A deterioração da confiança económica foi agravada por outros dois factores, de relevância elevada. Em Itália, as eleições gerais de Fevereiro resultaram num impasse, sem uma maioria clara, o que dificultou o processo de formação do novo Governo (que demorou mais de um mês). Apesar do acordo alcançado, o equilíbrio parlamentar permanece ainda delicado.

No Chipre, o sector bancário necessitou de um plano de recuperação, após os impactos negativos, em termos de resultado e de capital, da exposição pelas instituições cipriotas à Grécia. Os maiores bancos do país não só tinham uma presença física de relevo na Grécia, como detinham elevados volumes de dívida pública grega, sofrendo assim perdas maciças com a reestruturação da dívida grega, ocorrida no ano transacto. O montante de apoio necessário (cerca de 17 mil milhões de euros) equivale a cerca de 100% do PIB, o que conduziria a uma situação insustentável das contas públicas. Para minimizar o plano externo de apoio, foi decidido que os depositantes cipriotas incorreriam em perdas, assim quebrando um tabu inviolado desde o início da crise: a defesa dos depositantes.

Numa primeira versão, todos os depositantes, de todos os bancos, seriam taxados, sendo esse montante (até 7 mil milhões de euros) utilizado para a recapitalização do sector. Em contrapartida, os depositantes receberiam acções do banco. As ondas de choque e os riscos de contágio a outros países levaram a uma revisão do plano. O Banco Laiki, o segundo maior do país, foi encerrado, com os seus depósitos até 100 mil euros a serem transferidos para o Banco do Chipre (o maior do país), enquanto os depósitos mais elevados foram transferidos

para um "bad bank", e serão recuperados em conjunto com os activos mais problemáticos, igualmente transferidos para essa instituição.

O Banco do Chipre foi intervencionado: os accionistas e detentores de dívida viram a sua posição virtualmente eliminada contra perdas, enquanto os depositantes com depósitos superiores a 100 mil euros sofreram uma conversão forçada dos seus depósitos em acções do banco, num montante equivalente a 47,5% do depósito. Deste modo, o banco cumpre o requisito de um rácio de capital core Tier I mínimo de 9%.

Fruto desta evolução económica, o Banco Central Europeu desceu as taxas de juro de referência, para o mínimo histórico de 0,5% e, já em Julho, alterou pronunciadamente a sua estratégia de comunicação: abandonou o tradicional discurso de não pré-compromisso, adoptando antes uma indicação clara de que as taxas de juro permanecerão em mínimos históricos (os actuais ou mesmo níveis inferiores) durante um período de tempo prolongado, até que a recuperação económica ganhe sustentação. A avaliação desta sustentabilidade será efectuada com recurso a indicadores de preços, de actividade e de condições financeiras nos mercados monetário e de crédito.

Em Novembro, foi adoptada nova descida, para 0,25%, devido às perspectivas de que a inflação, que estava em desaceleração, permanecesse muito abaixo do referencial do BCE (de "próximo, mas abaixo de 2%"), e apesar dos dados económicos mais favoráveis, que o BCE considerou apenas validarem o seu cenário central. No final do ano, a inesperada desaceleração da inflação, que caiu abaixo de 1,0%, começou alimentar expectativas de que o BCE pode reagir, com uma nova descida das taxas de juro de referência ou com medidas não convencionais.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>-0,4</b>	<b>1,3</b>
Alemanha	0,5	1,6
França	0,2	1,0
Espanha	-1,2	1,5
Itália	-1,8	1,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2014)

Durante todo o segundo semestre, os dados económicos europeus sinalizaram uma recuperação, mais forte do que o inicialmente antecipado, destacando-se a melhoria do indicador de actividade industrial PMI para o nível mais elevado em dois anos, que permitiu uma melhoria das perspectivas económicas para 2014, o que se reflectiu numa revisão em alta das previsões de crescimento.

Nos países dito "periféricos" as condições económicas também melhoraram, de um modo quase generalizado, no decurso de 2013, do ponto de vista económico e financeiro.

Espanha e Irlanda concluíram os seus programas de ajustamento, sem necessidade de apoios suplementares. Em Espanha, a reestruturação do sector bancário prosseguiu, com uma menor utilização de fundos públicos face ao montante inicialmente estimado e disponibilizado.

Na Irlanda, o programa de ajustamento concluiu em Dezembro, tendo o Governo já realizado o pré-financiamento para o ano de 2014, o que, juntamente com o facto de o *rating* soberano estar, por todas as agências de notação de risco, em "*investment grade*"<sup>1</sup>, lhe permitiu prescindir de um programa cautelar.

Na Grécia, contudo, os riscos subsistem, apesar das perspectivas económicas serem algo menos adversas. No final do Verão, aumentou o tom das discussões sobre a necessidade de

<sup>1</sup> A Moody's reviu o *rating* da Irlanda para Baa3, em 17 de Janeiro de 2014.

um terceiro programa, sendo que o actual termina em 2014. Já em 2014, o sentimento de mercado é de que poderá haver uma revisão das condições dos empréstimos internacionais, com uma nova extensão de maturidades.

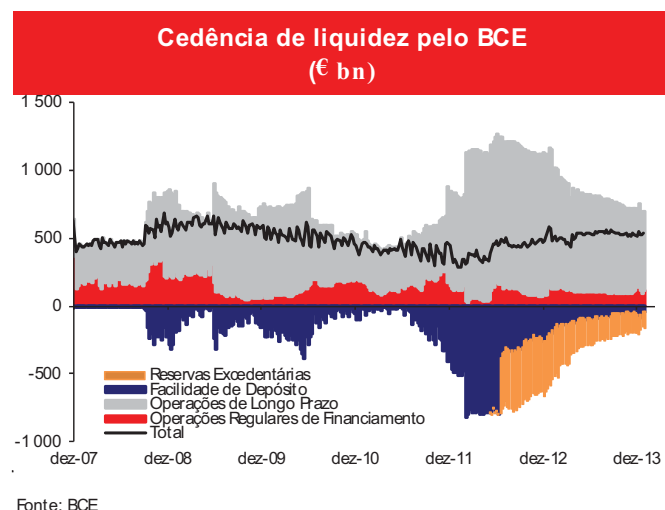
A União Europeia continuou a tomar medidas para avançar, ainda que mais lentamente, no sentido da criação de uma União Bancária<sup>2</sup>. Num primeiro passo, o BCE assumirá, no final de 2014, a responsabilidade pela supervisão bancária, sendo responsável directo pelo acompanhamento de mais de uma centena dos maiores bancos europeus, e ficando os demais sob supervisão conjunta do BCE com os bancos centrais nacionais.

No final do ano, o Conselho Europeu chegou a um consenso sobre o Mecanismo Único de Resolução (MUR) e sobre o Fundo de Garantia de Depósitos comum (FGD). O MUR estará totalmente em vigor dentro de 10 anos, sendo que no período transitório os bancos deverão contribuir para a criação de um fundo de resolução, que assumirá progressivamente os custos da reestruturação/resolução das instituições. Numa fase inicial, estes custos serão responsabilidade das autoridades nacionais. A decisão quanto ao futuro das instituições com problemas será decidido por uma comissão intergovernamental, criando uma estrutura operacional complexa. O FGD terá, ainda, uma base nacional, mas há regras claras para a recapitalização dos respectivos fundos, que dependerá do perfil de risco de cada instituição.

Durante o ano, os bancos europeus iniciaram o processo de amortização antecipada dos empréstimos de muito longo prazo (LTROs) que tinham obtido junto do BCE em 2011 e 2012.

A liquidez total cedida à economia mantém-se em máximos, mas a liquidez excedentária, que estava ou em reservas excedentárias ou aplicada na facilidade de depósito reduziu-se marcadamente, o que influenciou a dinâmica das taxas de juro de curto prazo.

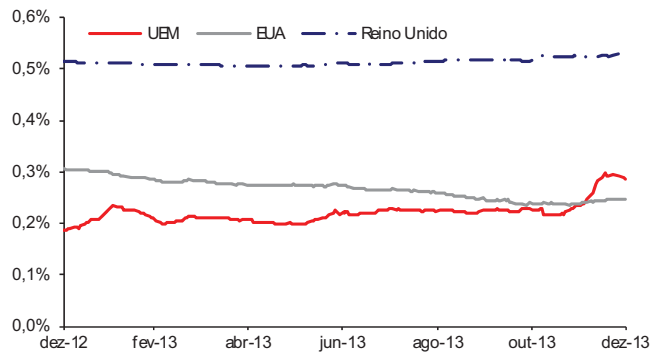
A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, subiu dos mínimos históricos, em redor de 0,07%, para mais de 0,3% no final do ano. Após a descida da taxa refi pelo BCE, a taxa Euribor 3 meses, que tinha tocado um mínimo de 0,19%, subiu de forma sustentada, aproximando-se de 0,3%. A expectativa de que o BCE tinha fechado o ciclo monetário contribuiu para esta evolução.



Nos EUA, as taxas de juro desceram gradualmente, para mínimos, fruto do compromisso explícito da Reserva Federal em manter as taxas de referência em mínimos por um período de tempo mais prolongado. Já no Reino Unido, o Banco de Inglaterra não alterou as taxas de juro de referência nem o montante total de aquisição de dívida pública, pelo que as taxas de juro 3 meses se mantiveram estáveis durante todo o ano.

<sup>2</sup> A União Bancária pressupõe a quebra da relação entre o risco bancário e o risco soberano, através da criação de três mecanismos, simultâneos: (i) mecanismo único de supervisão, atribuído ao BCE; (ii) mecanismo único de resolução bancária; e (iii) fundo de garantia de depósitos comum.

### Taxas de Juro 3 Meses

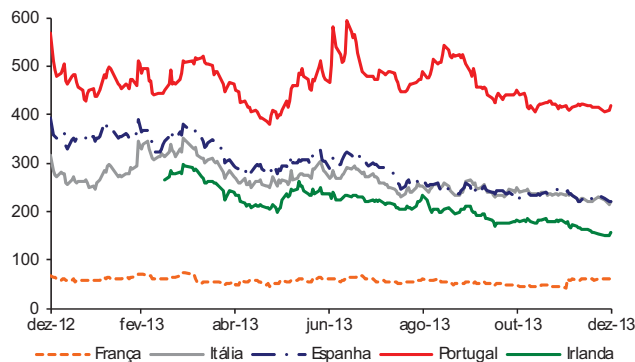


Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na Zona Euro, desceram de forma sustentada durante o ano de 2013, incorporando em pleno o compromisso anunciado pelo Presidente do BCE de que faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro. O BCE anunciaria as grandes linhas do seu programa de “Transações Monetárias Directas” (OMT – *Outright Monetary Transactions*), mas sem nunca entrar em detalhes.

A execução orçamental em linha com o esperado, nos principais países, e os sinais de que a economia europeia estava a sair da recessão, deram um contributo de relevo para a descida das yields. A Irlanda, apesar de ter metas orçamentais elevadas (um défice previsto de 7,5% do PIB em 2013), continuou a beneficiar de taxas de juro muito mais baixas do que Espanha e Itália, e no final do ano, realizaria uma emissão de dívida a 10 anos que lhe permitiu anunciar uma saída do programa de ajustamento sem necessidade de um programa cautelar ou de outra forma de apoio pelas instituições europeias.

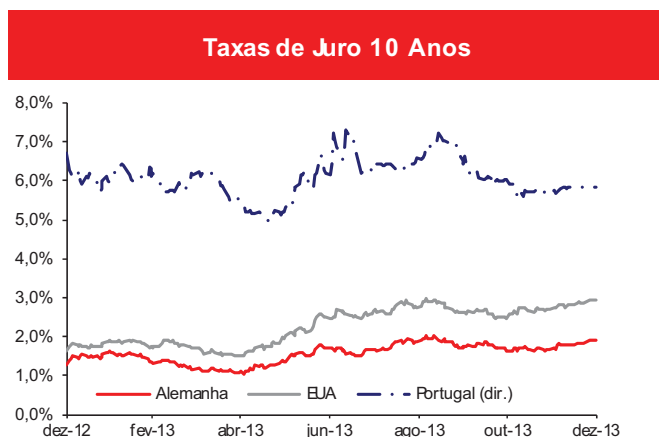
### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Portugal acompanhou a tendência geral até Maio, quando a demissão do Ministro das Finanças e a subsequente crise política resultaram numa subida das taxas de juro de longo prazo: a yield a 10 anos, que tinha caído para cerca de 5% retomaria níveis acima de 7%, apenas retomando a tendência descendente no final do ano, com os melhores dados económicos, que auxiliaram a execução orçamental, e com a apresentação da Proposta de Orçamento do Estado para 2014. Já em 2014, a yield a 10 anos caiu abaixo de 5%, assim recuperando níveis inferiores aos observados antes no período anterior ao pedido de auxílio económico e financeiro, em 2011.





Fonte: Bloomberg

As yields dos principais mercados desenvolvidos – EUA e Alemanha – subiram de forma sustentada a partir do segundo trimestre de 2013. Nos EUA, os melhores dados económicos, em especial a descida da taxa de desemprego, levaram a Reserva Federal a publicamente anunciar que estava a avaliar a necessidade de manter os estímulos quantitativos. A subida demasiado pronunciada das yields a 10 anos, acima de 3% (uma subida de mais de 100pb face aos mínimos do ano) levou a um retrocesso pontual no discurso, mas que seria retomado no final do verão.

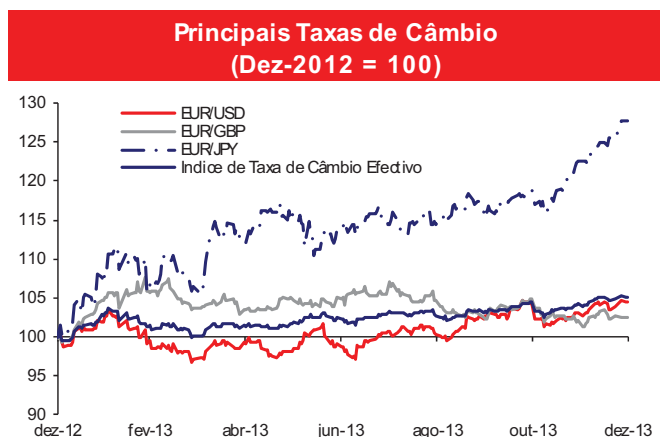
As yields alemãs subiram, acompanhando a tendência dos EUA, e também devido à dissipação dos principais riscos extremos na zona euro (em 2013, o risco percepcionado de possível fractura na união monetária reduziu-se significativamente).

No mercado cambial, a volatilidade permaneceu elevada, com as principais divisas a reflectirem as expectativas quanto à evolução da política monetária, no caso do euro associada também à percepção de risco sobre a viabilidade da UEM. Ainda assim, a generalidade das moedas (excepção face ao iene) oscilou num intervalo de +/- 5% face ao valor de início do ano, face ao euro.

O euro recuperou dos mínimos de 2012, quando cotou a 1,20 dólares, tendo oscilado entre 1,28 e 1,38 dólares. Os valores mínimos foram observados no início do Verão, quando a Reserva Federal iniciou o debate sobre a redução dos estímulos, mas, no final do ano, em véspera de descida das taxas pelo BCE, atingiu os máximos.

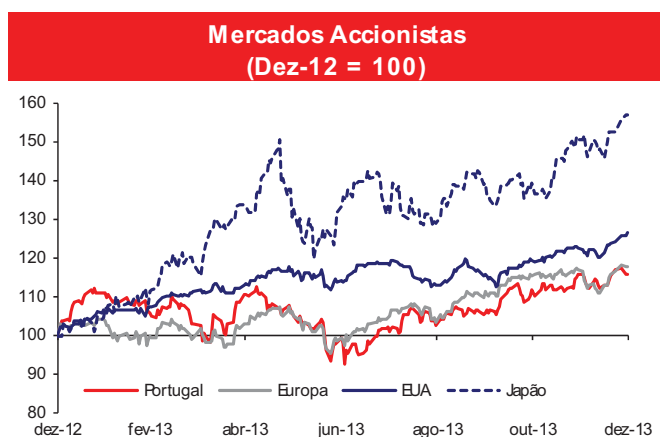
O euro, em termos de taxa de câmbio efectivo (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) apreciou, em linha com a dinâmica das demais divisas.

O iene depreciou cerca de 28% face ao euro, e quase 25% face ao dólar, fruto das medidas quantitativas que foram adoptadas pelo Banco Central nipónico.



Fonte: BCE

Os mercados accionistas globais caracterizaram-se por um movimento generalizado de valorização, que seria mais pronunciado no segundo semestre do ano. As perspectivas de que as taxas de juro de referência permanecerão em mínimos, apesar dos progressivos sinais de recuperação da actividade económica, juntamente com melhores resultados por parte das principais empresas cotadas, contribuíram para esta dinâmica, que conduziu os principais índices para máximos de 5 anos (ou seja, para os máximos observados antes do agravamento da crise financeira, com a falência da Lehman Bros, em Setembro de 2008).



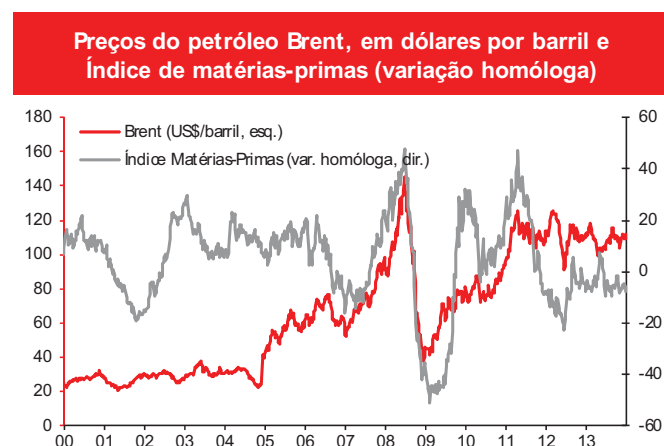
Fonte: Bloomberg

Portugal não foi excepção, com o índice PSI-20 a registar uma valorização de 16%, em grande medida apoiada pelo sector bancário. A conclusão do processo de recapitalização dos principais bancos (com a recapitalização do Banif), assim como dos acordos entre a DG Concorrência da UE e os bancos que obtiveram fundos públicos foi um factor chave para a recuperação das cotações, apesar de os resultados, em 2013, terem sido ainda afectados pela diminuição da margem financeira e pelas elevadas provisões para imparidade.

A generalidade das matérias-primas caracterizou-se por uma relativa estabilidade de preços, em 2013, depois da maior volatilidade dos anos anteriores. O petróleo manteve-se no intervalo de 100-115 dólares para onde tinha convergido ainda em 2012, apesar de alguns picos pontuais próximos de 120 dólares. As perspectivas de procura permaneceram relativamente débeis, já que a melhoria da actividade nas economias desenvolvidas foi insuficiente para compensar a desaceleração das economias emergentes.

As demais matérias-primas caracterizaram-se por uma tendência de depreciação, que foi mais acentuada no caso dos cereais, com destaque para o milho e trigo, fruto de uma melhor época

de colheitas. O preço dos metais de base caiu também, no contexto da desaceleração das economias emergentes.

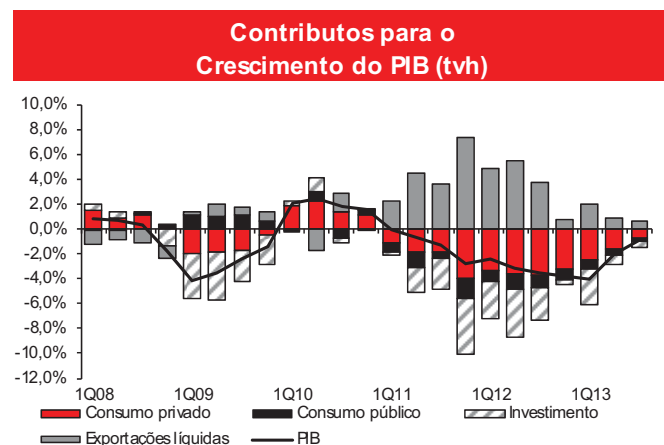


Fonte: Bloomberg

O ouro continuou a desvalorizar, caindo para mínimos de 2010, em redor dos 1.200 dólares por onça. A progressiva redução da aversão ao risco, que foi mais pronunciada no segundo semestre do ano, contribuiu em grande medida para esta dinâmica.

## Economia Portuguesa

A dinâmica da economia portuguesa não diferiu da tendência global observada na zona euro, com uma moderação do ritmo de contracção, no primeiro trimestre do ano (quando o PIB caiu 0,4% em cadeia, após uma contracção de 1,9% no último trimestre de 2012), que daria lugar a uma tendência de recuperação logo no segundo trimestre, e que se manteria até final do ano. No último trimestre, o PIB já cresceu, em termos homólogos, com um crescimento de 1,6%.



Fonte: INE

Em resultado, a contracção da actividade económica no ano de 2013 foi menos pronunciado do que o previsto, -1,4% face a -2,3%, mas não deixou de caracterizar pelo terceiro ano consecutivo de contracção da actividade económica, e que conduziu a criação anual de riqueza para o nível absoluto mais baixo desde o ano 2000.

A melhoria da actividade resulta da conjugação da estabilização progressiva da procura interna, em especial do consumo privado, mas também do investimento, com a continuação do dinamismo das exportações.

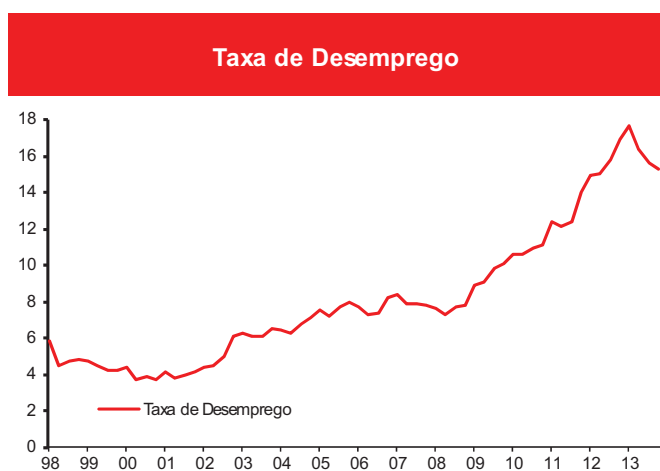
Dados Macroeconómicos			
	2011	2012	2013 E
<b>PIB</b>	<b>-1,3</b>	<b>-3,2</b>	<b>-1,4</b>
Consumo Privado	-3,3	-5,3	-1,6
Consumo Público	-5,0	-4,7	-2,2
Investimento	-11,1	-13,4	-7,1
Exportações	6,9	3,2	5,8
Importações	-5,3	-6,6	2,4
Inflação média	3,7	2,8	0,3
Desemprego	12,7	15,7	16,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4,3	-6,4	5,6
Dívida pública (% do PIB)	108,2	124,1	129,7
Bal. Corrente e Capital( % do PIB)	-5,8	0,3	2,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

Ao nível do consumo privado, a contracção anual resultou sobretudo da dinâmica observada no final de 2012 e no primeiro trimestre de 2013. A discussão, ainda em 2012, sobre a subida da TSU para os trabalhadores, e a posterior subida dos impostos, para compensar a reposição dos subsídios à função pública e pensionistas, resultou numa retracção profunda da despesa pelas famílias (acumulada de 2,6% nesse período).

A partir do segundo trimestre do ano, quando as famílias ajustaram aos novos níveis de rendimento (porque se tornou então perceptível o verdadeiro impacto das alterações em sede de IRS), a despesa começou a recuperar gradualmente, sendo esse efeito mais visível no terceiro trimestre do ano.

Particularmente importante para a melhoria da despesa de consumo pelas famílias, contudo, foi a dinâmica favorável do mercado de trabalho. Após um máximo histórico de 17,4% para a taxa de desemprego, no primeiro trimestre, houve uma descida, gradual, mas sustentada, até ao final do ano. No 4T2013, a taxa de desemprego foi de 15,3%, o que revelou mesmo uma redução em termos homólogos. No conjunto do ano, a taxa de desemprego foi de 16,3%, que ficou abaixo das projecções mais adversas do início do ano.

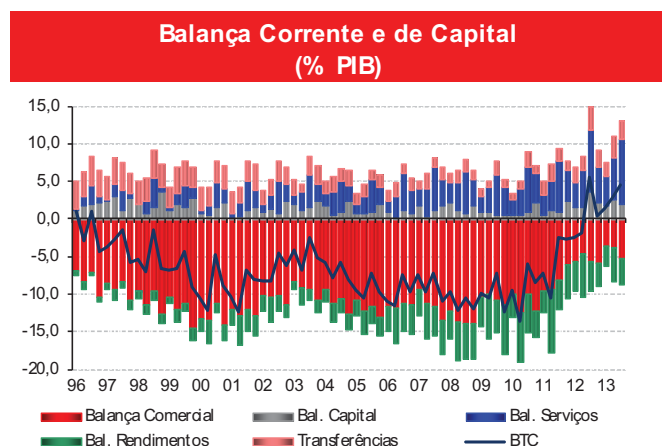


Fonte: INE

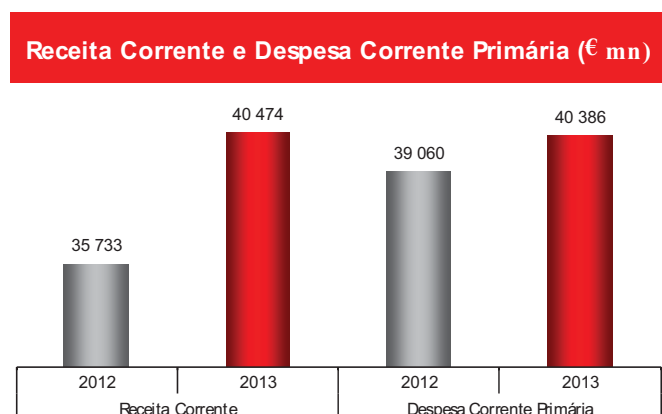
Apesar da redução da população activa no ano de 2013 que, em parte, pode ser explicada por um aumento da emigração, houve uma efectiva criação de emprego durante os três últimos trimestres do ano, que viria a ser mais distribuída entre sectores, ao nível dos serviços. Face ao 4T12 foram criados 30 mil empregos, um número que passa a 128 mil quando comparado com o 1T13. O desemprego reduziu-se em cerca de 100 mil pessoas.

A melhoria das condições no mercado laboral esteve também reflectida na avaliação das perspectivas de desemprego/emprego dos inquiridos de confiança dos consumidores e dos empresários.

O investimento, apesar da contracção acumulada no ano, começou a recuperar no segundo trimestre de 2013, ainda que em parte auxiliado pela aquisição de material aeronáutico. No final do ano, o investimento terá continuado a expandir, apoiado pela renovação das frotas de transporte pesado e pelo início de projectos associados ao incentivo fiscal ao investimento.



A procura externa líquida continuou a ter um importante contributo para o crescimento do PIB. Até Novembro, as exportações de bens e serviços cresceram 5,3%, em termos nominais, enquanto as importações cresceram 1,0%. Em resultado, o saldo positivo ampliou-se para 2,7 mil milhões de euros (que compara com um saldo global de 100 milhões no ano de 2012). A recuperação das exportações foi generalizada, incluindo as vendas para a zona euro (as exportações para Espanha, o principal parceiro comercial, cresceram 7,4% em 2013). Excluindo combustíveis, as exportações de bens cresceram 2,1%, em termos nominais, em 2013.

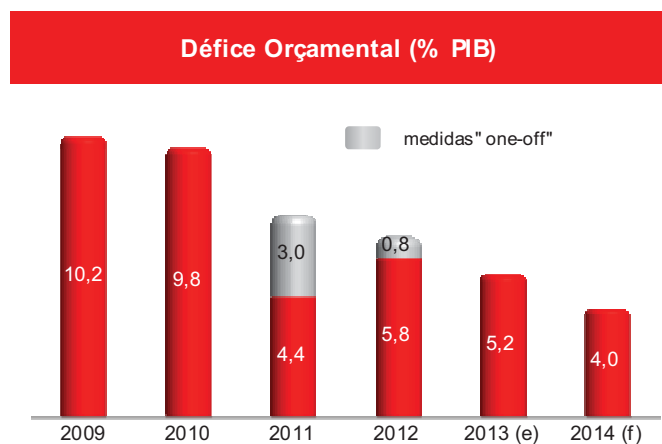


A execução orçamental, numa óptica de caixa, evoluiu de forma positiva, com uma recuperação da receita fiscal, em especial em sede de IRS (reflectindo o aumento significativo da carga fiscal implementado em 2013, com a redução do número de escalões de imposto e reposição da sobretaxa extraordinária de 3,5%). No final do ano, começou a ser visível um crescimento homólogo da receita de IVA, em linha com a melhoria da procura interna. A receita fiscal beneficiou, igualmente, do regime de regularização extraordinária de dívidas à Autoridade

Tributária e à Segurança Social, que permitiu uma arrecadação adicional de 1,2 mil milhões de euros.

No conjunto do ano, o défice das Administrações Públicas, no âmbito do PAEF, foi de 7,2 mil milhões de euros, abaixo do limite definido (de 8,9 mil milhões).

Em contabilidade nacional, de acordo com o Governo, o défice terá sido de 5,2% do PIB, quando corrigido de factores pontuais (a regularização de dívidas, do lado da receita, e a recapitalização do Banif, do lado da despesa).



Fonte: Ministério das Finanças

Em Julho, a substituição, no Ministério das Finanças, de Vítor Gaspar por Maria Luís Albuquerque gerou uma crise política, com divergências na coligação PSD-CDS/PP, a qual seria sanada no final do mês, com uma remodelação governamental, na qual o CDS obteve maiores responsabilidades na coordenação das políticas económicas e da relação com a Troika. Fruto do impasse vivido durante cerca de três semanas, a oitava avaliação do PAEF foi adiada para o final de Agosto, sendo realizada conjuntamente com a 9ª avaliação.

Em resultado, a percepção do risco político deteriorou-se, levando agências de notação de risco a rever as suas perspectivas de *rating* para a República. No final do ano, e concluída a 10ª. avaliação, após a apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2014, a percepção de risco começou a melhorar, com uma descida pronunciada dos spreads de crédito, o que permitiu à República retomar o financiamento nos mercados financeiros globais, que estava suspensa desde o início do ano.

Em Janeiro, o Tesouro realizou uma emissão de dívida a 5 anos, através de uma emissão sindicada, de 2,5 mil milhões de euros, da OT Outubro 2017, com a procura, contudo, ainda concentrada em investidores com perfis de investimento de mais curto prazo.

Em Maio, realizou uma nova emissão, desta vez a 10 anos, com o novo benchmark a 10 Anos (OT Fevereiro 2024), com um cupão de 5,65%. O Tesouro aproveitou a descida das *yields* abaixo de 6%, num contexto de procura forte por investidores estruturais (incluindo fundos de pensões e companhias de seguros) não residentes.

Em Dezembro, foi realizada uma operação de troca de dívida, num total de 6,6 mil milhões de euros, em que parte dos vencimentos de OTs de 2014 e 2015 foram substituídos por OTs com vencimentos em 2017 e 2018, assim aliviando uma parte da pressão sobre as necessidades de financiamento após o término do programa de ajustamento.

Já em 2014, o Tesouro realizou duas emissões, a 5 e a 10 anos, num total de 6,25 mil milhões de euros, assim cobrindo a totalidade das necessidades de financiamento para o corrente ano (o remanescente está coberto pelos fundos das instituições internacionais). A procura em

ambas as emissões foi bastante significativa (11,2 e 9,8 mil milhões de euros, respectivamente), com uma diversidade geográfica de investidores, mas sobretudo com a entrada de “*real money*”, em particular de investidores de longo prazo (bancos, seguradoras).

Ao longo de todo o ano, a República manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, com a emissão de Bilhetes do Tesouro. A procura tem permanecido elevada e as taxas de juro têm vindo a diminuir de forma sistemática. No leilão de Julho, realizado ainda durante o período de maior incerteza política, as taxas de juro subiram, mas apenas marginalmente, para corrigirem no final do ano

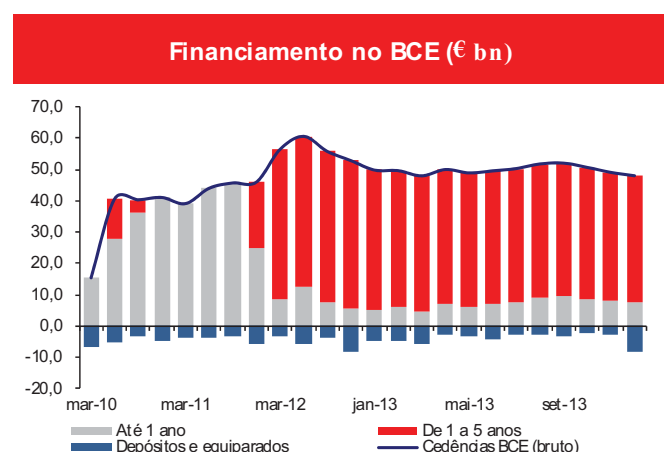
O sector bancário, ainda no primeiro semestre de 2013, concluiu em grande medida o processo de ajustamento que lhe foi imposto no âmbito do programa de assistência económica e financeira. A redução do rácio crédito/depósitos ocorrida até ao final de 2012 (quando se situava já em 127,5%) levou a que o mesmo deixasse de ser obrigatório, embora os bancos devam manter-se em redor desses níveis. Em Setembro, o rácio crédito/depósitos do sistema situava-se em 120,8%.

Isso permitiu flexibilizar a política de captação de recursos, o que, num contexto de pressão sobre a margem financeira, se reflectiu numa descida ligeira das taxas de juro praticadas. Ainda assim, a captação de depósitos permaneceu, com um crescimento de cerca de 2% nos depósitos de particulares.

O inquérito mais recente às condições nos mercados de crédito revela uma moderação nas condições de concessão de crédito, por parte do sector bancário, enquanto as empresas começam a evidenciar alguns sinais tímidos de procura de crédito.

No entanto, o stock de crédito continua a reduzir-se, com uma queda no crédito aos privados de cerca de 4% em 2013, especialmente ao nível do crédito a empresas (uma redução de quase 6%). O sector não financeiro continua a desalavancar e os vários processos de análise da carteira de crédito conduzidos pelo Banco de Portugal estão, também, a contribuir para a redução do stock de crédito.

A recapitalização do Banif, com recurso a fundos públicos, concluiu também o processo iniciado em 2012. No final do primeiro semestre, todos os bancos tinham rácios de capital core Tier I acima dos 10% exigidos, enquanto BCP, BPI e CGD concluíam as negociações com a DGCom da UE para definir as medidas correctivas necessárias em contrapartida ao acesso ao fundo público de recapitalização.



Fonte: Banco de Portugal

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE era de 48 mil milhões de euros, no final do ano, em termos brutos. Durante o ano, e à semelhança dos congéneres europeus, os bancos nacionais iniciaram a amortização dos financiamentos de mais longo



prazo (LTROs). Ajustado dos depósitos no BCE, o financiamento líquido foi de 39,8 mil milhões, uma redução face aos 44,4 mil milhões observados no final de 2012.

### **Principais riscos e incertezas para 2014**

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2014 são, em grande medida, os mesmos que condicionaram a actividade bancária, e económica, nos últimos anos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com a sustentabilidade da recuperação económica na Europa e, em particular, na zona euro. Apesar dos dados económicos mais fortes nos últimos trimestres, a retoma económica está ainda numa fase inicial, suportada pela procura externa, e com diferenças de ciclo entre países "core" e "periféricos". A nível global, há riscos associados à recente instabilidade nos mercados emergentes, tendo-se assistido a uma desaceleração do crescimento em algumas economias. Caso a incerteza permaneça por um período de tempo prolongado, pode afectar a retoma nascente na economia europeia. As autoridades também dispõem de um mais limitado arsenal de instrumentos para responder à materialização de eventuais riscos, devido aos ainda elevados défices orçamentais e rácios de dívida pública, e aos baixos níveis das taxas de juro de referência.

O *Asset Quality Review* (AQR) a desenvolver pelo BCE em 2014 pode revelar-se um factor de risco adicional, pela incerteza que manterá sobre as dinâmicas do sector, a nível europeu.

A nível doméstico, um factor de incerteza prende-se com a conclusão do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, em Maio, não havendo ainda uma decisão quanto à forma de saída: sem auxílios explícitos, como a Irlanda, ou se com alguma forma de programa cautelar. A melhor dinâmica económica, e o facto de a República já ter coberto as necessidades de financiamento para o ano de 2014 reduzem alguns dos riscos que ainda estavam latentes há alguns meses.

Do ponto de vista da execução orçamental, em 2014, uma importante medida de redução da despesa, que é a redução mais profunda dos salários dos funcionários públicos, está em avaliação pelo Tribunal Constitucional, o que poderá, caso seja considerada inconstitucional, exigir medidas adicionais de consolidação, que poderão afectar a confiança dos agentes económicos e/ou a percepção de risco quanto à economia portuguesa, com efeitos sobre a recuperação económica em curso. Após o Verão, a proposta de Orçamento do Estado para 2015 é um factor importante, com a materialização das medidas necessárias para reduzir o défice orçamental para 2,5% do PIB.

Ao nível do sector financeiro, os riscos estão agora menos associados ao ciclo económico e à qualidade da carteira de crédito, após os vários programas de avaliação dos activos desenvolvidos pelo regulador. No entanto, também o AQR será um factor de incerteza, porque alguns dos critérios de avaliação não são ainda conhecidos. Os grandes desafios são o regresso sustentado aos mercados financeiros globais, e a restauração da rentabilidade.

### **A Evolução do Sector Segurador em Portugal**

O mercado segurador em Portugal cresceu 20,4% em 2013 contrariando a tendência de queda registada em 2012 (-6,7%) e 2011 (-29,6%), fundamentalmente sustentado na expansão de 34% do ramo Vida, com destaque no acréscimo verificado na procura de produtos de poupança.

As novas subscrições dos planos poupança-reforma (PPR) em 2013, cresceram 37%, correspondentes a 1,5 mil milhões de euros, tendo-se observado uma redução de -31,2% nos resgates dos PPR ao longo do ano. Em produtos de capitalização o sector segurador captou perto de 4,9 mil milhões, mais de 74% acima do montante alcançado em 2012.



Esta evolução estará relacionada, com a atractividade das taxas de remuneração oferecidas por alguns destes produtos, alguns com garantia de capital e participação nos resultados, face a outras alternativas, como sejam os depósitos a prazo.

Já o ramo não Vida, reflectiu ainda a contracção da economia caindo globalmente em 2013 - 3,4%. Não obstante, as áreas da saúde (ramo Doença) apresentaram uma evolução positiva (+3%), reflexo do aumento da procura nos privados de um serviço com maior amplitude e qualidade, com maior liberdade na escolha dos prestadores, a preços relativamente acessíveis quando comparados com a oferta do sistema do Serviço Nacional de Saúde. Os seguros de habitação também registaram um crescimento (+1,7%), não sendo estes crescimentos suficientes para compensar as quedas dos seguros Automóveis (-5,5%) e de Acidentes de Trabalho (-8%) cuja redução está relacionada com o desemprego e menor actividade económica. No ramo automóvel apesar do número de veículos seguros ter aumentado 0,7% face ao homólogo, verificou-se um decréscimo do rácio de sinistralidade.

### Mercado Segurador em 2013

	Valor					Variação anual				
	2009	2010	2011	2012	2013	09/08	10/09	11/10	12/11	13/12
<b>PPRE</b>	3.147,6 €	3.252,5 €	1.304,6 €	1.121,0 €	1.534,0 €	27,65%	3,33%	-59,89%	-14,07%	36,84%
- Seg Vida	2.728,8 €	3.028,3 €	1.205,8 €	1.063,1 €	1.485,4 €	43,67%	10,97%	-60,18%	-11,83%	39,72%
- Ligados a Fundos de Investimento	418,7 €	224,2 €	98,8 €	57,9 €	48,6 €	-26,09%	-46,46%	-55,94%	-41,36%	-16,07%
<b>Seguros Ligados a Fundos de Investimento (exclui PPR)</b>	2.767,2 €	2.348,1 €	1.923,9 €	2.043,6 €	1.881,5 €	-35,91%	-15,14%	-18,07%	6,22%	-7,93%
<b>Outros</b>	4.512,3 €	6.572,8 €	4.250,5 €	3.704,3 €	5.776,2 €	6,89%	45,66%	-35,33%	-12,85%	55,93%
- Risco Mistos	918,0 €	945,6 €	924,2 €	905,9 €	910,0 €	-2,83%	3,02%	-2,26%	-1,99%	0,45%
- Capitalização	3.594,3 €	5.627,2 €	3.326,2 €	2.798,4 €	4.866,2 €	9,69%	56,56%	-40,89%	-15,87%	73,89%
<b>Total Vida</b>	10.427,0 €	12.173,4 €	7.479,0 €	6.868,9 €	9.191,7 €	-5,25%	16,75%	-38,56%	-8,16%	33,82%
<b>Total Não Vida</b>	4.131,6 €	4.168,5 €	4.032,7 €	3.871,7 €	3.738,8 €	-4,38%	0,89%	-3,26%	-3,99%	-3,43%
<b>Total</b>	<b>14.558,6 €</b>	<b>16.341,9 €</b>	<b>11.511,7 €</b>	<b>10.740,7 €</b>	<b>12.930,5 €</b>	<b>-5,01%</b>	<b>12,25%</b>	<b>-29,56%</b>	<b>-6,70%</b>	<b>20,39%</b>

Valores em milhões de €

Fonte: APS

As Seguradoras, continuaram em 2013 o processo de implementação do novo regime de solvência das empresas de seguros (Solvência II), que entrará em vigor a partir de janeiro de 2016, cujo foco da abordagem se baseia em três pilares: o primeiro referente aos requisitos quantitativos (cálculo das provisões técnicas e necessidades de capital), o segundo respeitante a requisitos qualitativos como sejam o modelo de gestão das empresas e processo de supervisão e, o terceiro a requisitos de transparência, ou seja de informação e reporte. É espectável que com este regime surja a necessidade de reformulação dos processos e procedimentos internos das empresas, de modo a dar resposta a requisitos acrescidos em áreas como a gestão de riscos, o controlo interno e o reporte.

### A Actividade da Santander Totta Seguros em 2013

O ano 2013 foi marcado pela forte actividade comercial, continuando a apostar-se numa oferta diversificada de produtos inovadores, visando a maior satisfação das necessidades de protecção dos nossos clientes, alicerçada na formação contínua dos Comerciais e nas melhores práticas de boa venda.

Nessa linha, manteve-se o foco na comercialização de soluções de seguros Autónomos. Neste contexto, foram vendidas cerca de 85.000 apólices de forma autónoma, o que representa um aumento de 31,5% relativamente ao ano transacto, das quais se destacaram em especial os produtos “Protecção SafeCare”, “Seguro Viva Mais” e “Plano Protecção Família”.

Relativamente aos seguros financeiros, é de destacar o lançamento dos produtos “Plano Financeiro”, sob a forma de seguros lcae não normalizados (unit linked), que proporcionam um retorno mensal e trimestral pago sob a forma de resgate parcial programado, tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 390 milhões de euros em 2013, o que compara com 545 milhões de euros comercializados durante 2012.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 546,4 milhões de euros, uma diminuição de 21,5% relativamente a 2012. Nos seguros de risco e mistos o valor foi de 123,3 milhões de euros, um incremento de 10,8% relativamente ao ano homólogo devido a um maior volume de venda dos produtos ligados ao crédito pessoal e aos produtos não ligados a crédito.

Em 19 de Julho de 2012 a Santander Totta Seguros assinou com Abbey Life Assurance, filial do Deutsche Bank, um acordo de resseguro “ quota share “ a 100% para a sua carteira de risco vida constituída até 30 de Junho de 2012. Esta operação gerou uma comissão de resseguro para a Santander Totta Seguros, eliminando o risco associado a essas carteiras e a redução de necessidades de capital, não havendo alteração na actual relação comercial com os clientes segurados, nem nos serviços contratados. Este acordo de resseguro gerou uma comissão de 239,6 milhões de euros para a STS. O impacto líquido desta operação na Seguradora, em 2012, foi de 205,8 milhões de euros antes de impostos.

Relativamente ao ano homólogo, a margem técnica teve uma diminuição de 69,5% fundamentalmente justificada pelo efeito da operação extraordinária de resseguro acima referida ocorrida em 2012. O total de comissões de seguros distribuídos à rede ascendeu a 83,1 milhões de euros em 2013 significando um aumento de 4,2% relativamente ao ano transacto.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 9,0 milhões de euros, com a diminuição relativamente ao ano anterior a ter como principal origem na operação extraordinária de resseguro, tendo a contribuição para o Grupo, medida pelas comissões às redes e resultado antes de impostos, atingido 92,1 milhões de euros, uma diminuição de 70,9% relativamente ao ano anterior.

Retirando ao exercício de 2012 o impacto da comissão da operação extraordinária de resseguro líquida dos custos relacionados com a operação (+238,5 milhões de euros) e da estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento dos tratados de resseguro pré-existent (-19,8 milhões de euros) a diminuição da Margem técnica, resultado antes de impostos e contribuição para o Grupo teria sido de 5,67%, 51,7% e 6,4% respectivamente.

*Milhões de Euros*

<b>Prémios emitidos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var.</b>
Contratos de Seguros			
Seguros de Vida excepto PPR/E	111,6	123,6	10,8%
PPR/E	29,6	23,7	- 20,1%
Acidentes Pessoais	1,5	1,3	- 16,8%
Contratos de Investimento			
Seguros de Poupança excluindo PPR/E	546,9	392,4	- 28,3%
PPR/E	6,0	5,3	- 11,0%
<b>Total</b>	<b>696</b>	<b>546</b>	<b>- 21,5%</b>

O activo líquido da Santander Totta Seguros atingiu, em 31 de Dezembro de 2013, 4.439 milhões de euros, uma diminuição de 12,4% face ao ano anterior.

O volume total de activos financeiros geridos atingiu 4.315 milhões de euros, uma diminuição de 13,3% face a 2012, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos activos.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 4.032,6 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2013 contra 4.522,5 milhões de euros em 2012.

A taxa de cobertura da margem de solvência cifrou-se em 139,1% em 31 de Dezembro de 2013, considerando a proposta de distribuição de lucros e aplicação do filtro prudencial quanto ao tratamento da operação de resseguro extraordinária de 2012.

O resultado da conta técnica alcançou os 7,0 milhões de euros contra 234,8 milhões no ano anterior.

O número de colaboradores ao serviço da Companhia era de 51 a 31 de Dezembro de 2013.

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	5,9%	5,9%	7,1%	2,6%	8,4%
Capitais Seguros Risco (10 <sup>6</sup> €) / N° médio de Colaboradores	351	352	377	368	385
Resultado Líquido / Capital Próprio	17,7%	17,4%	5,3%	79,2%	3,2%
Resultado Líquido / Activo Líquido	0,4%	0,4%	0,1%	3,2%	0,1%

Nota: os indicadores de 2012 (com excepção do indicador “capitais seguros risco/nº médio de colaboradores) estão influenciados pelo resultado não recorrente da operação de cedência de seguro.

### Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de €5.633.056,03 (cinco milhões, seiscentos e trinta e três mil e cinquenta e seis euros e três cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

-€563.305,61 (quinhentos e sessenta e três mil trezentos e cinco euros e sessenta e um cêntimos) para Reserva legal;

-€5.069.750,42 (Cinco milhões e sessenta e nove mil setecentos e cinquenta euros e quarenta e dois cêntimos) para resultados transitados;

### Perspectivas para 2014

Para o ano de 2014, a Companhia perspectiva:

- Prosseguir a orientação do modelo de negócio para maior foco nos clientes, oferecendo a cada segmento de clientes os produtos adaptados ao seu perfil e necessidades;
- Modelo de distribuição assente na sinergia entre canal tradicional e canais remotos;
- Optimização de processos e de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa actividade – o serviço a clientes e a sua satisfação;
- Lançamento de novas iniciativas conducentes a otimizar a dinamização comercial através de campanhas e incentivos, acções de formação e informação e recurso a novas ferramentas;
- Utilização de inteligência comercial em segmentação de clientes, momentos de venda e nas práticas de cross selling e cross segment;
- Melhoria do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

### **Considerações Finais**

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua actividade, designadamente:

- Ao Instituto de Seguros de Portugal e à CMVM pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da actividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 26 de Março de 2014

O Conselho de Administração,

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida  
Presidente

Eduardo Alves da Silva  
Vogal

Armindo Alberto Escalda  
Vogal

Joaquim Manuel Oliveira Filipe  
Vogal

Oscar Villoslada Montpart  
Vogal

Joaquin Capdevilla  
Vogal

Demonstrações

Financeiras

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	ACTIVO	31-12-2013			31-12-2012
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	77.369.501	-	77.369.501	145.135.685
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
	Valorizados ao custo	-	-	-	-
	Valorizados ao justo valor	-	-	-	-
	Valorizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
5	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	127.706
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-
	Titulos de dívida	-	-	-	-
	Derivados	-	-	-	127.706
	Outros	-	-	-	-
5	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.750.877.840	-	3.750.877.840	4.204.499.078
	Investimentos em outras participadas e participantes	390.504.983	-	390.504.983	589.795.499
	Instrumentos de capital e unidades de participação	8.023.781	-	8.023.781	8.583.211
	Titulos de dívida	2.010.201.539	-	2.010.201.539	1.958.051.044
	Outros	1.342.147.537	-	1.342.147.537	1.648.069.324
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
	Cobertura de justo valor	-	-	-	-
	Cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-
	Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	-	-	-	-
5	Activos financeiros disponíveis para venda	411.094.735	-	411.094.735	466.973.341
	Investimentos em outras participadas e participantes	561.785	-	561.785	3.296.614
	Instrumentos de capital e unidades de participação	99.955.974	-	99.955.974	97.600.549
	Titulos de dívida	310.576.976	-	310.576.976	366.076.178
	Outros	-	-	-	-
5	Empréstimos concedidos e contas a receber	75.204.698	-	75.204.698	160.729.965
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	73.275.419	-	73.275.419	158.595.340
	Empréstimos concedidos	1.929.279	-	1.929.279	2.134.625
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Activos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	Titulos de dívida	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
6	Outros activos tangíveis	2.354.254	2.292.064	62.190	76.815
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
7	Outros activos intangíveis	5.487.954	2.830.870	2.657.084	1.642.041
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	50.573.163	-	50.573.163	59.584.060
	Ramo Vida	50.554.299	-	50.554.299	59.559.681
	Provisão matemática	-	-	-	169
	Provisão para sinistros	12.418.938	-	12.418.938	11.212.035
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	38.135.361	-	38.135.361	48.347.477
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ramos Não Vida	18.864	-	18.864	24.379
	Provisão para prémios não adquiridos	18.076	-	18.076	21.661
	Provisão para sinistros	788	-	788	2.718
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
23	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	14.774	-	14.774	21.244
8 e 15	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19.417.580	30.509	19.387.071	20.472.305
	Contas a receber por operações de seguro directo	6.835.089	30.509	6.804.580	6.724.165
	Contas a receber por operações de resseguro	730.537	-	730.537	1.286.440
	Contas a receber por outras operações	11.851.954	-	11.851.954	12.461.700
14	Activos por impostos e taxas	52.162.438	-	52.162.438	9.673.354
	Activos por impostos (e taxas) correntes	49.283.920	-	49.283.920	-
	Activos por impostos diferidos	2.878.518	-	2.878.518	9.673.354
9	Acréscimos e diferimentos	5.577	-	5.577	59.935
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>4.444.562.514</b>	<b>5.153.443</b>	<b>4.439.409.071</b>	<b>5.068.995.529</b>

O Anexo faz parte integrante destes Balanços.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31-12-2013	31-12-2012
	<b>PASSIVO</b>		
10	Provisões técnicas	374.928.171	389.686.159
	Ramo Vida	374.859.757	389.611.953
	Provisão matemática	292.792.074	305.551.360
	Provisão para sinistros	21.032.249	20.676.167
	Provisão para participação nos resultados	10.976.549	12.468.293
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	10.290.379	11.581.387
	Provisão para participação nos resultados atribuída	686.170	886.906
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	50.058.885	50.916.133
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Ramos Não Vida	68.414	74.206
	Provisão para prémios não adquiridos	54.362	65.146
	Provisão para sinistros	14.052	9.060
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	14.052	9.060
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão para envelhecimento	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
11	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.657.662.287	4.132.831.313
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.592.774.997	4.065.109.834
	Valorizados ao custo amortizado	64.887.290	67.721.479
12	Outros passivos financeiros	145.643.910	195.258.134
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	12.206.933	6.821.225
	Outros	119.436.977	174.436.909
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	78.757.017	52.023.022
	Contas a pagar por operações de seguro directo	63.077.170	13.883.982
	Contas a pagar por operações de resseguro	8.101.925	27.878.062
	Contas a pagar por outras operações	7.577.922	10.260.978
14	Passivos por impostos e taxas	-	88.648.764
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	-	88.648.764
	Passivos por impostos diferidos	-	-
9	Acréscimos e diferimentos	2.952.454	4.438.105
15	Outras provisões	2.507.815	3.936.758
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>4.262.451.654</b>	<b>4.866.822.255</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
16	Capital	47.250.000	47.250.000
	(Ações Próprias)	-	-
16	Outros instrumentos de capital	32.000.000	-
17	Dividendos antecipados	-	(74.000.000)
17	Reservas de reavaliação	2.619.571	(7.566.068)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	2.619.571	(7.566.068)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
17	Reserva por impostos	(759.675)	2.245.419
17	Outras reservas	30.816.227	14.819.470
	Reserva legal	30.779.278	14.771.064
	Reserva estatutária	-	-
	Prémios de emissão	-	-
	Outras reservas	36.949	48.406
17	Resultados transitados	59.398.238	59.342.312
	Resultado líquido do período/exercício	5.633.056	160.082.141
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>176.957.417</b>	<b>202.173.274</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>4.439.409.071</b>	<b>5.068.995.529</b>



## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

## CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2013				2012
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
18	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	48.630.145	858.527	-	49.488.672	29.591.466
	Prémios brutos emitidos	147.328.601	1.275.400	-	148.604.001	142.780.052
	Prémios de resseguro cedido	90.108.780	424.071	-	90.532.851	144.362.838
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(1.247.420)	(10.783)	-	(1.258.203)	(8.073.804)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(9.837.096)	(3.585)	-	(9.840.681)	23.100.448
19	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	46.391.727	-	-	46.391.727	48.195.049
10	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	34.147.173	12.190	-	34.159.363	38.960.800
	Montantes pagos	34.997.993	5.269	-	35.003.262	49.191.636
	Montantes brutos	57.628.494	7.527	-	57.636.021	67.267.931
	Parte dos resseguradores	22.630.501	2.258	-	22.632.759	18.076.295
	Provisão para sinistros (variação)	(850.820)	6.921	-	(843.899)	(10.230.836)
	Montante bruto	356.082	4.992	-	361.074	(3.563.807)
	Parte dos resseguradores	1.206.902	(1.929)	-	1.204.973	6.667.029
10	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	1.236.741	-	-	1.236.741	1.909.537
	Montante bruto	1.236.572	-	-	1.236.572	1.909.528
	Parte dos resseguradores	(169)	-	-	(169)	(9)
10	Participação nos resultados, líquida de resseguro	661.692	-	-	661.692	773.424
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	-	-	-
20	Custos e gastos de exploração líquidos	57.730.516	148.189	-	57.878.705	(187.833.968)
	Custos de aquisição	86.524.094	279.152	-	86.803.246	81.802.712
	Custos de aquisição diferidos (variação)	390.172	-	-	390.172	803.840
	Gastos administrativos	3.021.111	-	-	3.021.111	2.833.042
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	32.204.861	130.963	-	32.335.824	273.273.562
24	Rendimentos	183.859.612	2.669	2.982.760	186.845.041	231.353.436
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	14.013.267	2.669	2.536.977	16.552.913	22.290.269
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	169.846.345	-	445.783	170.292.128	209.063.167
25	Gastos financeiros	12.260.027	-	1.865.337	14.125.364	29.956.846
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.560	-	-	5.560	724.830
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	12.254.467	-	1.865.337	14.119.804	29.232.016
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(833.106)	-	-	(833.106)	(2.099.402)
	De activos disponíveis para venda	1.180.281	-	-	1.180.281	191.505
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(2.013.387)	-	-	(2.013.387)	(2.290.907)
	De outros	-	-	-	-	-
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(161.035.683)	-	2.785.711	(158.249.972)	(184.356.610)
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação	(92.628)	-	-	(92.628)	(155.889)
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(160.943.055)	-	2.785.711	(158.157.344)	(184.200.721)
27	Diferenças de câmbio	(362.522)	-	-	(362.522)	(167.538)
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	4.037.556	-	2.929.205	6.966.761	-
5	De activos disponíveis para venda	4.037.556	-	2.929.205	6.966.761	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(255.389)	-	-	(255.389)	(369.447)
15	Outras provisões (variação)	-	-	(1.428.943)	(1.428.943)	1.414.177
29	Outros rendimentos/gastos	-	-	(433.356)	(433.356)	352.226
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	6.321.079	700.817	1.969.516	8.991.412	237.318.364
14	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes	-	-	(431.386)	(431.386)	86.850.834
14	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos	-	-	3.789.742	3.789.742	(9.614.611)
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-	-	-	5.633.056	160.082.141

O Anexo faz parte integrante destas Contas de Ganhos e Perdas.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do exercício	<u>5.633.056</u>	<u>160.082.141</u>
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variações da reserva de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda		
Fundos de Investimento Mobiliário	9.322.186	5.252.718
Obrigações	<u>(348.212)</u>	<u>52.206.935</u>
	8.973.974	57.459.653
Variações na provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>1.211.665</u>	<u>(9.832.737)</u>
	10.185.639	47.626.916
Impacto fiscal	<u>(3.005.094)</u>	<u>(12.516.550)</u>
	7.180.545	35.110.366
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas	-	-
Rendimento / (gasto) reconhecido directamente no capital próprio	<u>7.180.545</u>	<u>35.110.366</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>12.813.601</u></u>	<u><u>195.192.507</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital	Dividendos antecipados	Reservas de reavaliação Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
							Reserva legal	Outras reservas			
16 e 17	Balanco a 31 de Dezembro de 2011	47.250.000	-	-	(55.192.984)	14.761.969	14.326.474	39.472	57.561.757	4.445.895	83.192.583
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	444.590	-	1.780.555	(2.225.145)	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.220.750)	(2.220.750)
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	8.934	-	-	8.934
	Resultado integral do exercício	-	-	-	47.626.916	(12.516.550)	-	-	-	160.082.141	195.192.507
	Distribuição antecipada de lucros	-	-	(74.000.000)	-	-	-	-	-	-	(74.000.000)
	Balanco a 31 de Dezembro de 2012	47.250.000	-	(74.000.000)	(7.566.068)	2.245.419	14.771.064	48.406	59.342.312	160.082.141	202.173.274
16 e 17	Realização de prestações acessórias	-	32.000.000	-	-	-	-	-	-	-	32.000.000
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	16.008.214	-	55.926	(16.064.140)	-
	Distribuição de lucros	-	-	74.000.000	-	-	-	-	-	(144.018.000)	(70.018.000)
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(11.457)	-	-	(11.457)
	Resultado integral do exercício	-	-	-	10.185.639	(3.005.094)	-	-	-	5.633.056	12.813.601
	Balanco a 31 de Dezembro de 2013	47.250.000	32.000.000	-	2.619.571	(759.675)	30.779.278	36.949	59.398.238	5.633.056	176.957.417

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	5.633.056	160.082.141
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	260.352	194.529
Variação em outras provisões	(1.428.943)	1.414.975
Variação nas provisões técnicas	(5.747.091)	(59.955.808)
Variação de passivos por contratos de investimento	(475.169.026)	44.733.292
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais:		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	475.488	334.508
Devedores por outras operações	616.216	1.190.320
Activos por impostos	(45.494.178)	(6.403.792)
Outros activos	54.357	(9.733)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	34.802.759	13.433.076
Credores por outras operações	(2.683.056)	6.106.005
Passivos por impostos	(88.648.764)	86.845.029
Incentivos de longo prazo	(11.457)	8.934
Outros passivos	(1.485.651)	2.187.124
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(578.825.938)</b>	<b>250.160.600</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	398.749.012	(27.336.346)
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	66.064.245	85.800.694
Variação nos empréstimos e contas a receber	85.525.267	(121.255.108)
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(1.260.769)	(1.422.440)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>549.077.755</b>	<b>(64.213.200)</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Realização de prestações acessórias	32.000.000	-
Pagamento de dividendos	(70.018.001)	(76.220.750)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(38.018.001)</b>	<b>(76.220.750)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(67.766.184)</b>	<b>109.726.650</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	145.135.685	35.409.035
Caixa e seus equivalentes no fim do período	77.369.501	145.135.685

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

Anexos às  
Demonstrações  
Financeiras

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de Março de 2001 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro directo e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objecto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais. No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais.

Em 27 de Dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de Janeiro de 2001.

Em Setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em Março de 2005, adoptou a actual denominação.

Conforme indicado na Nota 16, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 5 de Fevereiro de 2014, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), através da Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, e suas actualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com excepção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

## 2.2. Instrumentos financeiros

### a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente imputados à transacção são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da NetBolsa (mercado nacional) e da Reuters ou da Bloomberg (mercados estrangeiros).

Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Companhia definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “discounted cash-flows”).

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 ("fair value option"). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados a produtos "unit-linked" em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro e os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 2.2.d) e 12. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adopção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados implícitos, a menos que:
    - Os derivados implícitos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de balanço encontram-se classificados nesta categoria.



ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente imputáveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como activos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos directamente na conta de ganhos e perdas.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda) e o respectivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica “Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros de activos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica “Rendimentos – Outros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente imputáveis à transacção.

A rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (“*unit-linked*”) são mensurados ao justo valor e registados na rubrica “Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”. As variações no justo valor são reflectidas em “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Reclassificação de activos financeiros

Na sequência da alteração à Norma IAS 39 em Outubro de 2008, sob a designação “Reclassificação de activos financeiros”, passou a ser possível efectuar as seguintes reclassificações entre as categorias de activos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da “*fair value option*”) podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados; e
- (ii) Activos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012.

d) Outros passivos financeiros

O accionista único concedeu à Companhia prestações acessórias não remuneradas em Outubro de 2008, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos “*unit-linked*” sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao accionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituídas sejam liquidados pelos respectivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 12). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso é susceptível de ser exigido pelo accionista único a todo o momento.

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os activos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respectiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser considerados para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os activos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de Maio, do Instituto de Seguros de Portugal.

f) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade anteriormente referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objectivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões)".

### 2.3. Outros activos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com software adquirido. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

## 2.4. Outros activos tangíveis

Os outros activos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

## 2.5. Provisões técnicas

### 2.5.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afectar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

2.5.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

2.5.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (Nota 10). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.5.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.5.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- ☐ A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ☐ Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- ☐ Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

2.5.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.5.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respectivas condições gerais das apólices.

2.5.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

2.5.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos na Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

2.7. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.5.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- ☐ Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- ☐ O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discção do emissor; e
- ☐ Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.5.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos, líquidos de resseguro", da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro de vida em caso de morte, respectivas coberturas complementares e não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.



As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida mistos e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos reflectidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

## 2.8. Outras provisões e passivos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

## 2.9. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

### Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) então vigente para o sector segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de Junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em Julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o Fundo de Pensões são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 22) como custo do período em que são efectuadas.

### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Gastos com pessoal” (Nota 22) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respectivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos activos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2013, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, relativa à reforma do Código de IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2014 passará a ser de 24,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são reflectidos na conta de ganhos e perdas do período, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

2.11. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Os activos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os activos financeiros não monetários (acções e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com excepção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

#### 2.12. Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na conta de ganhos e perdas do período, na rubrica de “Gastos com pessoal” (Nota 22), na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços, por contrapartida da rubrica “Outras reservas – Outras” (Nota 17).

#### 2.13. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

##### *Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2.a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

##### *Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros*

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade em activos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

##### *Determinação dos passivos por contratos de seguro*

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efectuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.5..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjectividade, podendo os valores efectivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de Dezembro de 2013, das responsabilidades a que se encontra obrigada.

*Resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afectar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.14. Adopção de normas (novas ou revistas), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), endossadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

- IFRS 7 (alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 1 (alteração) – “Apresentação de demonstrações financeiras” – Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações:
  - i) Os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e
  - ii) A Demonstração do resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- IAS 19 (revisão) – “Benefícios a empregados” – Esta revisão contemplou diversas alterações, nomeadamente:
  - i) O reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral);
  - ii) Passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano;
  - iii) Os gastos registados em resultados correspondem ao custo do serviço e ao juro líquido sobre o passivo (activo) líquido de benefício definido; e
  - iv) Introdução de novas exigências em termos de divulgação.
- IFRS 13 (nova norma) – “Mensuração ao justo valor” – Esta nova norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.

A adopção destas normas e emendas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações, não tendo produzido efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, já adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

- IAS 32 (alteração) – Compensação entre activos e passivos financeiros – Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 39 (alteração) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) – Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

Apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Companhia não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração da Companhia entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, não foram adoptadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
- IAS 19 – “Benefícios dos empregados” – Esta emenda vem simplificar o tratamento contabilístico das contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

## 3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, as actividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas nos ramos vida e não vida e apresentam o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2013				
	Ramo Vida		Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados			
Prémios brutos emitidos	125.685.372	21.643.229	-	1.275.400	148.604.001
Prémios de resseguro cedido	(90.108.780)	-	-	(424.071)	(90.532.851)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.247.420	-	-	10.783	1.258.203
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(9.837.096)	-	-	(3.585)	(9.840.681)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	46.391.727	-	46.391.727
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(15.714.695)	(18.432.478)	-	(12.190)	(34.159.363)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(669.347)	7.655	-	-	(661.692)
Outras provisões técnicas (variação)	7.512.843	(8.749.584)	-	-	(1.236.741)
Remunerações de mediação (comissões)	(48.013.013)	(890.561)	(33.689.677)	(255.080)	(82.848.331)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	32.204.861	-	-	130.963	32.335.824
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(5.038.398)	(562.849)	(1.740.879)	(24.072)	(7.366.198)
Resultados dos investimentos	991.202	6.171.642	(1.832.126)	2.669	6.307.316
Outros rendimentos / gastos técnicos	(255.389)	-	-	-	(255.389)
Outros custos e proveitos	-	-	-	995.587	995.587
Resultado antes de impostos	(1.995.020)	(812.946)	9.129.045	1.969.516	8.991.412
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	(3.358.356)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	5.633.056
Activo Líquido	233.813.240	206.673.355	3.741.741.103	110.232	4.439.409.071
Passivo Total	194.785.814	202.890.615	3.733.192.954	68.414	4.262.451.654

	2012				
	Ramo Vida		Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados			
Prémios brutos emitidos	114.079.675	27.167.579	-	1.532.798	142.780.052
Prémios de resseguro cedido	(143.853.183)	-	-	(509.655)	(144.362.838)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	8.064.849	-	-	8.955	8.073.804
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	23.103.426	-	-	(2.978)	23.100.448
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	48.195.049	-	48.195.049
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(17.219.258)	(21.726.127)	-	(15.415)	(38.960.800)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(777.685)	4.261	-	-	(773.424)
Outras provisões técnicas (variação)	9.924.542	(11.834.079)	-	-	(1.909.537)
Remunerações de mediação (comissões)	(43.484.562)	(1.081.731)	(34.580.381)	(306.560)	(79.453.234)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira	239.600.000	-	-	-	239.600.000
Comissões e participação nos resultados de resseguro	33.673.562	-	-	136.816	33.810.378
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3.784.579)	(564.394)	(1.742.014)	(32.186)	(6.123.173)
Resultados dos investimentos	6.216.795	6.699.456	(1.682.144)	5.285	14.773.038
Outros rendimentos / gastos técnicos	(369.447)	-	-	-	(369.447)
Outros custos e proveitos	-	-	-	(1.061.952)	(1.061.952)
Resultado antes de impostos	225.174.135	(1.335.035)	10.190.510	817.060	237.318.364
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	(77.236.223)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	160.082.141
Activo Líquido	462.165.836	211.798.515	4.195.812.225	138.401	5.068.995.529
Passivo Total	219.485.303	208.764.738	4.186.376.688	74.206	4.866.822.255

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à excepção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Seguros ligados” inclui apenas os produtos plano poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente “*unit-linked*”) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Ramo não vida” corresponde ao produto acidentes pessoais.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, activos e passivos que não se encontram afectos à actividade seguradora.

A actividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Caixa e seus equivalentes	250	61
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander (Nota 30)	77.369.251	145.135.624
	<u>77.369.501</u>	<u>145.135.685</u>
	=====	=====

Os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)5. ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de activos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b><u>Activos financeiros detidos para negociação:</u></b>		
Instrumentos financeiros derivados - <i>swaps</i>		
Valor de mercado	-	95.561
Juros a receber	-	32.145
	----	-----
	-	127.706
	==	=====
<b><u>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>		
Afectos a produtos " <i>unit-linked</i> ":		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	359.463.597	561.720.380
- Acções	27.520	23.198
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.965.837	8.583.211
Títulos de dívida	1.970.851.539	1.919.656.044
Depósitos a prazo	1.209.799.978	1.357.729.012
Depósitos à ordem	83.484.548	222.743.482
Instrumentos financeiros derivados	46.808.390	57.235.116
Pendentes de liquidação	6.055	435.898
Empréstimo de títulos	-	1.405.096
Outros activos	-	26.232
	-----	-----
	3.676.407.462	4.129.557.669
	-----	-----
Não afectos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	31.013.866	28.051.921
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.057.944	-
Títulos de dívida	39.350.000	38.395.000
Instrumentos financeiros derivados	2.048.566	5.075.438
Depósitos a prazo	-	3.419.000
Depósitos à ordem	-	50
	-----	-----
	74.470.376	74.941.409
	-----	-----
	3.750.877.840	4.204.499.078
	=====	=====
<b><u>Activos financeiros disponíveis para venda:</u></b>		
Investimentos em outras participadas e participantes -		
- Títulos de dívida	561.785	3.296.614
Instrumentos de capital e unidades de participação	99.955.974	97.600.549
Títulos de dívida	310.576.976	366.076.178
	-----	-----
	411.094.735	466.973.341
	=====	=====



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b><u>Empréstimos concedidos e contas a receber:</u></b>		
Outros depósitos	73.275.419	158.595.340
Empréstimos concedidos	1.929.279	2.134.625
	-----	-----
	75.204.698	160.729.965
	=====	=====

Em 9 de Julho de 2012 a Companhia celebrou com a sucursal de Londres do Banco Santander Totta, S.A. uma operação de empréstimo de títulos, no âmbito da qual cedeu um conjunto de títulos com valor nominal de 330.631.655 Euros. Estes títulos não foram desreconhecidos da carteira (Nota 2.2. e)), continuaram a ser valorizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2. a) e a ser reconhecidos e recebidos os rendimentos associados aos mesmos. Adicionalmente, foi constituído pela contraparte um colateral a favor da Companhia, reavaliado diariamente, cujo justo valor nunca poderá ser inferior a 110% do justo valor dos títulos emprestados. De acordo com a política contabilística mencionada na Nota 2.2. e), os títulos recebidos como colateral são relevados em contas extrapatrimoniais e os rendimentos associados aos mesmos imediatamente transferidos para a contraparte quando recebidos pela Companhia. Em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas “Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas – Empréstimo de títulos” e “Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos”, incluem os montantes de 1.405.096 Euros e 257.552 Euros, respectivamente, que respeitam aos acréscimos de rendimentos associados à operação de empréstimo de títulos. Esta operação terminou em 9 de Janeiro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Até um mês	10.026.608	305.251
De um a três meses	-	-
De três a seis meses	19.103.166	146.285.605
De seis meses a um ano	44.145.645	12.004.484
	-----	-----
	73.275.419	158.595.340
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo dizem respeito na sua totalidade a depósitos efectuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 30).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Empréstimos concedidos” inclui os montantes de 1.929.279 Euros e 1.877.073 Euros, respectivamente, que respeitam a contratos de swap que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 30).

Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 30.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a afectação dos investimentos financeiros e outros activos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	31-12-2013					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	57.034.621	6.104.048	192	11.675	14.218.965	77.369.501
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	3.676.407.463	-	74.470.377	3.750.877.840
Activos financeiros disponíveis para venda	241.687.041	63.860.947	65.333.447	79.694	40.133.606	411.094.735
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.220.527	11.025.112	-	-	53.959.059	75.204.698
	<u>308.942.189</u>	<u>80.990.107</u>	<u>3.741.741.102</u>	<u>91.369</u>	<u>182.782.007</u>	<u>4.314.546.774</u>
	31-12-2012					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	32.929.981	9.441.326	6.279	9.871	102.748.228	145.135.685
Activos financeiros detidos para negociação	127.706	-	-	-	-	127.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.129.557.669	-	74.941.409	4.204.499.078
Activos financeiros disponíveis para venda	281.503.181	79.976.575	66.201.559	104.151	39.187.875	466.973.341
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.641.845	4.034.054	46.667	-	152.007.399	160.729.965
	<u>319.202.713</u>	<u>93.451.955</u>	<u>4.195.812.174</u>	<u>114.022</u>	<u>368.884.911</u>	<u>4.977.465.775</u>

### Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos financeiros registados ao custo amortizado é apresentada nos quadros seguintes:

31-12-2013			
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	77.369.501	77.369.501	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	75.204.698	75.410.093	205.395
Contas a receber por operações de seguro directo	6.804.580	6.804.580	-
Contas a receber por operações de resseguro	730.537	730.537	-
Contas a receber por outras operações	11.851.954	11.851.954	-
	<u>171.961.270</u>	<u>172.166.665</u>	<u>205.395</u>

31-12-2012			
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	145.135.685	145.135.685	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	160.729.965	160.896.523	166.558
Contas a receber por operações de seguro directo	6.724.165	6.724.165	-
Contas a receber por operações de resseguro	1.286.440	1.286.440	-
Contas a receber por outras operações	12.461.700	12.461.700	-
	<u>326.337.955</u>	<u>326.504.513</u>	<u>166.558</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

No apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido actual dos fluxos de caixa futuros.
- Para as contas a receber foi considerado que o custo amortizado é uma razoável aproximação do justo valor à data do balanço, na medida em que estes saldos transformar-se-ão em liquidez num período até 3 meses.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas contas pelo seu justo valor pode ser resumida como segue:

31-12-2013				
	Técnica de valorização			Valor de balanço total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.041.403.399	1.704.850.647	4.623.794	3.750.877.840
Activos financeiros disponíveis para venda	411.094.735	-	-	411.094.735
	<u>2.452.498.134</u>	<u>1.704.850.647</u>	<u>4.623.794</u>	<u>4.161.972.575</u>

31-12-2012				
	Técnica de valorização			Valor de balanço total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros detidos para negociação	-	127.706	-	127.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.993.262.525	2.205.734.272	5.502.281	4.204.499.078
Activos financeiros disponíveis para venda	466.973.341	-	-	466.973.341
	<u>2.460.235.866</u>	<u>2.205.861.978</u>	<u>5.502.281</u>	<u>4.671.600.125</u>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados activos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na forma de apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e acções, o justo valor foi obtido directamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das acções e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("net asset value") divulgado pelas respectivas sociedades gestoras.
- Para os restantes activos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na actualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objecto de calibração regular com o mercado.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Fitch IBCA, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	17.266.440	-	17.266.440	-	23.954.541	-	23.954.541
AA- até AA+	-	104.104.314	599.609	104.703.923	-	123.894.715	-	123.894.715
A- até A+	-	59.371.681	20.613.943	79.985.624	-	64.188.243	48.241.194	112.429.437
BBB- até BBB+	744.732	521.611.892	147.360.767	669.717.391	36.346.154	395.009.329	140.302.609	571.658.092
BB- até BB+	735.237.245	622.428.780	49.928	1.357.715.953	780.229.467	549.587.677	50.103	1.329.867.247
B- até B+	9.293.449	-	-	9.293.449	9.040.480	-	6.133.244	15.173.724
Inferior a CCC	8.896.521	-	39.350.000	48.246.521	8.412.849	2.182.613	38.395.000	48.990.462
Sem rating	36.546.857	35.743.340	41.459.504	113.749.701	211.436.896	66.503.569	43.914.662	321.855.127
	<u>790.718.804</u>	<u>1.360.526.447</u>	<u>249.433.751</u>	<u>2.400.679.002</u>	<u>1.045.465.846</u>	<u>1.225.320.687</u>	<u>277.036.812</u>	<u>2.547.823.345</u>
Activos financeiros disponíveis para venda								
AAA	-	3.351.194	-	3.351.194	-	4.790.635	-	4.790.635
AA- até AA+	-	63.799.392	-	63.799.392	-	67.241.204	-	67.241.204
A- até A+	-	4.227.542	-	4.227.542	-	20.208.954	-	20.208.954
BBB- até BBB+	-	184.442.458	-	184.442.458	-	103.707.079	-	103.707.079
BB- até BB+	40.365.497	558.384	-	40.923.881	159.137.904	543.034	-	159.680.938
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	14.394.294	-	14.394.294	-	13.743.982	-	13.743.982
	<u>40.365.497</u>	<u>270.773.264</u>	<u>-</u>	<u>311.138.761</u>	<u>159.137.904</u>	<u>210.234.888</u>	<u>-</u>	<u>369.372.792</u>
Total do valor de balanço	<u>831.084.301</u>	<u>1.631.299.711</u>	<u>249.433.751</u>	<u>2.711.817.763</u>	<u>1.204.603.750</u>	<u>1.435.555.575</u>	<u>277.036.812</u>	<u>2.917.196.137</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda, por ano de vencimento, era como segue:

Dívida soberana	31-12-2013				31-12-2012			
	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço		Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço	
			Valor de mercado	Juro corrido			Valor de mercado	Juro corrido
Portugal								
. Vencimento até 2014	28.688.256	162.114	28.850.370	252.767	134.754.903	387.374	135.142.277	1.945.835
. Vencimento entre 2015 e 2017	2.953.424	74.636	3.028.060	21.548	11.909.414	135.062	12.044.476	87.798
. Vencimento entre 2018 e 2021	2.239.373	(101.630)	2.137.743	66.515	2.219.110	(227.137)	1.991.973	66.251
. Vencimento após 2021	2.349.948	(135.259)	2.214.689	61.408	5.348.312	(410.592)	4.937.720	92.705
	<u>36.231.001</u>	<u>(139)</u>	<u>36.230.862</u>	<u>402.238</u>	<u>154.231.739</u>	<u>(115.293)</u>	<u>154.116.446</u>	<u>2.192.589</u>
Espanha								
. Vencimento até 2014	23.620.390	422.232	24.042.622	138.378	73.445.015	275.540	73.720.555	754.320
. Vencimento entre 2015 e 2017	85.545.116	1.455.582	87.000.698	1.863.442	21.033.145	601.162	21.634.307	705.880
. Vencimento entre 2018 e 2021	44.053.054	8.089	44.061.143	875.401	-	-	-	-
. Vencimento após 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>153.218.560</u>	<u>1.885.903</u>	<u>155.104.463</u>	<u>2.877.221</u>	<u>94.478.160</u>	<u>876.702</u>	<u>95.354.862</u>	<u>1.460.200</u>
Itália								
. Vencimento até 2014	13.970.148	363.271	14.333.419	50.271	14.945.758	509.974	15.455.732	52.684
. Vencimento entre 2015 e 2017	-	-	-	-	-	-	-	-
. Vencimento entre 2018 e 2021	1.587.981	53.035	1.641.016	-	1.526.460	(25.940)	1.500.520	-
. Vencimento após 2021	13.590.698	1.019.301	14.609.999	1.769	14.419.375	(469.374)	13.950.001	1.769
	<u>29.148.827</u>	<u>1.435.607</u>	<u>30.584.434</u>	<u>52.040</u>	<u>30.891.593</u>	<u>14.660</u>	<u>30.906.253</u>	<u>54.453</u>
	<u>218.598.388</u>	<u>3.321.371</u>	<u>221.919.759</u>	<u>3.331.499</u>	<u>279.601.492</u>	<u>776.069</u>	<u>280.377.561</u>	<u>3.707.242</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificada na categoria de activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas, por ano de vencimento, era como segue:

Dívida soberana	31-12-2013				31-12-2012			
	Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas				Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas			
	Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço		Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço	
			Valor de mercado	Juro corrido			Valor de mercado	Juro corrido
Portugal								
. Vencimento até 2014	4.437.916	399.696	4.837.612	56.219	180.393.792	6.014.396	186.408.188	2.703.778
. Vencimento entre 2015 e 2017	110.613.807	6.727.648	117.341.455	881.851	119.500.705	4.150.493	123.651.198	948.278
. Vencimento entre 2018 e 2021	477.437.730	3.571.793	481.009.523	13.074.019	349.488.138	(19.783.448)	329.704.690	9.384.359
. Vencimento após 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>592.489.453</u>	<u>10.699.137</u>	<u>603.188.590</u>	<u>14.012.089</u>	<u>649.382.635</u>	<u>(9.618.559)</u>	<u>639.764.076</u>	<u>13.036.415</u>
Espanha								
. Vencimento até 2014	2.417.209	9.694	2.426.903	1.536	4.807.420	84.517	4.891.937	9.215
. Vencimento entre 2015 e 2017	5.151.835	(2.128)	5.149.707	68.105	263.847	5.005	268.852	4.484
. Vencimento entre 2018 e 2021	15.409.325	(41.986)	15.367.339	116.446	-	-	-	-
. Vencimento após 2021	176.500	1.624	178.124	1.308	-	-	-	-
	<u>23.154.869</u>	<u>(32.796)</u>	<u>23.122.073</u>	<u>187.395</u>	<u>5.071.267</u>	<u>89.522</u>	<u>5.160.789</u>	<u>13.699</u>
Itália								
. Vencimento até 2014	842.109	(7.109)	835.000	5.274	-	-	-	-
. Vencimento entre 2015 e 2017	2.946.625	26.379	2.973.004	5.613	-	-	-	-
. Vencimento entre 2018 e 2021	1.497.000	14.925	1.511.925	5.462	-	-	-	-
. Vencimento após 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>5.285.734</u>	<u>34.195</u>	<u>5.319.929</u>	<u>16.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>620.930.056</u>	<u>10.700.536</u>	<u>631.630.592</u>	<u>14.215.833</u>	<u>654.453.902</u>	<u>(9.529.037)</u>	<u>644.924.865</u>	<u>13.050.114</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	309.210	309.210	-	913.734	913.734
A- até A+	-	421.327	421.327	-	370.024	370.024
BBB- até BBB+	-	-	-	305.865.650	2.682	305.868.332
BB- até BB+	152.574.199	-	152.574.199	-	-	-
B- até B+	-	-	-	-	-	-
Sem rating	6.892.085	-	6.892.085	6.853.920	-	6.853.920
	<u>159.466.284</u>	<u>730.537</u>	<u>160.196.821</u>	<u>312.719.570</u>	<u>1.286.440</u>	<u>314.006.010</u>

O quadro acima inclui depósitos à ordem e não inclui os valores das comissões de gestão a receber de produtos *unit-linked* pelo facto do risco de crédito ser o da própria Companhia.

Análise de imparidade

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não detinha activos financeiros em incumprimento nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

A Companhia detinha em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, 18.194.509 unidades de participação do Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações a um custo médio de 5,877 Euros, sendo o seu valor de mercado nestas datas de 5,494 Euros e 5,364 Euros, respectivamente. Durante o exercício de 2013, a Companhia registou perdas por imparidade para este activo no montante de 6.966.761 Euros (Notas 2.2. f) e 17).

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se reflectir, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as maturidades contratuais remanescentes dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2013					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	77.369.501	-	-	-	-	77.369.501
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	233.117.107	338.842.350	1.445.885.406	860.914.249	872.118.728	3.750.877.840
Activos financeiros disponíveis para venda	102.686.063	88.219.803	83.820.059	43.081.788	93.287.022	411.094.735
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.026.608	63.248.811	-	-	1.929.279	75.204.698
Contas a receber por operações de seguro directo	6.804.580	-	-	-	-	6.804.580
Contas a receber por operações de resseguro	730.537	-	-	-	-	730.537
Contas a receber por outras operações	11.851.954	-	-	-	-	11.851.954
	<u>442.586.350</u>	<u>490.310.964</u>	<u>1.529.705.465</u>	<u>903.996.037</u>	<u>967.335.029</u>	<u>4.333.933.845</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 11)						
Valorizados ao justo valor	(208.207.384)	(374.988.511)	(1.348.915.239)	(826.392.438)	(834.271.425)	(3.592.774.997)
Valorizados ao custo amortizado	(31.733.810)	(14.828.234)	(4.163.643)	(2.643.898)	(11.517.705)	(64.887.290)
	<u>(239.941.194)</u>	<u>(389.816.745)</u>	<u>(1.353.078.882)</u>	<u>(829.036.336)</u>	<u>(845.789.130)</u>	<u>(3.657.662.287)</u>
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(7.415.619)	(4.791.314)	-	-	-	(12.206.933)
Outros	(119.023.032)	(104.591)	(309.354)	-	-	(119.436.977)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(20.260.436)	(42.816.734)	-	-	-	(63.077.170)
Contas a pagar por operações de resseguro	(8.101.925)	-	-	-	-	(8.101.925)
Contas a pagar por outras operações	(7.577.922)	-	-	-	-	(7.577.922)
	<u>(402.320.128)</u>	<u>(437.529.384)</u>	<u>(1.353.388.236)</u>	<u>(829.036.336)</u>	<u>(859.789.130)</u>	<u>(3.882.063.214)</u>
	<u>40.266.222</u>	<u>52.781.580</u>	<u>176.317.229</u>	<u>74.959.701</u>	<u>107.545.899</u>	<u>451.870.631</u>

	2012					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	145.135.685	-	-	-	-	145.135.685
Activos financeiros detidos para negociação	-	127.706	-	-	-	127.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	277.138.937	500.488.666	1.261.672.859	1.226.172.760	939.025.856	4.204.499.078
Activos financeiros disponíveis para venda	98.992.736	135.694.367	126.906.859	37.271.568	68.107.811	466.973.341
Empréstimos concedidos e contas a receber	562.804	158.290.088	-	-	1.877.073	160.729.965
Contas a receber por operações de seguro directo	6.724.165	-	-	-	-	6.724.165
Contas a receber por operações de resseguro	1.286.440	-	-	-	-	1.286.440
Contas a receber por outras operações	12.461.700	-	-	-	-	12.461.700
	<u>542.302.467</u>	<u>794.600.827</u>	<u>1.388.579.718</u>	<u>1.263.444.328</u>	<u>1.009.010.740</u>	<u>4.997.938.080</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 11)						
Valorizados ao justo valor	(223.974.695)	(482.355.850)	(1.191.967.347)	(1.213.468.060)	(953.343.882)	(4.065.109.834)
Valorizados ao custo amortizado	(35.146.330)	(2.408.844)	(16.691.953)	(2.228.255)	(11.246.097)	(67.721.479)
	<u>(259.121.025)</u>	<u>(484.764.694)</u>	<u>(1.208.659.300)</u>	<u>(1.215.696.315)</u>	<u>(964.589.979)</u>	<u>(4.132.831.313)</u>
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(6.821.225)	-	-	-	-	(6.821.225)
Outros	(173.085.662)	(207.775)	(821.015)	(322.457)	-	(174.436.909)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(13.883.982)	-	-	-	-	(13.883.982)
Contas a pagar por operações de resseguro	(27.878.062)	-	-	-	-	(27.878.062)
Contas a pagar por outras operações	(10.260.978)	-	-	-	-	(10.260.978)
	<u>(491.050.934)</u>	<u>(484.972.469)</u>	<u>(1.209.480.315)</u>	<u>(1.216.018.772)</u>	<u>(978.589.979)</u>	<u>(4.380.112.469)</u>
	<u>51.251.533</u>	<u>309.628.358</u>	<u>179.099.403</u>	<u>47.425.556</u>	<u>30.420.761</u>	<u>617.825.611</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efectiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros “*unit-linked*” sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 12), nos montantes de 42.202.924 Euros e 46.889.488 Euros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, e incluídas na rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 2.2. d).

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 “basis points”, apresenta a seguinte composição:

	2013		2012	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(96.217)	96.217	(265.405)	265.405

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à excepção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos “*unit-linked*”. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projectou os fluxos de caixa dos activos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional**Risco de Crédito**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pelo ISP. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander poderá ainda considerar-se a notação recebida por outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de rating Fitch IBCA, mantendo-se os restantes princípios inalterados.

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar a nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked* notes, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.



### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos activos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio, índices bolsistas e "commodities".

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de activos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre activos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do mercado accionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos.

A sensibilidade dos activos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos resultantes dos contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de activos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade semanal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos activos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os activos financeiros e os passivos técnicos associados aos produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

### **Risco Operacional**

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Actos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de activos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Actos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudar e apropriarem-se indevidamente de activos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Actos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Activos Físicos - Perdas ou danos em activos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transacções ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vectores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efectiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspecto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efectiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efectividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respectiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de auto-avaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objectivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as acções correctoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às acções correctoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das acções correctoras eleitas, é efectuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

## 6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012			Aquisições	2013			Saldo em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 21)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	358.388	(352.804)	5.584	787	-	-	(3.774)	359.175	(356.578)	2.597
Equipamento informático	1.628.508	(1.623.510)	4.998	726	-	-	(3.673)	1.629.234	(1.627.183)	2.051
Material de transporte	190.304	(124.071)	66.233	25.955	(28.314)	28.314	(34.646)	187.945	(130.403)	57.542
Outros activos tangíveis	177.900	(177.900)	-	-	-	-	-	177.900	(177.900)	-
	<u>2.355.100</u>	<u>(2.278.285)</u>	<u>76.815</u>	<u>27.468</u>	<u>(28.314)</u>	<u>28.314</u>	<u>(42.093)</u>	<u>2.354.254</u>	<u>(2.292.064)</u>	<u>62.190</u>

	Saldo em 31-12-2011			Aquisições	2012			Saldo em 31-12-2012		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 21)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	358.388	(349.044)	9.344	-	-	-	(3.760)	358.388	(352.804)	5.584
Equipamento informático	1.626.285	(1.613.039)	13.246	2.223	-	-	(10.471)	1.628.508	(1.623.510)	4.998
Material de transporte	190.304	(78.854)	111.450	-	-	-	(45.217)	190.304	(124.071)	66.233
Outros activos tangíveis	177.900	(177.880)	20	-	-	-	(20)	177.900	(177.900)	-
	<u>2.352.877</u>	<u>(2.218.817)</u>	<u>134.060</u>	<u>2.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(59.468)</u>	<u>2.355.100</u>	<u>(2.278.285)</u>	<u>76.815</u>

## 7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento na rubrica de activos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	Saldo em 31-12-2012			Aquisições	2013			Saldo em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações do exercício (Nota 21)		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.952.378	(2.504.935)	447.443	259.865	(218.258)			3.212.243	(2.723.193)	489.050
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-			107.677	(107.677)	-
Activos intangíveis em curso	1.194.598	-	1.194.598	973.436	-			2.168.034	-	2.168.034
	<u>4.254.653</u>	<u>(2.612.612)</u>	<u>1.642.041</u>	<u>1.233.301</u>	<u>(218.258)</u>			<u>5.487.954</u>	<u>(2.830.870)</u>	<u>2.657.084</u>

	Saldo em 31-12-2011			Aquisições	2012			Saldo em 31-12-2012		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações do exercício (Nota 21)		Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.726.758	(2.369.874)	356.884	225.620	(135.061)			2.952.378	(2.504.935)	447.443
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-			107.677	(107.677)	-
Activos intangíveis em curso	-	-	-	1.194.598	-			1.194.598	-	1.194.598
	<u>2.834.435</u>	<u>(2.477.551)</u>	<u>356.884</u>	<u>1.420.218</u>	<u>(135.061)</u>			<u>4.254.653</u>	<u>(2.612.612)</u>	<u>1.642.041</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Activos intangíveis em curso” respeita a software relacionado com o projecto Solvência II, que se encontra em fase de desenvolvimento.

8. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Comissão de gestão a receber de produtos “ <i>unit-linked</i> ”	11.764.449	12.331.953
Prémios em cobrança	6.514.320	6.649.530
Devedores por contratos de resseguro	730.537	1.286.440
Mediadores	320.769	105.144
Outros	87.505	129.747
	-----	-----
	19.417.580	20.502.814
	-----	-----
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 15)	( 30.509 )	( 30.509 )
	-----	-----
	19.387.071	20.472.305
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Devedores por contratos de resseguro” inclui o montante de 913.734 Euros a receber do ressegurador New Reinsurance, referente ao valor devido pela resolução de um tratado de resseguro relativo a apólices emitidas entre 1 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2009.

Os saldos dos instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 30.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)9. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<u>Activo</u>		
Seguros	5.532	59.935
Rendas e alugueres	45	-
	-----	-----
	5.577	59.935
	=====	=====
<u>Passivo</u>		
Prémios de desempenho a pagar	686.352	262.058
Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	282.738	303.637
Comissões pela prestação de colaterais	236.863	1.178.500
Acréscimos de custos relativos a comissões	173.586	1.404.884
Outros rendimentos diferidos	172.887	-
Prémio de Permanência	23.533	15.598
Juros a liquidar de passivos subordinados	1.549	1.494
	-----	-----
	1.577.508	3.166.171
	-----	-----
Outros acréscimos de custos por natureza:		
- Fornecimentos e serviços externos	733.967	314.237
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	391.178	479.329
- Contratos de manutenção informática	66.383	212.038
- Outros	159.093	91.123
	-----	-----
	1.350.621	1.096.727
	-----	-----
Outros custos a pagar	24.325	175.207
	-----	-----
	2.952.454	4.438.105
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Acréscimos de custos relativos a comissões" inclui os montantes de 94.483 Euros e 1.132.778 Euros, respectivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do grupo pela gestão dos activos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. Em 31 de Dezembro de 2013 encontravam-se por pagar as comissões referentes ao mês de Dezembro de 2013. Em 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se por pagar a totalidade das comissões referentes ao ano de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Comissões pela prestação de colaterais" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 25), sendo paga trimestralmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)10. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b><u>Seguro directo:</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	285.243.547	296.905.761
Mistos	5.259.690	6.297.348
<i>Universal life</i>	2.002.469	2.043.537
Rendas	286.368	304.714
	<u>292.792.074</u>	<u>305.551.360</u>
 Provisão para prémios não adquiridos	 50.058.885	 50.916.133
 Provisão para participação nos resultados atribuída	 686.170	 886.906
 Provisão para participação nos resultados a atribuir	 10.290.379	 11.581.387
 Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	16.951.197	17.862.921
Sinistros não declarados (IBNR)	3.777.380	2.557.654
Custos de gestão de sinistros	303.672	255.592
	<u>21.032.249</u>	<u>20.676.167</u>
	<u>374.859.757</u>	<u>389.611.953</u>
 <b><u>Ramos Não Vida</u></b>		
Provisão para prémios não adquiridos	54.362	65.146
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	14.052	9.060
	<u>68.414</u>	<u>74.206</u>
	<u>374.928.171</u>	<u>389.686.159</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b><u>Resseguro cedido:</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática	-	169
Provisão para prémios não adquiridos	38.135.361	48.347.477
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	12.418.938	11.212.035
	<u>50.554.299</u>	<u>59.559.681</u>
<b><u>Ramos Não Vida</u></b>		
Provisão para prémios não adquiridos	18.076	21.661
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	788	2.718
	<u>18.864</u>	<u>24.379</u>
	<u>50.573.163</u>	<u>59.584.060</u>
	=====	=====

Em Julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de Junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de Abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 Euros, equivalente à estimativa do valor actual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efectiva e total transferência dos seguintes riscos:

- i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afecta nem afectará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projectado, não afectarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (i) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (ii) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (iii) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que elegera como política contabilística a adoptar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

O montante efectivamente recebido ascendeu a 201.750.000 Euros, correspondente ao líquido entre a comissão de resseguro cedido de 239.600.000 Euros e o prémio de resseguro cedido de 37.850.000 Euros, os quais foram integralmente reconhecidos no resultado do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro” (Nota 20) e na rubrica “Prémios de resseguro cedido” (Nota 18), respetivamente. Simultaneamente, foi registado um proveito correspondente à variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, no montante de 37.850.000 Euros, na respetiva rubrica da demonstração de ganhos e perdas.

Na sequência desta operação, em 2012 a Companhia registou ainda na rubrica “Prémios de resseguro cedido” custos de 19.800.000 Euros correspondentes à estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente. Em 2013, a Companhia registou na rubrica “Prémios de resseguro cedido” proveitos de 8.559.091 Euros, na sequência do cancelamento destes tratados pelo montante total de 11.240.909 Euros.

Posteriormente aos registos iniciais, a Companhia tem vindo a contabilizar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato após 1 de Abril de 2012. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante o período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2013 e o período compreendido entre 1 de Abril e 31 de Dezembro de 2012 têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	( 87.584.850 )	( 66.310.001 )
Encargos de gestão	2.186.779	1.631.226
	-----	-----
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 18)	( 85.398.071 )	( 64.678.775 )
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	( 11.115.624 )	( 9.771.026 )
Custos com sinistros de resseguro cedido	24.352.104	18.978.324
Comissões de resseguro cedido	28.855.651	22.797.553
	-----	-----
	( 43.305.940 )	( 32.673.924 )
	=====	=====

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em Julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 Euros junto do Bank of New York Mellon. Este depósito será progressivamente mobilizável ao longo dos próximos nove anos. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o depósito ascendia a cerca de 163.567.064 Euros e 188.916.433 Euros, respectivamente.

Em Novembro de 2013, a Companhia celebrou com a General Re, Partner Re, Swiss Re e Munich Re tratados de resseguro proporcionais, no âmbito dos quais ressegurou os riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices originadas após 30 de Junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco, ficando com uma retenção de 69%. Estes tratados produziram efeitos económicos a partir de 30 de Junho de 2013.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro directo e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013			
	Saldo em 31-12-2012	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2013
Seguro directo				
Provisão matemática	305.551.360	(13.116.376)	357.090	292.792.074
Provisão para prémios não adquiridos	50.916.133	(857.248)	-	50.058.885
Provisão para participação nos resultados a atribuir	11.581.387	(1.291.008)	-	10.290.379
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	514.176	661.692	(505.338)	670.530
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	372.730	-	(357.090)	15.640
	886.906	661.692	(862.428)	686.170
	368.935.786	(14.602.940)	(505.338)	353.827.508
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(169)	169	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	(48.347.477)	10.212.116	-	(38.135.361)
	(48.347.646)	10.212.285	-	(38.135.361)
	320.588.140	(4.390.655)	(505.338)	315.692.147
2012				
	Saldo em 31-12-2011	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2012
Seguro directo				
Provisão matemática	334.805.629	(29.377.225)	122.956	305.551.360
Provisão para prémios não adquiridos	58.177.142	(7.261.009)	-	50.916.133
Provisão para participação nos resultados a atribuir	1.828.211	9.753.176	-	11.581.387
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	347.357	420.634	(253.815)	514.176
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	142.896	352.790	(122.956)	372.730
	490.253	773.424	(376.771)	886.906
	395.301.235	(26.111.634)	(253.815)	368.935.786
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(177)	8	-	(169)
Provisão para prémios não adquiridos	(25.244.052)	(23.103.425)	-	(48.347.477)
	(25.244.229)	(23.103.417)	-	(48.347.646)
	370.057.006	(49.215.051)	(253.815)	320.588.140

No exercício de 2013, a diminuição líquida da provisão matemática de seguro directo inclui transferências para contratos de investimento no montante total de 14.352.944 Euros relacionadas com o vencimento de duas modalidades-versão do produto “Seguro Poupança Garantida PPR 4%” em 31 de Dezembro de 2012 e em 30 de Setembro de 2013 (Nota 11). Estes produtos tinham sido subscritos em 29 de Outubro de 2007 e em 19 de Maio de 2008, prevendo uma taxa técnica mínima garantida e participação nos resultados de 90% do rendimento do respectivo fundo autónomo afecto, deduzido do respectivo encargo de gestão e da taxa técnica mínima garantida, sendo distribuída na data de vencimento e apenas aos contratos que se encontrassem em vigor nessa data. Nas condições desses produtos refere-se que os tomadores de seguro tinham duas opções na data de vencimento: (i) Continuar no mesmo contrato, sem garantia de capital nem de rentabilidade; ou (ii) Transferir, a pedido do tomador e mediante autorização da Companhia, o saldo da conta poupança (correspondente à provisão matemática na data de vencimento) para um outro plano de poupança em comercialização na Companhia, isento de encargos de subscrição e de transferência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A diminuição líquida da provisão matemática de seguro directo em 2012 inclui transferências para contratos de investimento no montante total de 31.286.753 Euros relacionadas com o vencimento de três modalidades-versão dos produtos “Seguro Poupança Garantida”, “Seguro Poupança Garantida 2007” e “Seguro Poupança Garantida PPR 3,5%” em 31 de Dezembro de 2011, 31 de Março de 2012 e 30 de Setembro de 2012, respectivamente (Nota 11). Estes produtos tinham sido subscritos em 27 de Maio de 2006, 2 de Janeiro de 2007 e 2 de Abril de 2007, respectivamente, prevendo taxas técnicas mínimas garantidas e participação nos resultados de 90% do rendimento do respectivo fundo autónomo afecto deduzido do respectivo encargo de gestão e da taxa técnica mínima garantida, distribuída apenas na data de vencimento aos contratos que se encontrassem em vigor nessa data. Nas condições desse produto refere-se que os tomadores de seguro tinham duas opções na data de vencimento: (i) Continuar no mesmo contrato, sem garantia de capital nem de rentabilidade; ou (ii) Transferir, a pedido do tomador e mediante autorização da Companhia, o saldo da conta poupança (correspondente à provisão matemática na data de vencimento) para um outro plano de poupança em comercialização na Companhia, isento de encargos de subscrição e transferência. A título de “prémio de fidelização e de incentivo à permanência”, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo do produto “Seguro Poupança Garantida” para 31 de Dezembro de 2014, incrementando a taxa técnica garantida e não prevendo qualquer participação nos resultados.

A diminuição das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2013 foi de 1.291.008 Euros, dos quais 1.211.665 Euros resultam da diminuição da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 17) e 79.343 Euros resultam da especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

O aumento das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2012 ascendeu a 9.753.176 Euros. Este montante inclui 9.832.737 Euros resultantes do aumento da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 17) e uma redução de 79.561 Euros originada pela especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de seguro nos exercícios de 2013 e 2012, nos montantes de 505.338 Euros e 253.815 Euros, respectivamente, foi integralmente paga em numerário.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados nos exercícios de 2013 e 2012, nos montantes de 357.090 Euros e 122.956 Euros, respectivamente, foi integralmente distribuída por incorporação na provisão matemática.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
De seguro directo						
De seguros de vida	55.588.674	(5.529.789)	50.058.885	56.836.094	(5.919.961)	50.916.133
De seguros não vida	54.362	-	54.362	65.146	-	65.146
	<u>55.643.036</u>	<u>(5.529.789)</u>	<u>50.113.247</u>	<u>56.901.240</u>	<u>(5.919.961)</u>	<u>50.981.279</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões para sinistros de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total
De seguro directo								
De seguros de vida								
Temporários	16.856.546	3.777.380	301.949	20.935.875	17.804.853	2.557.654	254.832	20.617.339
Mistos	91.365	-	1.675	93.040	51.188	-	683	51.871
Rendas	-	-	-	-	3.010	-	42	3.052
Universal life	3.286	-	48	3.334	3.870	-	35	3.905
	<u>16.951.197</u>	<u>3.777.380</u>	<u>303.672</u>	<u>21.032.249</u>	<u>17.862.921</u>	<u>2.557.654</u>	<u>255.592</u>	<u>20.676.167</u>
De seguros não vida	14.052	-	-	14.052	9.060	-	-	9.060
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(12.418.938)	-	-	(12.418.938)	(11.212.035)	-	-	(11.212.035)
De seguros não vida	(788)	-	-	(788)	(2.718)	-	-	(2.718)
Total	<u>4.545.523</u>	<u>3.777.380</u>	<u>303.672</u>	<u>8.626.575</u>	<u>6.657.228</u>	<u>2.557.654</u>	<u>255.592</u>	<u>9.470.474</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2013 e 2012 ao nível das provisões para sinistros de seguro directo do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2013			
	Provisão para sinistros em 31-12-2012	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2013 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>20.676.167</u>	<u>9.170.540</u>	<u>8.036.154</u>	<u>(3.469.473)</u>

	2012			
	Provisão para sinistros em 31-12-2011	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2012 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>24.489.183</u>	<u>10.586.808</u>	<u>8.243.818</u>	<u>(5.658.557)</u>

(\*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Em 2013 e 2012, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2013				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	25.712.394	(22.630.501)	321.071	(1.206.902)	2.196.062
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	31.916.100	-	35.011	-	31.951.111
	<u>57.628.494</u>	<u>(22.630.501)</u>	<u>356.082</u>	<u>(1.206.902)</u>	<u>34.147.173</u>
Ramo não vida	7.527	(2.258)	4.992	1.929	12.190
Total	<u>57.636.021</u>	<u>(22.632.759)</u>	<u>361.074</u>	<u>(1.204.973)</u>	<u>34.159.363</u>

	2012				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	28.987.698	(18.069.412)	(3.707.846)	(6.667.305)	543.135
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	38.257.291	-	144.960	-	38.402.251
	<u>67.244.989</u>	<u>(18.069.412)</u>	<u>(3.562.886)</u>	<u>(6.667.305)</u>	<u>38.945.386</u>
Ramo não vida	22.942	(6.883)	(921)	276	15.414
Total	<u>67.267.931</u>	<u>(18.076.295)</u>	<u>(3.563.807)</u>	<u>(6.667.029)</u>	<u>38.960.800</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Evolução dos custos com sinistros do ramo não vida - acidentes pessoais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da provisão para sinistros declarados de seguro directo do ramo acidentes pessoais, por ano de ocorrência, é a seguinte:

<u>Ano de ocorrência do sinistro</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
2013	13.821	-
2012	-	3.230
2011	231	1.502
2010	-	1.913
2009	-	2.040
2008	-	375
	<u>14.052</u>	<u>9.060</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2013 e 2012 relativos a sinistros ocorridos em anos anteriores foram os seguintes:

2013			
	Provisão para sinistros em 31-12-2012	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2013 (*)
Ramo acidentes pessoais	<u>9.060</u>	<u>2.118</u>	<u>231</u>
			<u>(6.711)</u>

2012			
	Provisão para sinistros em 31-12-2011	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2012 (*)
Ramo acidentes pessoais	<u>9.981</u>	<u>7.374</u>	<u>5.830</u>
			<u>3.223</u>

(\*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respectivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

#### Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objectivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos activos;
- Controlo dos riscos da sua actividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos activos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Concentrações de risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

31-12-2013			
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
<b>Capital seguro</b>			
Ramo vida			
Temporários e Rendas			
Crédito Habitação	12.012.525.816	11.428.982.632	-
Colectivos	961.726.466	604.688.937	-
Plano Protecção	5.118.395.270	4.776.202.215	-
Crédito ao Consumo	1.535.480.449	1.252.051.174	-
Outros	71.227.075	15.423.248	-
	<u>19.699.355.076</u>	<u>18.077.348.206</u>	<u>-</u>
Ramos não vida			
Acidentes pessoais	-	-	252.952.300
	<u>19.699.355.076</u>	<u>18.077.348.206</u>	<u>252.952.300</u>
31-12-2012			
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
<b>Capital seguro</b>			
Ramo vida			
Temporários e Rendas			
Crédito Habitação	12.524.937.403	11.732.970.183	-
Colectivos	983.877.334	595.517.625	-
Plano Protecção	4.821.773.656	4.637.493.018	-
Crédito ao Consumo	1.518.956.716	843.907.006	-
Outros	74.497.859	7.310.758	-
	<u>19.924.042.968</u>	<u>17.817.198.590</u>	<u>-</u>
Ramos não vida			
Acidentes pessoais	-	-	322.405.960
	<u>19.924.042.968</u>	<u>17.817.198.590</u>	<u>322.405.960</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Análises de sensibilidade – risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o efeito da alteração das tábuas de mortalidade na provisão para prémios não adquiridos no que se refere aos principais produtos de risco do ramo vida explorados pela Companhia é como segue:

Plano Génesis

Produto	2013			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2013
Génesis				
Periódico	4.132.327	4.110.325	4.100.783	4.165.006
Não Periódico	582.822	582.630	582.551	583.068
	<u>4.715.149</u>	<u>4.692.955</u>	<u>4.683.334</u>	<u>4.748.074</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2013	(32.925)	(55.119)	(64.740)	
	-0,69%	-1,16%	-1,36%	

Produto	2012			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2012
Génesis				
Periódico	4.914.108	4.886.960	4.874.951	4.955.294
Não Periódico	790.522	790.306	790.216	790.802
	<u>5.704.630</u>	<u>5.677.266</u>	<u>5.665.167</u>	<u>5.746.096</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2012	(41.466)	(68.830)	(80.929)	
	-0,72%	-1,20%	-1,41%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Plano Génesis” em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a PM 60/64.

Crédito ao consumo

Produto	2013		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2013
Crédito ao Consumo	15.911.219	14.782.131	16.004.659
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2013	(93.440)	(1.222.528)	
	-0,58%	-7,64%	

Produto	2012		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2012
Crédito ao Consumo	14.096.492	13.060.512	14.182.422
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2012	(85.930)	(1.121.910)	
	-0,61%	-7,91%	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Crédito ao Consumo” em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a GKM 80.

A Companhia não realizou análises de sensibilidade para os produtos temporários relativos ao crédito à habitação em virtude de os respectivos prémios serem fraccionados mensalmente. O facto de existir provisão para prémios não adquiridos nesses produtos resulta do facto de, em algumas apólices, o fraccionamento mensal não coincidir com o final do mês.

Adicionalmente, a Companhia não efectuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com oito: Abbey Life, Swiss Re, General Cologne Re, Partner Re, Genworth, Munich Re, RGA Re e AXA Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de Dezembro de 2013 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
Swiss Re	AA-
Gen Re	AA+
Munich Reinsurance Co.	AA-
Partner Re	A+
Genworth	A-
Cardif	A+
AXA France Vie / AXA France IARD	A+
RGA Insurance Company	AA-
CNP	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respectivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objectivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efectuada anualmente pelo Actuário Responsável.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adoptada tem em conta as políticas de tarificação e subscrição de riscos.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	20,18%	20,44%	17,87%	20,31%	19,09%	21,06%
Rácio de despesas de aquisição	39,99%	36,77%	46,75%	49,25%	54,89%	59,68%
Rácio combinado	60,17%	57,21%	64,62%	69,56%	73,98%	80,74%

11. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				
	Montante gerido em 31-12-2012	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2013
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	4.012.015.321	404.047.309	(1.019.175.854)	131.906.471	3.528.793.247
PPR	53.094.513	5.344.081	(10.837.753)	16.380.909	63.981.750
	<u>4.065.109.834</u>	<u>409.391.390</u>	<u>(1.030.013.607)</u>	<u>148.287.380</u>	<u>3.592.774.997</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	18.520.272	2.735.210	(2.119.787)	469.771	19.605.466
PPR	49.201.207	-	(5.450.183)	1.530.800	45.281.824
	<u>67.721.479</u>	<u>2.735.210</u>	<u>(7.569.970)</u>	<u>2.000.571</u>	<u>64.887.290</u>
	<u>4.132.831.313</u>	<u>412.126.600</u>	<u>(1.037.583.577)</u>	<u>150.287.951</u>	<u>3.657.662.287</u>
	2012				
	Montante gerido em 31-12-2011	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2012
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	3.986.893.956	544.267.939	(1.174.026.282)	654.879.708	4.012.015.321
PPR	51.476.104	9.773.068	(10.716.847)	2.562.188	53.094.513
	<u>4.038.370.060</u>	<u>554.041.007</u>	<u>(1.184.743.129)</u>	<u>657.441.896</u>	<u>4.065.109.834</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	17.285.948	2.640.944	(1.958.788)	552.168	18.520.272
PPR	32.442.013	27.516.335	(12.465.654)	1.708.513	49.201.207
	<u>49.727.961</u>	<u>30.157.279</u>	<u>(14.424.442)</u>	<u>2.260.681</u>	<u>67.721.479</u>
	<u>4.088.098.021</u>	<u>584.198.286</u>	<u>(1.199.167.571)</u>	<u>659.702.577</u>	<u>4.132.831.313</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2013 e 2012 encontram-se detalhadas na Nota 26.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os aumentos registados na categoria “Valorizados ao justo valor – Excluindo PPR” incluem as transferências para contratos de investimento no montante total de 14.352.944 Euros e 31.286.753 Euros, respectivamente (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos “unit-linked” (Nota 2.2.b)). Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Não obstante o referido no parágrafo anterior, por motivos de natureza comercial, a Companhia assumiu parcialmente o pagamento das remunerações indicativas, num produto que se venceu durante o ano e que tinha sido comercializado até Maio de 2008. Esta transferência para a carteira do produto que ascendeu ao montante aproximado de 1.613.000 Euros, viabilizou o reinvestimento num novo produto, que prevê recuperar as perdas dos tomadores de seguro. No exercício de 2012, a Companhia já tinha assumido, por motivos de natureza comercial, custos relacionados com três produtos “unit-linked” num montante total aproximado de 1.852.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia não registou quaisquer provisões para eventuais compromissos desta natureza relativos aos produtos em vigor nesta data, atendendo a que o Conselho de Administração considera não existirem quaisquer obrigações legais ou construtivas que exijam à Companhia a realização de pagamentos adicionais face aos previstos contratualmente.

12. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	12.206.933	6.821.225
Outros passivos financeiros		
Dividendos antecipados (Nota 17)	-	74.000.000
Prestações acessórias	42.202.924	46.889.488
Prestações acessórias – Pendentes de liquidação	1.703.386	-
Instrumentos financeiros derivados		
De produtos “unit-linked”	420.776	1.349.564
De outros produtos	-	1.683
Descobertos em depósitos à ordem (produtos “unit-linked”)	13.065.866	39.788.576
Comissão de gestão a pagar (produtos “unit-linked”)	11.764.453	12.331.953
Operações pendentes de liquidação	50.260.238	-
Outros	19.334	75.645
	-----	-----
	119.436.977	174.436.909
	-----	-----
	145.643.910	195.258.134
	=====	=====

A rubrica “Passivos subordinados” refere-se ao empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Companhia em 30 de Dezembro de 2002, denominado “Totta Seguros 2002”. Este empréstimo tem duração indeterminada e está representado por 280 obrigações de valor nominal de 50.000 Euros cada. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Euribor a seis meses, divulgada pela Reuters no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,60%. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado a pedido da Companhia, após autorização prévia do Instituto de Seguros de Portugal. O empréstimo foi integralmente subscrito pelo Banco Santander Totta, S.A. (Nota 30).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Prestações acessórias

A Companhia tem um conjunto de produtos “unit-linked” sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afectados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 2.2., a Companhia recebeu do accionista único 85.000.000 Euros em prestações acessórias (que podem ir até ao montante máximo de 100.000.000 Euros). A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 Euros na aquisição de três obrigações com cupões variáveis, CXGD Float 09/49, CXGD Float 06/49 e BPI Cap Fin Float 49, cujo valor de mercado total em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 era de 39.350.000 Euros e 38.395.000 Euros, respectivamente. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um swap de taxa de juro em que paga juro variável e recebe fixo. Durante o ano de 2013 venceu-se um dos swaps sendo o valor de mercado dos swaps em vigor nessas datas de 2.048.566 Euros e 5.075.438 Euros, respectivamente. O valor remanescente das prestações acessórias foi aplicado em depósitos cujo valor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 era de 2.507.743 Euros e 3.419.050 Euros, respectivamente. O rendimento destes investimentos está a ser atribuído às carteiras dos produtos “unit-linked” particularmente afectados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

A Companhia reembolsará o accionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações e “unwind” dos swaps for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida em que não o seja, reembolsará o accionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações e “unwind” dos respectivos swaps. A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 2.2.a) i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, swaps, depósitos e prestações acessórias ao justo valor através de ganhos e perdas.

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Prestações acessórias obtidas	85.000.000	85.000.000
Menos-valias nas obrigações	( 42.230.950 )	( 43.185.950 )
Mais-valias nos swaps	2.047.941	5.075.438
Desconto pull-to-par	( 2.614.067 )	-
	-----	-----
Prestações acessórias exigíveis	42.202.924	46.889.488
	-----	-----
Prestações acessórias - Pendentes de liquidação	1.703.385	-
	-----	-----
	43.906.309	46.889.488
	=====	=====

Em 2013 a Companhia passou a efectuar o reconhecimento do diferencial entre o custo de aquisição e o valor de reembolso de capital na data da call das obrigações BPI Capital Finance, através do método da taxa efectiva (desconto pull-to-par).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Títulos de dívida	39.350.000	38.395.000
Instrumentos financeiros derivados	2.048.566	5.075.438
Depósitos a prazo	1.922.340	3.419.000
Depósitos à ordem	585.403	50
	-----	-----
	43.906.309	46.889.488
	=====	=====

13. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Comissões a pagar	62.848.435	13.535.417
Tomadores de seguro	228.725	346.751
Outras dívidas para com segurados	10	1.814
Contas a pagar por operações de resseguro	8.101.925	27.878.062
Contas a pagar por outras operações		
Resgates pendentes de liquidação	7.209.526	9.631.804
Outros credores	335.579	261.761
Outros fornecedores	32.817	367.413
	-----	-----
	78.757.017	52.023.022
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se a comissões a pagar pela Companhia a instituições financeiras do Grupo Santander pela angariação de apólices. Em 31 de Dezembro de 2013 encontravam-se por pagar as comissões dos 2º, 3º e 4º trimestres de 2013, tendo o 2º trimestre sido regularizado em 2014, e em 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2012, as quais foram regularizadas em 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	51.418.689	-
Outros impostos a pagar	( 2.134.769 )	-
	-----	--
	49.283.920	-
	-----	--
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	( 86.850.834 )
Outros impostos a pagar	-	( 1.797.930 )
	-----	-----
	-	( 88.648.764 )
	-----	-----
	49.283.920	(88.648.764 )
	=====	=====
 Activos por impostos diferidos	 2.878.518	 9.673.354
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos de activos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Colecta	-	( 68.034.093 )
Derrama municipal e estadual	-	( 18.810.874 )
Tributações autónomas	( 75.945 )	( 5.867 )
Pagamentos por conta	51.494.634	-
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a recuperar / (a pagar)	51.418.689	( 86.850.834 )
	=====	=====
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efectuadas a terceiros	( 1.338.128 )	( 984.635 )
Outros impostos e taxas	( 755.882 )	( 767.212 )
Contribuições para a segurança social	( 40.759 )	( 46.083 )
	-----	-----
	( 2.134.769 )	( 1.797.930 )
	=====	=====

No exercício de 2012 não foi devido qualquer pagamento por conta, em virtude de não ter existido imposto liquidado relativo ao exercício de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013		
	Saldo em	Variação em	
	31-12-2012	Capital Próprio	Resultados
Saldo em			31-12-2013
<u>Impostos diferidos</u>			
De activos financeiros disponíveis para venda:			
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.123.732	(1.123.732)	-
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	1.630.961	(1.630.961)	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(371.443)	(118.259)	-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1.015.000	-	(334.041)
Incentivos de longo prazo	38.104	-	13.312
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	719.986
Menos valias e imparidades não aceites	-	-	1.915.859
Custos a pagar a resseguradores	6.237.000	-	(6.237.000)
	<u>9.673.354</u>	<u>(2.872.952)</u>	<u>(3.921.884)</u>
			<u>2.878.518</u>
<u>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</u>			
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	(132.142)	132.142
	<u>9.673.354</u>	<u>(3.005.094)</u>	<u>(3.789.742)</u>
			<u>2.878.518</u>
	2012		
	Saldo em	Variação em	
	31-12-2011	Capital Próprio	Resultados
Saldo em			31-12-2012
<u>Impostos diferidos - Ajustamentos de transição</u>			
Valor de Mercado - ADV - Obrigações vida com participação	60.600	-	(60.600)
Passagem dos swaps a valor de mercado	(16.648)	-	16.648
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	16.516	-	(16.516)
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	86.428	-	(86.428)
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(521)	-	521
	<u>146.375</u>	<u>-</u>	<u>(146.375)</u>
			<u>-</u>
<u>Impostos diferidos</u>			
De activos financeiros disponíveis para venda:			
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.735.354	(611.622)	-
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	2.542.629	(911.668)	-
Acções BPI - Livres	1.144.920	-	(1.144.920)
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	926.826	(1.298.269)	-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	725.000	-	290.000
Incentivos de longo prazo	23.160	-	14.944
Prejuízos fiscais reportáveis	5.331.029	-	(5.331.029)
Custos a pagar a resseguradores	-	-	6.237.000
	<u>12.428.918</u>	<u>(2.821.559)</u>	<u>65.995</u>
			<u>9.673.354</u>
<u>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</u>			
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	(9.694.991)	9.694.991
	<u>12.575.293</u>	<u>(12.516.550)</u>	<u>9.614.611</u>
			<u>9.673.354</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2013	2012
Impostos correntes	( 431.386 )	86.850.834
Impostos diferidos	3.789.742	( 9.614.611 )
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>3.358.356</u>	<u>77.236.223</u>
Resultado antes de impostos	8.991.412	237.318.364
Taxa efectiva de imposto	37,35%	32,55%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		8.991.412		237.318.364
Imposto apurado com base na taxa nominal	25% <sup>(1)</sup>	2.247.853	31,4% <sup>(2)</sup>	74.510.285
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - variações patrimoniais líquidas de activos financeiros disponíveis para venda a representar carteiras de vida com participação nos resultados	-0,20%	(18.227)	0,93%	2.204.679
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - outras variações patrimoniais líquidas	0,00%	-	0,01%	33.864
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - Venda de acções do BPI	0,00%	-	0,16%	387.221
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes nos movimentos de custos a pagar a resseguradores e "Outras provisões"	15,18%	1.365.095	0,01%	23.997
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes na utilização do prejuízo fiscal de 2011	0,00%	-	0,03%	73.300
Correcções a exercícios anteriores	0,08%	6.750	0,00%	-
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - Prejuízo fiscal de 2013	0,70%	62.533	0,00%	-
Menos valias e imparidades não aceites	1,94%	174.169	0,00%	-
Excesso de estimativa de imposto	-5,64%	(507.331)	0,00%	-
Tributações autónomas	0,84%	75.945	0,00%	5.868
Outras diferenças permanentes	-0,54%	(48.431)	0,00%	(2.991)
Carga de imposto sobre o rendimento do período	37,35%	<u>3.358.356</u>	32,55%	<u>77.236.223</u>

(1) Imposto apurado pela aplicação da taxa nominal de IRC de 25%.

(2) Imposto apurado pela aplicação da taxa nominal de IRC de 25%, à qual acresce a taxa nominal de 1,5% sobre o lucro tributável a título de derrama municipal. Adicionalmente, sobre o lucro tributável sujeito e não isento, acrescem as taxas nominais de 3% e 5%, sobre o lucro tributável na parte que excede 1.500.000 Euros até 10.000.000 Euros e sobre a parte que excede 10.000.000 Euros, respectivamente, a título de derrama estadual.

Em 2013 e 2012, a taxa nominal de imposto da Companhia, incluindo as taxas das derramas municipal e estadual, foi de 25% e 31,4% (Nota 2.10.).

No exercício de 2013, a Companhia apurou um prejuízo fiscal no montante de 3.130.374 Euros, tendo registado os correspondentes activos por impostos diferidos, à taxa de 23%, no montante de 719.986 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2011, a Companhia apurou um prejuízo fiscal no montante de 21.324.114 Euros, tendo registado os correspondentes activos por impostos diferidos no montante de 5.331.029 Euros, os quais foram integralmente utilizados no exercício de 2012.

Em resultado da inspecção tributária aos exercícios de 2006 e 2007, a Companhia recebeu liquidações adicionais de IRC no montante de 430.891 Euros e 89.451 Euros, respectivamente. Por não concordar com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais a Companhia decidiu proceder à impugnação judicial destas liquidações e à prestação das correspondentes garantias de 325.524 Euros e 84.444 Euros, tendo liquidado o remanescente. Estes montantes encontravam-se integralmente provisionados em 31 de Dezembro de 2012. Em 2013, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas (DL nº 151-A/2013 de 31/10) a Companhia procedeu à liquidação daqueles montantes e efectuou o levantamento das garantias bancárias prestadas, mantendo-se no entanto a decorrer o processo judicial.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios susceptíveis de serem objecto de inspecção seja significativa para as demonstrações financeiras.

#### 15. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ACTIVO

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do activo” foi o seguinte:

	2012 e 2013					
	Saldos em 31-12-2011	Reforços	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2012	Reforços	Reposições e anulações
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 8)	30.509	-	-	30.509	-	-
Outras provisões	2.521.783	1.414.177	798	3.936.758	-	(1.428.943)
	<u>2.552.292</u>	<u>1.414.177</u>	<u>798</u>	<u>3.967.267</u>	<u>-</u>	<u>(1.428.943)</u>
						<u>2.538.324</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da actividade da Companhia.

#### 16. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efectuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal.

No segundo semestre de 2013, a Companhia foi informada pelo ISP de que, para efeitos de cálculo da margem de solvência deveria ser aplicado um filtro prudencial quanto ao tratamento da operação de resseguro extraordinária realizada no ano de 2012. Assim, em 31 de Dezembro de 2013 a Companhia procedeu à anulação, nos elementos constitutivos da Margem de Solvência, da comissão de resseguro reconhecida em 2012, no valor líquido de imposto de 164.126.000 Euros, passando a reconhecer os resultados daquela operação, para efeitos de solvência, à medida da sua execução.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em Dezembro de 2013, a Companhia recebeu do accionista único prestações acessórias no montante de 32.000.000 Euros que, atendendo à sua natureza e finalidade, foram classificadas na rubrica de Capital Próprio - Outros Instrumentos de Capital, fazendo parte dos elementos constitutivos da Margem de Solvência. O reembolso destas prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Margem de Solvência, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis, das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Elementos constitutivos	95.140.126	144.513.233
Elementos a constituir – ramo vida	( 65.891.925 )	( 71.414.852 )
Elementos a constituir – ramo não vida	( 2.500.000 )	( 2.500.000 )
Excesso de Margem de Solvência	<u>26.748.201</u> =====	<u>70.598.381</u> =====
Taxa de cobertura	139,11%	195,51%

17. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Dividendos antecipados	- =	( 74.000.000 ) =====
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
- Fundos de Investimento Mobiliário	-	( 9.322.186 )
- Obrigações	11.991.888	12.340.100
Provisão para participação nos resultados a atribuir – valias em obrigações	( 9.372.317 )	( 10.583.982 )
	<u>2.619.571</u> =====	<u>( 7.566.068 )</u> =====
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	( 759.675 )	2.245.419
	<u>( 759.675 )</u> =====	<u>2.245.419</u> =====
Reserva legal	30.779.278	14.771.064
	<u>30.779.278</u> =====	<u>14.771.064</u> =====
Outras reservas	36.949	48.406
	<u>36.949</u> =====	<u>48.406</u> =====
Resultados transitados	59.398.238	59.342.312
	<u>59.398.238</u> =====	<u>59.342.312</u> =====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação de fundos de investimento mobiliário e de acções foram determinadas da seguinte forma:

	<u>31 de Dezembro de 2013</u>			
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	99.955.974	106.922.735	-	( 6.966.761 )

	<u>31 de Dezembro de 2012</u>			
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	97.600.549	106.922.735	( 9.322.186 )	-

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda (Notas 2.2.a) iii) e 5). Durante o exercício de 2013, a Companhia registou perdas por imparidade no montante de 6.966.761 Euros (Notas 2.2. f) e 5) para o investimento no Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações.

Nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o apuramento dos resultados básicos por acção pode ser apresentado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do período	5.633.056	160.082.141
Número médio de acções em circulação no período (Nota 16)	47.250.000	47.250.000
Resultados básicos por acção	0,12	3,39

Não é aplicável o conceito de resultados por acção diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

Em 2013 e 2012, foi deliberada a distribuição ao accionista de dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011, nos montantes de 144.018.000 Euros (inclui distribuição antecipada de 74.000.000 Euros) e 2.220.750 Euros, respectivamente, o que correspondeu a um dividendo por acção de 3,05 Euros e 0,05 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

## 18. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2013 e 2012, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco	122.605.255	(90.108.949)	32.496.306	110.470.926	(143.851.516)	(33.380.590)
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	24.723.346	169	24.723.515	30.776.328	(1.667)	30.774.661
	147.328.601	(90.108.780)	57.219.821	141.247.254	(143.853.183)	(2.605.929)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco	1.247.420	(9.837.096)	(8.589.676)	8.064.849	23.103.426	31.168.275
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	1.247.420	(9.837.096)	(8.589.676)	8.064.849	23.103.426	31.168.275
	148.576.021	(99.945.876)	48.630.145	149.312.103	(120.749.757)	28.562.346
Ramo não vida						
Prémios brutos emitidos	1.275.400	(424.071)	851.329	1.532.798	(509.655)	1.023.143
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	10.783	(3.585)	7.198	8.955	(2.978)	5.977
	1.286.183	(427.656)	858.527	1.541.753	(512.633)	1.029.120
	149.862.204	(100.373.532)	49.488.672	150.853.856	(121.262.390)	29.591.466

No exercício de 2013, a rubrica “Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido”, inclui o montante de 85.398.071 Euros referente a prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 10). No exercício de 2012, esta rubrica inclui os montantes de 37.850.000 Euros e 64.678.775 Euros, referentes ao prémio inicial e aos prémios subsequentes registados no âmbito deste tratado.

Em 2012, esta rubrica inclui ainda custos de 19.800.000 Euros correspondentes à estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente. Em 2013, a Companhia registou nesta rubrica proveitos de 8.559.091 Euros, correspondentes ao excesso de estimativa apurado na sequência do cancelamento desses tratados.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro directo do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2013	2012
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	76.859.659	69.665.476
Relativos a contratos de grupo	70.468.942	71.581.778
	147.328.601	141.247.254
Periódicos	110.927.858	102.545.639
Não periódicos	36.400.743	38.701.615
	147.328.601	141.247.254
De contratos sem participação nos resultados	121.315.696	109.166.084
De contratos com participação nos resultados	26.012.905	32.081.170
	147.328.601	141.247.254

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)19. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2013 e de 2012, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	1.364	7.842
PPR/E Super 50 Garantido	11.452	10.625
PPR Poupança Garantida 5+	-	11.759
	-----	-----
	12.816	30.226
<i>"Unit-linked"</i>		
Poupança Rendimento Vida	31.008.262	31.811.677
Super Rendimento Seguro	7.567.619	7.430.004
Seguro Investimento	7.188.211	8.373.778
Seguro Poupança Segura PPR	596.623	532.068
Fundos Santander	18.196	17.296
	-----	-----
	46.378.911	48.164.823
	-----	-----
	46.391.727	48.195.049
	=====	=====

As comissões relativas a produtos "unit-linked" recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos activos sob gestão; (ii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos; e (iii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição:

Comissões <i>"Unit-linked"</i>		
Comissões de gestão	37.296.318	38.899.240
Comissões <i>upfront</i>	5.535.319	5.943.954
Comissões de resgate	3.547.274	3.321.629
	-----	-----
	46.378.911	48.164.823
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)20. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	48.903.573	44.566.293
Outros custos de aquisição	1.862.521	388.467
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	33.689.678	34.580.381
Custos imputados (Nota 21)	2.068.322	1.928.824
De seguros não vida		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	255.080	306.560
Outros custos de aquisição	24.072	32.187
	-----	-----
	86.803.246	81.802.712
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 10)	390.172	803.840
Gastos administrativos (Nota 21)	3.021.111	2.833.042
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	( 33.069.835 )	( 268.481.241 )
Participação nos resultados do ramo vida	489.954	( 4.655.506 )
Custos de aquisição diferidos	375.020	-
Comissões de acidentes pessoais	( 130.963 )	( 136.815 )
	-----	-----
	( 32.335.824 )	( 273.273.562 )
	-----	-----
	57.878.705	(187.833.968 )
	=====	=====

Nos termos do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited ("Abbey Life"), a Companhia recebeu, enquanto cedente, uma comissão no montante de 239.600.000 Euros, a qual foi reconhecida em 2012 na rubrica "Comissões do ramo vida". Nesta rubrica foram ainda registadas as comissões subsequentes recebidas no âmbito deste tratado, no montante de 22.797.553 Euros e custos no montante total de 1.124.220 Euros relativos a honorários por serviços profissionais incorridos no processo de elaboração do tratado de resseguro (Nota 10). Em 2013, foram registadas nesta rubrica as comissões recebidas no âmbito deste tratado, no montante de 28.855.651 Euros.

Em 2012, a rubrica "Participação nos resultados do ramo vida", no montante de 4.655.506 Euros, refere-se à participação nos resultados atribuída à Companhia no âmbito dos tratados que vieram a ser cancelados em 2013, na sequência da operação celebrada com a Abbey Life.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)21. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2013 e 2012, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos com o pessoal (Nota 22)	2.737.116	2.699.429
	-----	-----
Fornecimentos e serviços externos:		
. Gastos com informática	1.146.089	810.413
. Consultoria e assessoria	853.602	776.947
. Comunicações	308.527	344.601
. Rendas e alugueres (Nota 30)	204.625	249.537
. Quotizações	119.726	115.183
. Trabalhos especializados	39.316	45.731
. Deslocações e estadas	42.407	46.325
. Impressos	37.989	38.735
. Material de escritório	12.932	24.028
. Outros	131.036	154.553
	-----	-----
	2.896.249	2.606.053
	-----	-----
Encargos com comissões por serviços bancários (Nota 30)	2.149.857	2.527.554
Impostos e taxas	265.909	337.936
Amortizações do exercício (Notas 6 e 7)	260.351	194.529
Juros suportados de depósitos de resseguradores	91.919	72.927
	-----	-----
	8.401.401	8.438.428
	=====	=====

Matriz de imputação de custos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos administrativos (Nota 20)	3.021.111	2.833.042
Custos com investimentos (Nota 25)	2.229.694	2.659.156
Custos de aquisição (Nota 20)	2.068.322	1.928.824
Custos com sinistros	1.082.274	1.017.406
	-----	-----
	8.401.401	8.438.428
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012, parte dos saldos das rubricas “Gastos com informática” e “Consultoria e assessoria” dizem respeito à prestação de serviços informáticos, facturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 700.172 Euros e 377.133 Euros, respectivamente (Nota 30).

A rubrica “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa para o Instituto de Seguros de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)22. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	467.005	580.764
Do pessoal	1.762.248	1.656.729
	-----	-----
	2.229.253	2.237.493
	-----	-----
Encargos sobre remunerações	409.822	385.726
	-----	-----
Benefícios pós-emprego (Nota 23)	6.470	6.470
Outros benefícios a longo prazo	18.875	15.598
Outros gastos com pessoal	72.696	54.142
	-----	-----
	2.737.116	2.699.429
	=====	=====

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2013 e 2012 e a pagar em 2014 e 2013, nos montantes de 512.352 Euros e 262.058 Euros, respectivamente.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado o novo Contrato Colectivo de Trabalho para o sector segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de Janeiro de 2012, nos termos do qual o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Em 2013 e 2012 a rubrica “Outros benefícios a longo prazo” corresponde na totalidade ao acréscimo de custos para o prémio de permanência.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2013 e 2012, por categoria profissional, foi o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dirigentes executivos	1	2
Quadros superiores	8	7
Quadros médios	9	9
Profissionais altamente qualificados	14	13
Profissionais qualificados	19	19
	----	----
	51	50
	==	==

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 49 e 54, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2013, em milhares de Euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

**Conselho de Administração**

Nome	Remuneração	
	Fixa	Variável
Paula Figueiredo <sup>(1)</sup>	51	-
Eduardo Alves da Silva	210	174
	<u>261</u>	<u>174</u>

<sup>(1)</sup> Terminou o mandato em 2013

**Conselho Fiscal**

Nome	Remuneração	
	Fixa	Variável
José Duarte Assunção Dias	14	-
António Baia Engana	9	-
Maria Manuela Lourenço	9	-
	<u>32</u>	<u>-</u>

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta Seguros, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial que está dividido em ciclos. Em Julho de 2013, foi finalizado o quinto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Não tendo sido cumpridos os objectivos associados ao plano, não foram atribuídas acções.

Os honorários facturados e a facturar pela Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, ascendem a 115.000 Euros, dos quais 50.600 Euros relativos à revisão legal das contas e 64.400 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante.

O novo plano de contribuição definida abrange todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, através de um plano individual de reforma ("PIR"), em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho.

Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Deste modo, os valores integralmente financiados das responsabilidades pelos serviços passados, calculados a 31 de Dezembro de 2011, relativos às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.<sup>a</sup>, n.º 4, do anterior CCT, foram convertidos em contas individuais desses trabalhadores, tendo sido integrados como contribuições iniciais nos respectivos planos individuais de reforma.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efectua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.<sup>a</sup>, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- i) No ano de 2015, para os trabalhadores no activo, admitidos na actividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995;
- ii) No ano de 2012, para os trabalhadores no activo, admitidos na actividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009;
- iii) No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efectivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializará o plano individual de reforma, que deverá prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição de regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados ascendiam a 171.464 Euros, tendo sido este o montante total transferido para as contas individuais dos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, e que corresponde às contribuições iniciais para o PIR em 1 de Janeiro de 2012.

O excesso de cobertura das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 27.895 Euros, foi transferido para a conta de reserva da Companhia, destinando-se a fazer face às futuras contribuições anuais para o PIR.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia efectuou contribuições para os planos individuais de reforma no montante de 6.470 Euros em cada ano (Nota 22), tendo sido utilizado parte do excesso existente na conta de reserva. A taxa de rendibilidade do fundo em 2013 e 2012 ascendeu a 6% e 6,13%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foram determinadas com base num estudo actuarial realizado pela Towers Watson, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	31-12-2011
Método actuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV80
Taxa de retorno dos activos do plano	5,07%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,85%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%
Idade normal de reforma	65

Tal como em outros planos de contribuição definida, o valor dos benefícios pós-emprego recebidos pelo empregado é determinado com base no valor das contribuições pagas pela Companhia (e caso aplicável também das contribuições voluntárias efectuadas pelo empregado), juntamente com os retornos de investimento decorrentes das contribuições.

## 24. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2013				2012			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
Ramo vida:								
Activos financeiros detidos para negociação	104.569	-	-	104.569	266.894	-	-	266.894
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	169.835.053	-	11.293	169.846.346	208.324.354	976	42.913	208.368.243
Activos financeiros disponíveis para venda	12.795.414	-	-	12.795.414	17.089.972	-	-	17.089.972
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.026.678	-	-	1.026.678	373.242	-	-	373.242
Depósitos à ordem em instituições de crédito	86.605	-	-	86.605	364.342	-	-	364.342
	<u>183.848.319</u>	<u>-</u>	<u>11.293</u>	<u>183.859.612</u>	<u>226.418.804</u>	<u>976</u>	<u>42.913</u>	<u>226.462.693</u>
Ramos não vida:								
Activos financeiros disponíveis para venda	1.716	-	-	1.716	4.800	-	-	4.800
Depósitos à ordem em instituições de crédito	953	-	-	953	485	-	-	485
	<u>2.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.669</u>	<u>5.285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.285</u>
Não afectos:								
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	445.783	-	-	445.783	694.924	-	-	694.924
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.224.284	-	-	2.224.284	2.808.377	-	-	2.808.377
Depósitos à ordem em instituições de crédito	312.693	-	-	312.693	1.382.157	-	-	1.382.157
	<u>2.982.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.982.760</u>	<u>4.885.458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.885.458</u>
	<u>186.833.748</u>	<u>-</u>	<u>11.293</u>	<u>186.845.041</u>	<u>231.309.547</u>	<u>976</u>	<u>42.913</u>	<u>231.353.436</u>

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 30.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)25. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2013 e 2012, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 21)	2.137.828	91.866	2.229.694	2.580.381	78.775	2.659.156
Juros de interest rate swaps:						
Vida com participação	5.560	-	5.560	50.462	-	50.462
Produtos unit-linked	10.116.639	-	10.116.639	20.124.076	-	20.124.076
Juros de operações de reporte:						
Vida com participação	-	-	-	568.623	-	568.623
Vida sem participação	-	-	-	105.745	-	105.745
Produtos unit-linked	-	-	-	2.931.123	-	2.931.123
De outros passivos financeiros:						
Comissões	-	1.498.253	1.498.253	-	3.105.857	3.105.857
Juros de passivos subordinados	-	275.218	275.218	-	411.275	411.275
Juros de mora	-	-	-	-	529	529
	<u>12.260.027</u>	<u>1.865.337</u>	<u>14.125.364</u>	<u>26.360.410</u>	<u>3.596.436</u>	<u>29.956.846</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica “De outros passivos financeiros - Comissões” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 10).

26. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2013 e 2012, os ganhos (perdas) líquidos de activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 26.1)	1.180.281	191.505
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 26.3)	( 2.013.387 )	( 2.290.907 )
	-----	-----
	( 833.106 )	( 2.099.402 )
	=====	=====
<b>Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 26.1)	( 11.431.118 )	38.159.330
Valias líquidas potenciais (Nota 26.2)	48.507.207	483.895.963
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 26.3)	( 195.326.061 )	( 706.411.903 )
	-----	-----
	( 158.249.972 )	( 184.356.610 )
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

26.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2013 e 2012, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos financeiros detidos para negociação	-	(92.628)	(92.628)	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.695.243	(18.071.552)	(11.376.309)	78.609.145	(40.458.226)	38.150.919
Activos financeiros disponíveis para venda	1.181.284	(1.003)	1.180.281	1.090.908	(990.166)	100.742
	<u>7.876.527</u>	<u>(18.165.183)</u>	<u>(10.288.656)</u>	<u>79.700.053</u>	<u>(41.448.392)</u>	<u>38.251.661</u>
Não técnica:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	37.819	-	37.819	8.411	-	8.411
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	90.763	-	90.763
	<u>37.819</u>	<u>-</u>	<u>37.819</u>	<u>99.174</u>	<u>-</u>	<u>99.174</u>
	<u>7.914.346</u>	<u>(18.165.183)</u>	<u>(10.250.837)</u>	<u>79.799.227</u>	<u>(41.448.392)</u>	<u>38.350.835</u>

26.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2013 e 2012, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	10	(155.899)	(155.889)
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	130.555.895	(84.796.580)	45.759.315	497.934.437	(16.028.035)	481.906.402
	<u>130.555.895</u>	<u>(84.796.580)</u>	<u>45.759.315</u>	<u>497.934.447</u>	<u>(16.183.934)</u>	<u>481.750.513</u>
Não técnica:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.011.038	(263.146)	2.747.892	2.241.055	(95.605)	2.145.450
	<u>3.011.038</u>	<u>(263.146)</u>	<u>2.747.892</u>	<u>2.241.055</u>	<u>(95.605)</u>	<u>2.145.450</u>
	<u>133.566.933</u>	<u>(85.059.726)</u>	<u>48.507.207</u>	<u>500.175.502</u>	<u>(16.279.539)</u>	<u>483.895.963</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)26.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2013 e 2012, as variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento apresentam a seguinte composição (Nota 11):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	( 198.600.709 )	( 707.968.790 )
Variações negativas dos passivos financeiros	3.274.648	1.556.887
	<u>( 195.326.061 )</u>	<u>( 706.411.903 )</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked" (Nota 19)	46.378.911	48.164.823
Outros	659.770	805.184
	<u>( 148.287.380 )</u>	<u>( 657.441.896 )</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
- Juros creditados aos passivos financeiros	( 2.013.387 )	( 2.290.907 )
- Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados (Nota 19)	12.816	30.226
	<u>( 2.000.571 )</u>	<u>( 2.260.681 )</u>
	<u>( 150.947.721 )</u>	<u>( 659.702.577 )</u>
	=====	=====

27. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2013 e 2012, esta rubrica inclui exclusivamente os resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afectos a produtos *unit-linked*.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 30)	( 260.395 )	( 367.903 )
Outros gastos relativos ao ramo vida	( 1.191 )	( 15.463 )
Bonificação por resgates e anulações	2.852	161
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	3.345	13.758
	<u>( 255.389 )</u>	<u>( 369.447 )</u>
	=====	=====

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Correcções à estimativa de IRC de anos anteriores	( 441.976 )	( 61.046 )
Ganhos e perdas líquidos em outros activos tangíveis	9.864	-
Outros	( 1.244 )	( 1.703 )
Restituição de impostos	-	414.975
	-----	-----
	( 433.356 )	352.226
	=====	=====

No exercício de 2013, a rubrica “Correcções à estimativa de IRC de anos anteriores” corresponde essencialmente ao pagamento de liquidações adicionais de IRC recebidas pela Companhia em anos anteriores, tendo contrapartida na redução de “Outras provisões” (Notas 14 e 15).

No exercício de 2012, o saldo da rubrica “Restituição de impostos” tem origem na reclassificação de provisões para contingências fiscais tendo correspondência em dotações de igual montante das “Outras provisões” (Nota 15).

30. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2013 e 2012, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia</b>	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
ISBAN-INGENÍERIA SOFTWARE	Portugal
PRODUBAN - Servicios Informaticos Generales	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
SBGE, S.A.	Espanha
Banco Santander Consumer	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
Pedro Aires Coruche de Castro e Almeida	
Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva	
Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino <sup>(1)</sup>	
Armindo Alberto Bordalo Escalda	
Joaquim Manuel de Oliveira Filipe	
Oscar Villoslada Montpart	
Joaquim Capdevila Coromina	
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
José Duarte Assunção Dias	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço <sup>(2)</sup>	
Emídio de Jesus Maria <sup>(3)</sup>	

(1) - Terminou o mandato em 2013.

(2) - Nomeada em Assembleia Geral da Companhia de 3 de Setembro de 2012.

(3) - Renúncia apresentada em Assembleia Geral da Companhia de 3 de Setembro de 2012.

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 22.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são como segue:

31-12-2013									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	SBGE	Banco Santander Consumer
<b>Activo</b>									
Depósitos à ordem	147.784.818	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	1.267.614.061	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-	858.615	172.680	38.004	-	-
Contas a receber	1.945.695	4.258	-	-	5.202	2.193	-	-	-
<b>Total do Activo</b>	<b>1.417.344.574</b>	<b>4.258</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>863.817</b>	<b>174.873</b>	<b>38.004</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(43.906.309)	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(62.847.627)	(94.483)	-	-	-	-	-	-	(3.815)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(76.847.627)</b>	<b>(94.483)</b>	<b>(43.906.309)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.815)</b>
<b>Ganhos e perdas</b>									
Juros de depósitos à ordem	(22.845)	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	58.795.770	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	(82.796.652)	-	-	-	-	-	-	-	(51.257)
Comissões de gestão	-	(1.191.934)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de liquidação	(27.946)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(921.882)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	(260.395)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	(249.036)	(381.391)	(69.745)	147.995	-
Renda	(204.625)	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	(28.456)	-	-	-	(1.943)	(392)	(218)	-	-
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	20.167	-	-	-	-	-
Empréstimo de curto prazo (Juro)	75.576	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões por colaterais prestados	(1.498.253)	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo subordinado	(275.218)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(27.164.926)</b>	<b>(1.191.934)</b>	<b>-</b>	<b>20.167</b>	<b>(250.979)</b>	<b>(381.783)</b>	<b>(69.963)</b>	<b>147.995</b>	<b>(51.257)</b>

31-12-2012									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	SBGE	Banco Santander Consumer
<b>Activo</b>									
Depósitos à ordem	327.681.487	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	1.510.414.192	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo de curto prazo	1.662.649	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-	961.585	103.630	94.305	142.705	-
Contas a receber	1.892.688	14.300	-	-	30.667	8.217	-	-	-
<b>Total do Activo</b>	<b>1.841.651.016</b>	<b>14.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>992.252</b>	<b>111.847</b>	<b>94.305</b>	<b>142.705</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(120.889.488)	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(13.868.213)	(1.132.778)	-	-	-	-	-	-	(4.817)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(27.868.213)</b>	<b>(1.132.778)</b>	<b>(120.889.488)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.817)</b>
<b>Ganhos e perdas</b>									
Juros de depósitos à ordem	2.306.843	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	34.966.322	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	(79.385.266)	-	-	-	-	-	-	-	(67.720)
Comissões de gestão	-	(1.132.778)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de liquidação	(31.285)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(1.357.761)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	(367.903)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	(266.552)	(176.001)	(96.487)	-	-
Renda	(198.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	(69.213)	-	-	-	(1.812)	-	-	-	-
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	25.171	-	-	-	-	-
Empréstimo de curto prazo (Juro)	1.733.927	-	-	-	-	-	-	-	-
Repo	(3.605.491)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reverse Repo	5.320.323	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões por colaterais prestados	(3.105.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(43.793.361)</b>	<b>(1.132.778)</b>	<b>-</b>	<b>25.171</b>	<b>(268.364)</b>	<b>(176.001)</b>	<b>(96.487)</b>	<b>-</b>	<b>(67.720)</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	31-12-2013		31-12-2012	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	127.503.596	603.624	118.593.400	619.627
Santander International Debt, S.A.	94.117.996	1.447.425	100.626.533	1.546.755
Santander Issuances, S.A.	82.425.250	132.024	72.968.500	129.285
Banco Santander Totta	54.699.170	120.628	252.725.313	1.055.682
Banco Santander, S.A.	27.827.433	335.996	38.973.770	655.018
Grupo Banesto	1.769.377	56.729	1.818.180	60.238
Abbey National, PLC	-	-	3.296.106	508
	<u>388.342.822</u>	<u>2.696.426</u>	<u>589.001.802</u>	<u>4.067.113</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2013			2012		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	2.620.129	442.762	11.623.274	2.253.678	251.755	7.596.622
Santander Issuances, S.A.	984.590	214.289	10.942.750	2.139.138	1.500.665	5.536.537
Santander International Debt, S.A.	3.578.322	153.821	2.813.649	3.039.788	3.662.647	4.775.951
Banco Santander, S.A.	1.168.878	(12.443)	523.824	694.583	-	245.495
Grupo Banesto	61.281	2.800	52.207	622.897	204.835	114.120
Abbey National, PLC	2.421	23.351	(19.458)	39.323	22.980	154.634
Banco Santander Totta	2.636.433	(9.826.362)	1.581.127	39.719.020	(29.227.408)	13.701.526
	<u>11.052.053</u>	<u>(9.001.783)</u>	<u>27.517.372</u>	<u>48.508.427</u>	<u>(23.584.526)</u>	<u>32.124.885</u>

As transacções e prestações de serviços com entidades relacionadas são efectuadas a preços de mercado.

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-13  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTBSP2OE0013 PTCPP7OE0020 PTCPP0OE0004	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Sant Diversi. Invest	1.254.397	31.359.925	100,00	25,00	31.359.925	29,14	36.546.857
	BST 3.25% 21/10/2014	276	13.800.000	93,00	46.501,10	12.834.305	50.880,55	14.043.031
	Cred.Predial Port.49	427.469.798	4.274.698	99,82	0,01	4.267.004	0,01	4.229.910
	...							
	sub-total	428.724.471	49.434.623			48.461.233		54.819.798
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	428.724.471	49.434.623			48.461.233		54.819.798
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0213495007	Sant.Consumer 28/16	442	22.100.000	89,00	44.500,00	19.669.000	47.256,36	20.887.309
ES0413440084	Banesto 3.5% 01/16	17	1.700.000	92,82	92.820,00	1.577.940	107.417,99	1.826.106
ES0413495005	Sant C Fin 3.875% 16	193	19.300.000	97,78	97.780,60	18.871.655	108.330,07	20.907.703
ES0413900087	SANTAN 4% 7/4/20	5	500.000	111,04	111.039,00	555.195	112.356,95	561.785
ES0413900103	Santan 3.125% 09/15	218	21.800.000	100,65	100.651,22	21.941.965	104.096,62	22.693.063
ES0413900186	Sant 3.875% 27/05/14	24	2.400.000	100,24	100.243,00	2.405.832	103.521,00	2.484.504
ES0413900228	Sant 4.625% 20/01/16	16	1.600.000	101,19	101.191,00	1.619.056	111.224,59	1.779.593
ES0413900244	Sant 4.375% 16/03/15	6	600.000	101,02	101.023,00	606.138	107.414,04	644.484
XS0261717416	Santan Float 17	890	44.500.000	89,34	44.671,93	39.758.015	47.603,61	42.367.209
XS0291652203	Santan Float 2017	644	32.200.000	88,72	44.361,64	28.568.897	47.263,04	30.437.396
XS0327533617	Santander 17-12	202	10.100.000	100,69	50.346,05	10.169.902	48.280,54	9.752.669
XS0491856265	SANT 3.5% 10/03/2015	671	33.550.000	96,40	48.201,43	32.343.162	52.754,97	35.398.587
XS0531257193	Sant 3.5% 12/08/2014	11	550.000	97,76	48.878,00	537.658	51.435,32	565.789
XS0544546780	Santan 4.125% 10/17	886	44.300.000	99,16	49.579,47	43.927.406	54.466,91	48.257.683
XS0624668801	Sant 4.5% 18/05/2015	3	300.000	98,72	98.719,00	296.157	107.331,96	321.996
XS0651159484	Sant Cons Fin 09/16	1.708	85.400.000	87,09	43.543,05	74.371.525	50.357,02	86.009.794
XS0713861127	SANTA 3.381% 12/2015	106	10.600.000	93,56	93.556,13	9.916.950	103.975,15	11.021.366
XS0981705618	SANT 1.625% 23/4/15	3	300.000	99,84	99.842,00	299.526	100.804,64	302.414
	...							
	sub-total	6.045	331.800.000			307.435.979		336.219.450
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	6.045	331.800.000			307.435.979		336.219.450
	total	428.730.516	381.234.623			355.897.212		391.039.248
PTCTT0AM0001	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	CTT Portugal SA	9.299			5,54	51.526	5,59	51.981
	...							
	sub-total	9.299	0			51.526		51.981
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
PTEXICEM0007 PTXIFEM0004 PTNOFAIM0008 PTNOFCIM0006 PTNOFJIM0009 PTSELAIE0007 PTSELDIM0004 PTYSAFLM0006 PTYSATLM0000	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Explorer - II	74			16.984,75	1.263.499	7.983,64	593.905
	Explorer I	9			25.794,91	230.214	16.604,09	148.188
	Vision Escritórios	30.470			4,73	144.158	3,91	119.156
	Logística e Distrib.	38.260			6,27	240.013	5,51	210.686
	Iberia FEI Imobiliár	199.999			4,52	903.060	0,07	14.800
	Filif Imosocial	36.155			6,64	240.008	7,00	253.262
	Filif Imosaude	278.162			11,06	3.077.191	11,81	3.283.786
	Sant.Acções Portugal	24.905			20,98	522.468	24,59	612.382
	MultiObrigações	18.194.509			5,88	106.922.735	5,49	99.955.974
	...							
	sub-total	18.802.543	0			113.543.345		105.192.139
	2.1.1.4 -Outros							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	18.811.842	0			113.594.871		105.244.121
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE1OE0019	OT 4.375% Junho 2014	325.000.000	3.250.000	99,83	0,01	3.244.330	0,01	3.362.589
PTOTE3OE0017	OT 3.35% 10/15/15	9.356.400.000	93.564.000	96,33	0,01	90.128.782	0,01	94.795.200
PTOTE5OE0007	PGB 4.1% 04/15/37	178.000.000	1.780.000	82,78	0,01	1.473.465	0,01	1.345.445
PTOTE6OE0006	PGB 4.2% 15/10/2016	2.602.500.000	26.025.000	89,69	0,01	23.341.047	0,01	26.477.714
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	100.000.000	1.000.000	82,81	0,01	828.060	0,01	930.652
PTOTECOEO0029	OT 4.8% 15/06/2020	17.731.000.000	177.310.000	98,75	0,01	175.089.485	0,01	173.285.306
PTOTEMOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	8.522.800.000	85.228.000	87,78	0,01	74.813.846	0,01	83.801.073
PTOTENOE0018	PGB 4.45% 15/06/2018	17.050.700.000	170.507.000	97,07	0,01	165.511.335	0,01	170.657.653

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-13  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTOTE00E0017	OT 3.6% 15/10/2014	3.008.700.000	30.087.000	101,82	0,01	30.634.091	0,01	30.634.377
PTOTEYOE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	7.592.100.000	75.921.000	84,56	0,01	64.198.159	0,01	68.543.767
	...							
	sub-total	66.467.200.000	664.672.000			629.262.600		653.833.776
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBCQWOM0033	BCP 9.25% 12/10/2014	75	3.750.000	100,91	50.453,33	3.784.000	53.463,70	4.009.777
PTBENJOM0015	BESPL 4.75% 15/1/18	19	1.900.000	98,50	98.502,63	1.871.550	106.967,81	2.032.388
PTBESVOM0013	BESPL 5,875% 9/11/15	10	1.000.000	100,45	100.448,00	1.004.480	105.803,08	1.058.031
PTBLMGOM0002	BES 5.625% 05/06/14	125	6.250.000	99,99	49.993,62	6.249.228	52.266,15	6.533.269
PTBLMXOM0019	BES 3,875% 21/01/15	16	800.000	99,70	49.847,50	797.560	52.331,34	837.301
PTBRIHOM0001	Brise 4.5% 12/16	777	38.850.000	94,07	47.036,82	36.547.607	52.216,44	40.572.173
PTBSSGOE0009	BRCORO 6,875% 04/18	6	600.000	106,11	106.108,33	636.650	115.160,96	690.966
PTCG1LOM0007	CXGD 5.125% 19/02/14	133	6.650.000	101,47	50.736,40	6.747.941	52.443,49	6.974.985
PTCG25OM0029	CXGD 5.625% 4/12/15	12	1.200.000	104,54	104.535,83	1.254.430	105.681,51	1.268.178
PTCG2AQM0009	CGD 4.455% 20/08/17	10.000	10.000.000	100,00	1.000,00	10.000.000	993,46	9.934.638
PTCG32OM0004	CGD 8% 28/09/2015	17.089	17.089.000	100,34	1.003,39	17.147.000	1.099,32	18.786.312
PTCGG3OM0006	CGD Float Dec/2017	10.180	10.180.000	101,18	1.011,83	10.300.427	873,92	8.896.521
PTCGHUOE0015	CXGD 3.75% 18/1/18	7	700.000	99,62	99.620,00	697.340	106.390,34	744.732
PTRELBOE0017	RENEP 4.125% 31/11/18	101	10.100.000	101,53	101.529,61	10.254.491	106.910,96	10.798.007
XS0214446188	REFER 4% 03/16/15	181	9.050.000	99,58	49.789,50	9.011.900	51.345,02	9.293.449
	...							
	sub-total	38.731	118.119.000			116.304.603		122.430.727
	sub-total	66.467.238.731	782.791.000			745.567.204		776.264.503
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES0113900J37	Banco Santander SA	4.230			7,82	33.070	6,51	27.520
	...							
	sub-total	4.230	0			33.070		27.520
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0007054358	Lyxor ETF E Stoxx 50	19.123			28,72	549.126	31,07	594.152
GB00B3D8PZ13	Thread Focus-Cred Op	273.000			1,20	326.235	1,25	340.158
IE0031442068	Ishares S&P 500 Indx	76.953			12,02	925.021	13,34	1.026.168
IE0033868377	Tukan Fund-B - Eur	0			132,19	11	135,84	11
IE00B520F527	SALAR FUND PLC E1€	1.246			133,03	165.705	135,67	168.993
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2.353			1.172,07	2.757.344	0,00	0
LU0235308482	Alken Fd - Eur Opp- R	430			129,32	55.664	184,71	79.506
LU0252966485	BGF-€ Mark Fund-€D2	9.231			18,21	168.074	24,15	222.938
LU0432616810	INVESCO-BL RISK AL-C	7.433			14,26	105.992	14,81	110.080
LU0510167264	ROBEKO US LARGE EQ	4.057			45,11	183.000	47,73	193.629
	...							
	sub-total	393.826	0			5.236.171		2.735.634
	2.2.1.4 - Outros							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	398.056	0			5.269.240		2.763.155
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000303124	BGB 4.25% 09/28/14	496.000.000	4.960.000	107,74	0,01	5.343.778	0,01	5.164.658
BE0000306150	BGB 3.75 09/28/15	70.000.000	700.000	109,37	0,01	765.590	0,01	748.594
BE0000308172	BGB 4% 28/03/2022	14.000.000	140.000	109,87	0,01	153.814	0,01	162.565
BE0312707764	BGB1B 0% 18/9/14	6.400.000	64.000	99,85	0,01	63.901	0,01	63.926
DE0001135267	DBR 3.75% 01/04/15	10.000.000	100.000	97,07	0,01	97.065	0,01	107.331
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65.000.000	650.000	101,16	0,01	657.540	0,01	723.623
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	164.700.000	1.647.000	43,28	0,00	712.819	0,01	1.163.556
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	286.500.000	2.865.000	29,95	0,00	857.953	0,01	1.464.015
ES0000012098	SPGB 4.75% 07/2014	120.500.000	1.205.000	108,61	0,01	1.308.702	0,01	1.255.214
ES00000120G4	SPGB 3.15% 01/1/16	14.012	14.012.000	98,30	982,99	13.773.658	1.060,83	14.864.363
ES00000120J8	SPGB 3.8% 31/01/2017	15.510	15.510.000	98,08	980,76	15.211.526	1.086,35	16.849.238
ES00000121A5	SPGB 4.1% 30/7/18	2.774	2.774.000	106,67	1.066,70	2.959.026	1.082,41	3.002.608
ES00000121L2	SPGB 4,6% 30/7/19	8.524	8.524.000	108,29	1.082,91	9.230.725	1.102,11	9.394.422
ES00000121O6	SPGB 4,3% 31/10/19	3.735	3.735.000	106,54	1.065,39	3.979.232	1.071,02	4.000.275
ES00000121P3	SPGB 3.3% 10/31/14	20.624	20.624.000	99,56	995,60	20.533.179	1.023,78	21.114.345
ES00000122D7	SPGB 4% 30/4/20	8.492	8.492.000	104,10	1.041,00	8.840.172	1.064,80	9.042.272
ES00000122T3	SPGB 4,85% 31/10/20	17.637	17.637.000	108,74	1.087,37	19.177.981	1.092,51	19.268.570
ES00000123B9	SPGB 5,5% 30/4/21	1.713	1.713.000	112,63	1.126,28	1.929.318	1.154,37	1.977.433
ES00000123J2	SPGB 4,25% 31/10/16	3.745	3.745.000	106,47	1.064,72	3.987.376	1.068,83	4.002.765
ES00000123L8	SPGB 4% 30/07/2015	11.831	11.831.000	104,44	1.044,43	12.356.651	1.057,61	12.512.540
ES00000123P9	SPGB 3.75% 31/10/15	12.756	12.756.000	104,34	1.043,43	13.310.015	1.047,92	13.367.266
ES00000123Q7	SPGB 4.5% 31/1/18	6.627	6.627.000	107,93	1.079,30	7.152.498	1.117,00	7.402.368
ES00000123T1	SPGB 2.75% 31/3/15	6.663	6.663.000	102,10	1.021,01	6.803.010	1.040,29	6.931.482
ES00000123W5	SPGB 3.3% 30/7/16	10.513	10.513.000	103,64	1.036,36	10.895.274	1.047,66	11.014.088
ES00000123X3	SPGB 4.4% 31/10/23	175	175.000	100,86	1.008,57	176.500	1.025,32	179.432
ES00000124B7	SPGB 3.75% 31/10/18	6.016	6.016.000	104,13	1.041,28	6.264.342	1.052,59	6.332.381
ES00000127B3	SPGB 5.5% 07/17	6.705	6.705.000	111,31	1.113,08	7.483.212	1.131,99	7.589.967
ES0000012916	SPGB 4.4% 31/1/15	4.144	4.144.000	104,26	1.042,61	4.320.593	1.075,76	4.457.964
ES0L01403143	SGLT 0 14/3/14	593	593.000	98,96	989,57	586.817	998,69	592.223
ES0L01405163	SGLT 0% 16/5/14	269	269.000	98,78	987,81	265.720	997,34	268.284
ES0L01406203	SGLT 0 20/6/14	2.370	2.370.000	98,50	985,03	2.334.513	996,17	2.360.921
ES0L01409199	SGLT 0% 19/9/14	152	152.000	99,17	991,66	150.732	993,26	150.976
ES0L01410171	SGLT 0% 17/10/14	200	200.000	99,18	991,82	198.365	992,08	198.416
ES0L01411211	SGLT 0% 21/1/14	675	675.000	99,22	992,20	669.735	991,20	669.060
FR0000187361	FRTR 5% 10/25/16	570.000	570.000	109,97	1,10	626.806	1,13	646.827
FR0000187387	FRTRR 0 10/25/16	10.000.000	10.000.000	68,85	0,69	6.884.800	0,98	9.842.380
FR0000570855	FRTRS 0% 04/25/16	14.000.000	3.500.000	67,44	0,17	2.360.400	0,25	3.496.395
FR0000570939	FRTRR 0% 10/25/19	30.430.000	30.430.000	54,73	0,55	16.654.775	0,91	27.806.934
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17.200.000	4.300.000	53,29	0,13	2.291.590	0,22	3.802.060
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4.800.000	4.800.000	39,32	0,39	1.887.552	0,53	2.530.080
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36.000.000	9.000.000	37,36	0,09	3.362.040	0,17	6.111.900
FR0010112052	FRTR 4% 10/25/14	3.450.000	3.450.000	105,69	1,06	3.646.211	1,04	3.580.728
FR0010112532	OAT Strip 25/10/2014	810.000	810.000	86,59	0,87	701.379	1,00	808.493
FR0010163329	CADES 3.625% 04/15	5.220	5.220.000	101,55	1.015,50	5.300.910	1.067,71	5.573.436
FR0010163543	FRTR 3.5% 04/15	75.000	75.000	97,25	0,97	72.934	1,07	80.019
FR0010172494	France OAT Strip 44	6.000.000	1.500.000	24,41	0,06	366.150	0,08	493.200
FR0010517417	FRTR 4.25% 25/10/17	1.900.000	1.900.000	115,16	1,15	2.188.097	1,14	2.157.940
FR0121616116	BTF 0% 18/9/14	64.000	64.000	99,85	1,00	63.901	1,00	63.915
IT0001247144	BTPS Strip 0 11/14	1.155.000.000	11.550.000	60,53	0,01	6.990.687	0,01	11.434.165
IT0001247243	BTPSS 01/11/2019	200.000.000	2.000.000	67,69	0,01	1.353.780	0,01	1.641.016

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-13  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	20.000.000	200.000	106,19	0,01	212.388	0,01	217.475
IT0003618383	BTPS 4.25% 08/14	2.845	2.845.000	102,96	1.029,56	2.929.096	1.036,74	2.949.525
IT0003844534	BTPS 3 % 01/08/15	264	264.000	103,30	1.032,98	272.707	1.055,22	278.578
IT0004620305	CCTS float 15/12/15	2.700	2.700.000	99,03	990,34	2.673.918	1.000,01	2.700.039
IT0004780380	BTPS 6% 15/11/2014	677	677.000	105,55	1.055,48	714.562	1.051,38	711.784
IT0004820251	ICTZ 0% 30/5/14	43	43.000	98,98	989,78	42.561	996,69	42.858
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	1.342.000.000	13.420.000	33,20	0,00	4.455.037	0,01	8.744.338
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1.341.000.000	13.410.000	23,02	0,00	3.086.415	0,00	5.649.955
IT0004853807	ICTZ 0 30/9/14	43	43.000	98,27	982,73	42.257	992,43	42.674
IT0004899099	BOTS 0% 14/3/14	43	43.000	99,37	993,71	42.730	999,02	42.958
IT0004922909	CCTS FLOAT 1/11/18	1.500	1.500.000	99,80	998,00	1.497.000	1.011,59	1.517.387
NL0009819671	NETHER 2.5% 15/1/17	492.000	492.000	106,07	1,06	521.840	1,08	532.379
...								
	sub-total	5.417.070.790	303.592.000			253.773.851		291.896.580
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
...								
	sub-total	0	0			0		0
2.2.2.3 - De outros emissores								
DE0003356911	DEU PF 6% 09/14/15	12.612	12.612.000	111,27	1.112,75	14.033.965	1.110,92	14.010.895
DE000A0DME01	DEU PF 3.75% 04/15	10.795	10.795.000	93,43	934,35	10.086.273	1.069,75	11.547.988
DE000A1C92S3	MEOGR 4.25% 22/2/17	300	300.000	109,82	1.098,16	329.448	1.121,35	336.404
DE000A1GNAH1	ALVGR 5.75% 8/7/2041	3	300.000	110,74	110.738,00	332.214	114.348,36	343.045
DE000EH0A2E9	EURHYIP 3.25% 10/15	15.141	15.141.000	93,83	938,30	14.206.868	1.056,60	15.997.916
DE000NRW1X31	NRW 3.5% 11/16/15	14.921	14.921.000	95,36	953,56	14.228.070	1.062,96	15.860.440
DE000WLB2WL3	ERST 3.625 01/2015	13.096	13.096.000	96,67	966,67	12.659.492	1.062,27	13.911.468
ES0312360003	AYT Cedula 4% 04/14	12	1.200.000	99,07	99.073,33	1.188.880	103.647,06	1.243.765
ES0313212021	SABSM 4.5% 9/3/17	6	300.000	99,75	49.875,00	299.250	51.546,99	309.282
ES0340609009	CABK 4.125% 20/11/14	47	2.350.000	103,37	51.683,72	2.429.135	51.550,33	2.422.865
ES0340609140	CABK 3.25% 22/1/16	8	800.000	101,82	101.820,50	814.564	106.363,01	850.904
ES0378641189	FADE 2,25% 17/12/16	4	400.000	99,90	99.896,00	399.584	100.136,47	400.546
ES0413211055	Bbvm 4.25% 07/14	12	1.200.000	100,89	100.894,17	1.210.730	103.729,45	1.244.753
ES0413211121	BBVA 3.5% 24/1/21	8	800.000	108,97	108.965,00	871.720	108.459,45	867.676
ES0413211782	BBVA 3,5% 5/12/2017	2	200.000	100,00	100.000,00	200.000	107.009,91	214.020
ES0413679061	BKT 3.25% 13/11/14	10	1.000.000	102,19	102.185,00	1.021.850	102.313,30	1.023.133
ES0413679202	BKT 3.875% 30/10/15	9	450.000	103,10	51.547,50	463.928	52.419,92	471.779
ES0413679269	BKT 2.75% 28/7/16	10	1.000.000	100,85	100.849,20	1.008.492	104.312,95	1.043.129
ES0414970212	CABKSM 3.25% 5/10/15	3	300.000	101,98	101.980,00	305.940	104.250,97	312.753
ES0414970238	CABKS 3.375% 30/6/14	18	900.000	99,42	49.710,00	894.780	51.449,52	926.091
FR0010231357	DEXMA 3.125% 09/15	15.281	15.281.000	92,66	926,58	14.159.035	1.053,56	16.099.398
FR0010271148	CFF 3.375% 01/18/16	15.271	15.271.000	93,76	937,55	14.317.391	1.088,78	16.626.730
FR0011182112	FRFP 5,75% 19/1/17	6	600.000	112,70	112.700,00	676.200	118.258,44	709.551
FR0011236983	PPFP 3.125% 23/04/19	650	650.000	105,58	1.055,84	686.296	1.075,51	699.082
FR0011301480	COFP 3.157% 06/08/19	8	800.000	102,64	102.637,00	821.096	104.664,10	837.313
FR0011321926	EDF 2,125% 20/9/19	6	600.000	102,60	102.601,00	615.606	101.919,66	611.518
IT0004576994	ELELIM Float 02/2016	750	750.000	95,49	954,88	716.160	997,53	748.144
IT0004965346	BPEI 3.375% 22/10/18	730	730.000	99,79	997,91	728.474	1.015,97	741.660
US38141GEE08	G.Sachs 5.35% 01/16	12.744	12.744.000	81,57	815,72	10.395.501	800,55	10.202.218
XS0110673950	SOCGE 6.625% 27/4/15	20	200.000	109,84	10.984,00	219.680	11.151,95	223.039
XS0145620281	IIOYD 5.875% 07/14	300	300.000	104,75	1.047,50	314.250	1.053,49	316.047
XS0165449736	HBOS 4,875% 2015	29.400	29.400.000	102,53	1.025,30	30.143.927	1.076,06	31.636.228
XS0167127447	RBS 4.875% 04/22/15	8.857	8.857.000	106,75	1.067,52	9.455.037	1.073,92	9.511.751
XS0174443449	BPI Cap Fin Float 49	25.000	25.000.000	85,07	850,70	21.267.500	41,00	10.250.000
XS0194605506	LBBER 4.625% 06/14	6.545	6.545.000	99,32	993,24	6.500.756	1.042,94	6.626.058
XS0195376925	CXGD Float 06/49	54.000	54.000.000	84,78	847,79	45.780.400	400,00	21.600.000
XS0196578255	Telstra 4.75% 07/14	67	3.350.000	101,34	50.670,00	3.394.890	52.223,66	3.498.986
XS0198111667	CitiGroup 4.67% 14	174	17.400.000	100,00	100.000,00	17.400.000	102.267,04	17.794.464
XS0200239649	CitiGroup 4.435% 14	185	18.500.000	100,08	100.083,24	18.515.400	101.995,86	18.869.234
XS0202875943	Earls 70/4.52% 10/07	135	27.000.000	100,03	200.068,00	27.009.180	205.605,10	27.756.688
XS0208905173	Earls Eight 15/12/15	142	14.200.000	100,00	100.000,00	14.200.000	96.498,71	13.702.817
XS0211034466	Goldman Sachs 02/15	660	660.000	98,48	984,79	649.963	999,48	659.654
XS0211034540	GS 4% Feb 2015	11.011	11.011.000	90,87	908,72	10.005.874	1.069,11	11.772.005
XS0212401920	CRDIT Float 02/15	2.275	22.750.000	100,25	10.025,27	22.807.479	9.917,79	22.562.975
XS0213425308	JPM Float 03/15	253	12.650.000	100,40	50.201,72	12.701.036	50.035,13	12.658.887
XS0213590093	CitiGroup 10/03/2015	465	46.500.000	100,00	100.000,00	46.500.000	105.188,36	48.912.588
XS0213927667	ISPIIM float 3/3/17	300	300.000	94,19	941,89	282.567	958,46	287.538
XS0215743252	ISPIIM 3.875% 04/15	469	23.450.000	95,00	47.501,71	22.278.303	52.964,76	24.840.473
XS0215823369	BAC 4% 03/23/15	659	32.950.000	98,22	49.111,68	32.364.594	53.491,16	35.250.677
XS0215828913	PORTEL 4.375% 03/17	43.500	43.500.000	79,55	795,54	34.605.857	1.082,72	47.098.374
XS0221295628	Edp Finance 3.75% 15	29.433	29.433.000	100,84	1.008,38	29.679.731	1.042,33	30.678.863
XS0223447227	EDP 4.125% 29/06/20	29.253	29.253.000	85,60	855,96	25.039.358	1.056,02	30.891.769
XS0226062981	Citi 3.5% 08/05/15	320	320.000	99,80	998,03	319.371	1.054,44	337.420
XS0230957424	CXGD Float 49-15	18.750	18.750.000	77,51	775,10	14.533.050	400,00	7.500.000
XS0231555672	JP Morgan Float /15	14	700.000	96,79	48.392,86	677.500	49.518,80	693.263
XS0233976413	Eirles 196 7/11/15	31.880	31.880.000	99,84	998,40	31.829.145	983,21	31.344.765
XS0241369577	CRDIT 3.95% 02/16	80	4.000.000	88,00	44.000,00	3.520.000	52.557,26	4.204.581
XS0250971222	MSFloat 04/13/16	500	500.000	94,33	943,32	471.660	991,58	495.788
XS0255015603	AMER CRP FLOAT 05/16	6	300.000	98,38	49.189,50	295.137	49.653,48	297.921
XS0255244112	GS 4.5% 05/23/16	2	100.000	98,08	49.040,00	98.080	54.974,66	109.949
XS0256997007	ELE.POR 4.625% 6/16	10.420	10.420.000	99,35	993,49	10.352.166	1.076,80	11.220.213
XS0276769444	MS VAR dec 2016	750	750.000	97,65	976,50	732.375	980,72	735.543
XS0289527243	Eirles attls 12/2016	2	86.086	100,00	43.042,80	86.086	39.178,61	78.357
XS0294295612	Corsair Fm 20/06/17	4	200.000	47,58	23.790,00	95.160	37.375,00	149.500
XS0335880463	JPM 5.25% 01/14/15	60	3.000.000	99,63	49.814,50	2.988.870	54.857,01	3.291.420
XS0339184706	XENON Capital 2016	44	4.400.000	41,38	41.380,80	1.820.750		

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez-13  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS0586598350	EDP 5.875% 01/02/16	60.091	60.091.000	89,75	897,49	53.931.062	1.126,16	67.672.097
XS0587805457	PT 5.625% 08/02/2016	52.981	52.981.000	87,64	876,41	46.433.140	1.119,09	59.290.711
XS0591586788	Reesm 4.75% 02/18	141	14.100.000	104,76	104.762,13	14.771.461	115.854,07	16.335.424
XS0608392550	MUNRE 6% 26/5/2041	3	300.000	115,43	115.430,00	346.290	119.024,44	357.073
XS0613543957	ICO 5% 05/07/2016	900	900.000	102,51	1.025,08	922.572	1.094,89	985.399
XS0614190477	IBESM 4.625% 04/2017	101	10.100.000	95,32	95.319,53	9.627.273	113.071,56	11.420.228
XS0625359384	GS 4.5% 9/5/2016	600	600.000	108,27	1.082,72	649.632	1.102,59	661.554
XS0630463965	TITIM 4.75% 25/5/18	15.732	15.732.000	105,96	1.059,61	16.669.807	1.079,07	16.975.934
XS0683639933	Renau 5.625% 5/10/15	400	400.000	109,41	1.094,08	437.632	1.087,96	435.183
XS0696856847	Telef 4.967% 3/2/16	9	900.000	107,63	107.632,64	968.694	112.018,70	1.008.168
XS0718395089	REPSM 4.25% 12/02/16	5	500.000	104,80	104.799,00	523.995	109.946,96	549.735
XS0725405228	INTNED 4% 23/12/2016	600	600.000	108,21	1.082,10	649.260	1.081,54	648.922
XS0740795041	LLOYDS 4.625% 2/2/17	300	300.000	110,50	1.105,00	331.500	1.143,92	343.175
XS0741942576	GasSM 5% 13/02/2018	191	19.100.000	100,51	100.511,18	19.197.635	116.386,96	22.229.909
XS0746276335	Telefo 4.797% 02/18	171	17.100.000	104,51	104.507,01	17.870.899	114.792,73	19.629.558
XS0754588787	UCGIM 4.875% 03/2017	600	600.000	105,78	1.057,81	634.884	1.122,97	673.781
XS0767815599	GLEN 4.625% 34/18	800	800.000	109,14	1.091,39	873.112	1.131,12	904.898
XS0767977811	IBESM 4.25% 11/10/18	5	5.000.000	107,52	107.517,80	5.375.890	110.894,79	5.544.740
XS0784031527	Bacr Float 30/07/14	1	100.000	99,95	99.950,00	99.950	100.462,90	100.463
XS0827587550	VW Float 11/09/2014	160	160.000	100,15	1.001,49	160.238	1.001,15	160.184
XS0829290708	LPTY 2.5% 19/09/2016	390	390.000	100,99	1.009,94	393.877	1.036,32	404.166
XS0829329506	ISPIM 4.125% 19/9/16	7	700.000	105,16	105.160,00	736.120	106.702,34	746.916
XS0829721967	BBVA 4.375% 21/9/15	12	1.200.000	105,10	105.100,00	1.261.200	106.280,23	1.275.363
XS0831842645	ELEPOR 5.75% 09/17	30.289	30.289.000	105,15	1.051,54	31.849.982	1.116,77	33.825.801
XS0833631343	CAFP 2.875% 25/09/15	501	501.000	103,14	1.031,40	516.729	1.040,92	521.501
XS0842193046	BACRD 3.75% 12/10/15	800	800.000	103,46	1.034,62	827.696	1.042,72	834.178
XS0843939918	Portel 5.875% 04/18	29.817	29.817.000	103,38	1.033,84	30.825.865	1.136,68	33.892.339
XS0844529049	CA 1.875% 18/10/17	5	500.000	101,20	101.200,00	506.000	101.860,27	509.301
XS0852993285	ISPIM 4% 9/11/17	2.000	2.000.000	101,83	1.018,27	2.036.540	1.068,99	2.117.976
XS0853682069	SRGIM 3.5% 2/20	200	200.000	99,65	99.646	199.292	1.083,34	216.667
XS0864870398	ACAFF Float 14/1/15	2	200.000	100,19	100.185,00	200.370	100.240,59	200.481
XS0867616459	SOCGEN FLOAT 27/5/15	1	100.000	99,96	99.962,00	99.962	99.933,38	99.933
XS0872702112	BBVA 3.75% 17/1/18	134	13.400.000	100,35	100.353,56	13.447.377	109.850,62	14.719.983
XS0872705057	BNP 1.5% 12/3/18	700	700.000	99,20	99.204	694.428	1.014,76	710.332
XS0879869187	IBESM 3.5% 1/2/21	188	18.800.000	101,54	101.539,41	19.089.410	107.532,74	20.216.155
XS0901738392	BBVA 3.25% 21/3/18	10	1.000.000	100,08	100.075,40	1.000.754	106.311,58	1.063.116
XS0907289978	TELEF 3.961% 26/3/21	100	10.000.000	99,80	99.802,85	9.980.285	108.858,58	10.885.858
XS0910936003	BNP FLOAT 3/4/15	160	160.000	100,06	1.000,58	160.093	1.000,94	160.150
XS0920369799	RABOBK FLOAT 22/4/15	160	160.000	100,10	1.001,00	160.160	1.001,37	160.219
XS0927581842	PORTEL 4.625% 8/5/20	14.176	14.176.000	98,58	985,83	13.975.070	1.052,40	14.918.881
XS0940302002	RENAUL 1.75% 6/7/16	360	360.000	99,70	99.696	358.906	1.018,65	366.714
XS0954026661	NAB float 19/7/16	600	600.000	99,87	99.872	599.230	999,35	599.609
XS0955112528	UCG float 24/7/15	3	300.000	99,90	99.901,00	299.703	100.773,83	302.321
XS0966078908	INTNED FLOAT 27/2/15	200	200.000	100,23	1.002,30	200.460	1.002,54	200.508
XS0968922764	ICO 2.375% 31/10/15	100	100.000	101,30	1.012,97	101.297	1.021,13	102.113
XS0970695572	EDP 4.875% 14/9/20	20.035	20.035.000	104,78	1.047,79	20.992.429	1.069,84	21.434.151
XS0982774399	REN 4.75% 16/10/20	17.346	17.346.000	103,05	1.030,47	17.874.488	1.046,93	18.160.055
XS0983853986	CS FLOAT 17/4/15	200	200.000	100,05	1.000,47	200.094	1.000,88	200.175
XS0996734868	OMVAV 1,75% 25/11/19	230	230.000	99,50	99.499	228.848	993,86	228.589
XS0997520258	ACAF 2,375% 27/11/20	5	500.000	99,85	99.853,00	499.265	100.527,74	502.639
XS1002250428	ISP FLOAT 11/1/16	300	300.000	99,79	99.793	299.379	1.001,30	300.389
XS1004918774	UCG 2,25% 16/12/16	440	440.000	100,00	999,97	439.987	1.008,39	443.690
	...							
	sub-total	837.483	1.233.615.086			1.162.402.993		1.252.617.433
	sub-total	5.417.908.273	1.537.207.086			1.416.176.845		1.544.514.013
	2.3 - Derivados de negociação							
	Swaps							48.322.049
	Futuros							114.837
	Opções							4.641
	...							
	sub-total	0	0			0		48.441.526
	2.4 - Derivados de cobertura							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	total	71.904.356.901	2.319.998.086			2.280.608.160		2.477.227.317
	3 - TOTAL GERAL	72.333.087.417	2.701.232.709			2.636.505.372		2.868.266.564

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2013  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)-(1)
<b>VIDA</b>	20.676.167	9.170.540	8.036.154	8.469.473)
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	9.060	2.118	231	6.711)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				-
-OUTRAS COBERTURAS				-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				-
CRÉDITO E CAUÇÃO				-
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS				-
<b>TOTAL</b>	9.060	2.118	231	6.711)
<b>TOTAL GERAL</b>	20.685.227	9.172.658	8.036.385	8.476.184)

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

# DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Ano: 2013  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 N° de identificação: 1156

Valores em euros

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - -prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	7.527	-	4.992	12.519
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				-
-OUTRAS COBERTURAS				-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				-
CRÉDITO E CAUÇÃO				-
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS				-
<b>TOTAL</b>	<b>7.527</b>	<b>-</b>	<b>4.992</b>	<b>12.519</b>
RESSEGURO ACEITE				-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.527</b>	<b>-</b>	<b>4.992</b>	<b>12.519</b>

# DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2013  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 N° de identificação: 1156

Valores em euros

## [QUADRO EM ACTUALIZAÇÃO]

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos *	Prémios brutos adquiridos *	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldos de Resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	1.275.400	1.286.183	12.519	279.152	296.365
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.275.400</b>	<b>1.286.183</b>	<b>12.519</b>	<b>279.152</b>	<b>296.365</b>
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.275.400</b>	<b>1.286.183</b>	<b>12.519</b>	<b>279.152</b>	<b>296.365</b>

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores



Relatório e Parecer  
do  
Conselho Fiscal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia)**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2013.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão e a atividade desenvolvida pela **Companhia**, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como pela leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efetuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas, do Director Financeiro e ainda dos Directores de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e da Auditoria Interna do Grupo Santander Totta e obteve todos os esclarecimentos solicitados.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo, nomeadamente quanto à ênfase que já havia constado da Certificação Legal das Contas de 2012 relativamente à operação de resseguro proporcional realizada pela Companhia com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”), com efeitos a 1 de Abril de 2012. Por virtude da referida operação de resseguro extraordinária, e para efeito dos cálculos da margem de solvência, a Companhia procedeu em 2013 à reexpressão do reconhecimento da respetiva comissão, tendo, consequentemente, o acionista único efetuado prestações acessórias de 32.000 m€.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da **Companhia** no fim do exercício, e ao modo como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

## PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA**, aprove:

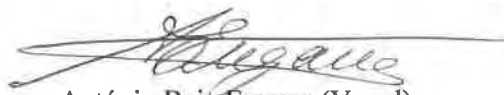
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 28 de Março de 2014

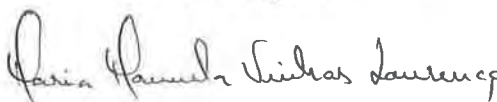
### O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baía Engana (Vogal)



Maria Manuela da Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

Certificação  
legal  
de contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), uma entidade detida integralmente pela Santander Totta – SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 4.439.409.071 Euros e capitais próprios de 176.957.417 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.633.056 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

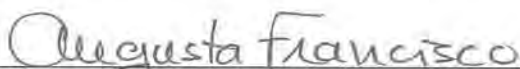
**Ênfase**

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são apresentadas apenas para fins comparativos. A nossa Certificação Legal das Contas sobre estas demonstrações financeiras, datada de 27 de Fevereiro de 2013, incluía uma ênfase relacionada com o tratamento da operação de resseguro realizada pela Companhia em Julho de 2012, com efeitos desde 1 de Abril de 2012 (Nota 10).

**Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2013 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Março de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Relatório sobre a  
estrutura e práticas  
de governo societário



## **RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

### **(SANTANDER TOTTA SEGUROS)**

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

2. As acções representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das acções nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única accionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 3º, nº 1 do Dec-Lei nº 225/2008, de 20 de Novembro, com referência ao artº 2º, al. G) mesmo diploma e ao art. 278º, nº 1, al. A) do Código das Sociedades Comerciais.



Nos termos do artigo 407<sup>a</sup> do Código das Sociedades e ao abrigo do Estatuto da Sociedade, em 2013 o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da sociedade no Administrador Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva, revogando a delegação de poderes de gestão na Comissão Executiva, cessando esta as suas funções a partir daquela data.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## **7. *As principais áreas organizacionais da Seguradora são:***

- Técnica e de Gestão de Riscos - Assegura: a criação, a concepção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Seguradora, bem como promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios definidos pela Divisão Global de Seguros do Santander e Instituto de Seguros de Portugal. Também tem a responsabilidade da preparação da informação de gestão da Seguradora;
- Produtos - Área que tem como objectivo assegurar a concepção de Produtos de Seguro, desenho, parametrização, documentação e implementação, em articulação com as áreas do Banco Santander Totta (BST);
- Comercial - Promove a dinamização comercial junto da Rede, de produtos e de campanhas. Articula com as diversas Direcções do BST, o estabelecimento de

objectivos, planos de incentivos e campanhas e promove o seguimento do cumprimento dos mesmos. Assegura a difusão de melhores práticas ao nível da rede comercial do BST com vista à prossecução dos objectivos negociados e da melhoria das assimetrias;

- Financeira - Assegura a fiabilidade contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças;
- Operacional - Nesta área é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco e gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efectuada toda a actividade operativa desenvolvida no Segurador;
- Controlo Interno – Coordena e promove a actualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) quer de acordo com os definidos pela Divisão Global de Seguros do Grupo Santander e pelo Instituto de Seguros de Portugal. Analisa e valoriza as incidências detectadas e efectua o seguimento dos planos de acção para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez;
- Qualidade – Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações.
- Clientes e Segmentos – Analisa e segmenta os Clientes com base nas suas necessidades, motivações de compra e valor ou potencial de rentabilidade, desenha acções, campanhas de marketing e planos de Acção Comercial para incrementar o valor do negócio, através de estratégias de captação, fidelização, retenção ou migração dos clientes para patamares adequados de rentabilidade. Define a estratégia de Marketing e de Comunicação com Clientes. Desenvolve e implementa estratégias de Retenção dos Clientes e Planos de Boa Venda, em articulação com as áreas de Qualidade e Comercial da Santander Totta Seguros, de forma a minimizar as anulações e reclamações dos Clientes.

#### **8. *O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores***

Destacam-se múltiplos Comités de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

#### **Comité de Direcção**

Assegura a coordenação e dinamização da cooperação entre os vários serviços com competências em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, procedendo ao seguimento e monitorização da actividade global da Companhia.

#### **Comité de Compliance**

Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efectivação das recomendações que daí sejam provenientes.

#### **Comité de Produtos**

Análise e avaliação de propostas de alteração ou de novos produtos a desenvolver e incorporar na oferta. Seguimento do processo de aprovação. Acompanhamento dos lançamentos e seguimento de eventuais incidências.

#### **Comité de Riscos**

Analisa e controla os diversos riscos e cumprimento dos limites de exposição a cada risco, aprova os procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

#### **Comité de Investimentos**

Monitorização da gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de activos definida, limites e política de investimentos. Optimizar a gestão financeira e a rentabilidade dos capitais próprios.

#### **Comité de Controlo Interno**

Monitorizar o cumprimento do normativo interno e externo.  
Identificar falhas no modelo de controlo e propor acções correctivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.

#### **Comité de Qualidade**

Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identificar pontos de melhoria, bem como estabelecer Projectos de Melhoria de Qualidade e promover o seu seguimento.

#### **Comité Operacional**

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

- |
9. **A STS cumpre integralmente a norma 14/2005-R de 29/11/2005 do ISP relativa aos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros.**

O Conselho de Administração é o responsável máximo da Gestão de Riscos na Santander Totta Seguros. As suas responsabilidades nesta matéria são as seguintes:

- Definir a estratégia global de riscos tendo em conta a evolução dos negócios e os objectivos de rentabilidade desejados que são orientados de acordo com o binómio risco / rentabilidade;
- Definir o apetite pelo risco mediante o estabelecimento de níveis de solvência objectivos;
- Definir a estratégia de investimentos e a política referente à disposição e apetite pelo risco da mesma para a tomada de posições no mercado dos seus investimentos a respeito das suas obrigações de passivo a cada momento;
- Aprovar as diversas políticas de Gestão de Riscos e garantir a sua adequação às actividades desenvolvidas.

O Conselho de Administração deve sempre assegurar uma adequada organização dedicada à gestão de riscos transversal a toda a organização e assegurar que esta se encontra dotada com suficientes e apropriados recursos.

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pelo desenvolvimento e seguimento da Política de Gestão de Riscos.

Os objectivos da Gestão de Riscos da STS são os seguintes:

- Assegurar a continuidade do negócio da STS: O risco é um factor intrínseco ao negócio segurador, por via dos riscos intermediados, riscos financeiros, riscos biométricos e pelos riscos latentes nas operações (risco operacional). É de vital importância o estabelecimento de uma política de Gestão de Riscos adequada, transversal a todos os processos e estruturas da organização, de forma a permitir realizar a utilização eficiente do Capital Económico com base no binómio risco / rentabilidade.
- Apoiar o processo de tomada de decisões a nível estratégico: encontra-se em implementação a normativa relativa à Solvência II, que permite a medição dos requisitos de Capital Económico com distintos níveis de agregação, mostrando os efeitos da diversificação entre os diferentes negócios, permitindo a tomada de decisões estratégicas em termos de risco e rentabilidade.

A política de riscos permite também:

- Construção eficaz do processo de criação de valor e optimização do uso do capital e sua rentabilidade: Nas actividades desenvolvidas estão implícitos riscos que não oferecem qualquer retorno, como é o caso dos riscos operacionais, os quais requerem práticas de mitigação eficientes.
- Assegurar a integridade da gestão de riscos nas nossas actividades e melhorar a eficiência mediante o estabelecimento e a monitorização de uma política de Gestão de Riscos.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de Riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, o Grupo procedeu à adopção de uma óptica transversal e de serviço

comum a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A STS, à semelhança do Banco Santander Totta e do Grupo Santander, procedeu à adaptação do seu Modelo de Controlo Interno (MCI) às exigências das Directivas Europeias de Solvência e da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), norma que a Securities Exchange Commission (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas nos Estados Unidos e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

O Gabinete de Controlo Interno e o Gabinete de Qualidade asseguram que as actividades de negócio estão a ser desenvolvidas em conformidade com os standards definidos no Modelo de Controlo Interno.

Este modelo exige uma completa documentação dos processos operacionais, com a descrição detalhada desde o início destes até ao registo do reflexo contabilístico, e a sua permanente actualização. No Modelo de Controlo Interno promove-se um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais.

Em particular no que concerne à preparação e divulgação da informação financeira em ambiente de controlo interno financeiro prossegue-se ao estabelecimento e à promoção de uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.

O Departamento Financeiro é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Este departamento acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira o departamento em conjunto com outras áreas da companhia tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais e análise da informação financeira e de gestão.

Mensalmente são preparados reportes de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva do Grupo.

Anualmente é elaborado um relatório sobre o Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, o qual contempla uma descrição detalhada do acompanhamento efectuado pela função de gestão de riscos e pela função de auditoria interna no decurso do exercício a que se reporta o relatório, identificando as principais falhas e/ou

fragilidades detectadas e as medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno implementados.

A implementação e efectiva aplicação das estratégias, políticas e processos identificados que formalizam os princípios de gestão de riscos e controlo interno da empresa de seguros devem ser objecto de apreciação por um revisor oficial de contas no âmbito dos trabalhos efectuados para a elaboração do relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros. Neste relatório o revisor oficial de contas inclui um parecer sobre a adequação dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, referindo eventuais falhas e/ou fragilidades detectadas e medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas implementados.

## **10. Função de Cumprimento**

A sociedade tem organizada, de modo autónomo, a função de cumprimento, através da qual procede ao seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento é exercida de forma partilhada com as demais entidades que integram o Grupo que, em Portugal, é directa ou indirectamente dominado pela sociedade Santander Totta SGPS, SA, e está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC) estruturalmente sediada no Banco Santander Totta. O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, que reporta directa e exclusivamente à Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros do Banco Santander Totta e se encontra, exclusivamente, afecto ao exercício das funções transversais cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade da sociedade que solicite ou de que careça, bem como às suas instalações e equipamentos;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;

- A sociedade dispõe de um Código Geral de Conduta e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.
- Estão instituídas políticas e procedimentos específicos para aprovação e comercialização de produtos, que visam garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que esta opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo, e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem.

Sem prejuízo de outros procedimentos, o exercício da função concretiza-se de forma particularmente intensa através do Comité de Compliance, que reúne regularmente em base mensal, e que procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento.

O Comité é presidido pelo Director de Cumprimento, nele participando a Administração da sociedade e diversas das suas áreas e também diversas áreas de controlo, auditoria e assessoria com competência transversal a todo o Grupo de sociedades acima identificadas, incluindo, consequentemente, a própria Seguradora.

Para além de diversas atribuições, o Comité promove, designadamente, a superação de incidências ou deficiências que se verifiquem, determinando ou propondo, conforme os casos, as medidas julgadas adequadas para o efeito e impulsiona e controla a efectivação das recomendações com origem nas entidades de supervisão e auditorias externa e interna.

Do mesmo modo acompanha o risco reputacional dos produtos que se comercializam.

## **11. Função de Auditoria**

A função de Auditoria Interna está corporizada na Direcção de Auditoria

A Auditoria Interna tem como missão supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, bem como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística, actuando com independência e de forma permanente.

Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco Santander Totta e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.



Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo, possam pôr em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

A política e funções da Auditoria Interna englobam-se numa perspectiva conjunta para todo o Grupo.

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito, tecnológico, operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;
- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;
- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é nomeado pela Administração do Banco Santander Totta, que lhe confere todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Riscos prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai.

Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).



Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF, e seguimentos mensais das sociedades off-shore. Adicionalmente as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

Política de remunerações  
dos membros dos órgãos  
de administração e de  
fiscalização

## **I. Política de Remuneração para 2013**

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 27 de Março de 2013 aprovou a declaração de política de remunerações a seguir exposta.

### **ACTA**

#### **DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

#### **DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA S.A.**

Ao dia um do mês de março de 2013, pelas quatorze horas, reuniu na sua sede social sita na Rua da Mesquita, n.º 6, em Lisboa, a Comissão de Vencimentos da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida S.A., estando presentes neste local o Senhor Dr. Pedro Aires Coruche Castro e Almeida, a Senhora Dra. Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas e a Senhora. Dra. Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

- ponto único: Aprovação da Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano de 2013.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade.

Neste contexto, a Comissão de Vencimentos delibera por unanimidade aprovar a Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano de 2013, anexa à presente acta, que será submetida a discussão e aprovação na próxima Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Acta para que conste, que vai por todos ser assinada.

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE  
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO  
DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE  
VIDA, S.A.**

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para um mandato de 3 anos na reunião da Assembleia Geral de 31 de Março de 2010, tendo actualmente a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida;

Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas

Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos – 29.03.2012

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém directa ou indirectamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

### ***I. Política do Grupo Santander***

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os



talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

## ***II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.***

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência

- com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
  - d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
  - e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

### **III. Componentes da Política de Remuneração**

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos que em síntese é o seguinte:
  - (i.) O Presidente da Comissão Executiva é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Responsável da área Corporativa de Seguros de Espanha;
  - (ii.) O outro administrador executivo é avaliado pelo Presidente da Comissão Executiva da Sociedade;
- c) Os administradores não executivos não auferem qualquer remuneração na Sociedade, que inclui o Presidente do Conselho de Administração, não são objecto de avaliação específica pelo exercício dessas funções; são-no, em termos globais, no conjunto das funções exercidas no grupo e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza;



- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2013, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração anual, tendo em conta o que tem sido a prática em anos anteriores.

## **1. Remuneração Fixa Anual**

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2013, uma parcela inferior a 64,3,% da Remuneração Total Anual.

## **2. Remuneração Variável**

- a) A remuneração dos administradores comporta igualmente uma componente Variável, a qual pode ter, por sua vez, uma dimensão Anual e uma Plurianual, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa Anual, não devendo a mesma representar, no conjunto das suas componentes anual e plurianual, uma parcela superior a 35,7% da Remuneração Total Anual;
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo Grupo e para a Totta Seguros, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus accionistas;



- e) No caso de ser imputada à Sociedade, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

## **2.1. Remuneração Variável Anual**

- a) A determinação do valor da Remuneração Variável Anual tem por base os seguintes critérios: i) resultados da Sociedade e do Grupo em que se integra, embora, quanto a estes últimos, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da Sociedade;
- b) A atribuição da Remuneração Variável Anual depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;
- c) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2013 se estima não superior a 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2013 se estima não superior a 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- e) A Comissão de Vencimentos poderá decidir pelo diferimento do pagamento da totalidade ou parte da Remuneração Variável Anual em linha com as práticas do Grupo;
- f) O valor da Remuneração Variável Anual deve representar, em 2013, 33,1% da Remuneração Total Anual.

## **2.2. Remuneração Variável Plurianual**

- a) Os administradores da Sociedade beneficiam, na sua concomitante qualidade de administradores de outras sociedades do Grupo e apenas nessa sede, de Remuneração Variável Plurianual, que é atribuída nos termos e condições definidos pelo Grupo;
- b) Como elemento da Remuneração Variável Plurianual, o Grupo implementou um plano de acções vinculado a objectivos, através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;



- c) Esta parcela da Remuneração Variável é determinada em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não verificação de má gestão; iv) cumprimento da norma interna de riscos, aprovada anualmente pelo Grupo;
- d) O número de acções entregues depende igualmente da valorização das acções do Banco Santander em comparação com um grupo de referência constituído por um conjunto de entidades internacionais do sector, podendo, no limite não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
- e) As acções são entregues aos administradores sem qualquer condição de manutenção e não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco;
- f) O valor da Remuneração Variável Plurianual deve corresponder, em 2013, a 2,6% da Remuneração Total Anual.

### **3. Benefícios**

Os dois administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação colectiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

### **4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Totta Seguros**

Em 2012 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2013.

## **IV. Aspectos complementares**

Não foi posta em prática em 2012 nem se prevê para 2013, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2012, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer em 2013.

#### **V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal**

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo da Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SCPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa, 01 de Março de 2013

## **II. Política de remuneração para 2014**

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Santander Totta Seguros, para o ano de 2014, será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2º, nº 1, da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal nº 5/2010-R de 1 de Abril (Diário da República, 2ª série, de 13 de Abril de 2010)



SEGUROS